Miryam Cristina Mazieiro Vergueiro da Silva

**Rota Crítica: os (des) caminhos trilhados por mulheres em situação de
violência doméstica na busca por ajuda**

Dissertação apresentada à Faculdade de
Medicina da Universidade de São Paulo para
obtenção de título de Mestre em Ciências.

Área de concentração: Medicina Preventiva

Orientadora: Profa. Dra. Ana Flávia Pires
Lucas d'Oliveira

São Paulo

2008

Esta dissertação está de acordo com as seguintes normas, em vigor no momento desta publicação:

Referências: adaptado de *International Committee of Medical Journals Editors* (Vancouver)

Universidade de São Paulo. Faculdade de Medicina. Serviço de Biblioteca e Documentação. *Guia de apresentação de dissertações, teses e monografias*. Elaborado por Annelise Carneiro da Cunha, Maria Júlia de A. L. Freddi, Maria F. Crestana, Marinalva de Souza Aragão, Suely Campos Cardoso, Valéria Vilhena. 2a ed. São Paulo: Serviço de Biblioteca e Documentação; 2005.

Abreviaturas dos títulos dos periódicos de acordo com *List of Journals Indexed in Index Medicus*.

Para Márcio, Thales e Frederico, todo meu imenso amor...

AGRADECIMENTOS

Aos meus filhos Thales e Frederico pela paciência e compreensão dos tantos momentos roubados de convívio prazeroso.

Ao Márcio, sempre tão presente na concretização deste sonho, meu muito obrigado pelo apoio e companheirismo.

À professora Ana Flávia Pires Lucas D'Oliveira, pelos preciosos ensinamentos, pela rica troca de experiência sobre o atendimento às mulheres em situação de violência que as orientações proporcionaram, por generosamente dividir comigo o estudo da rota.

Às professoras Lilia Blima Schraiber, Maria de Fátima Araújo e Wilza Vieira Villela, pelas sugestões feitas por ocasião do exame de qualificação, fundamentais para o resultado final aqui apresentado.

À Dra. Maria Ângela Giavarotti, diretora da Unidade de Saúde da Família Dr. Octávio Augusto Rodovalho – Bom Retiro e a toda equipe, pela presteza e apoio na coleta dos dados; aos Agentes Comunitários de Saúde da USF Bom Retiro, especialmente Marta, Ada, Sandra e Ana Maria, pelo empenho na captação das mulheres.

A todos os amigos do Centro de Saúde Escola “Dr. Alexandre Vranjac” - Barra Funda, especialmente, Nivaldo Carneiro Junior, Marta Campagnoni Andrade, Luzia Martinelli e Elaine Tambellini, pelo aprendizado em tantos anos de convívio e militância na Saúde Coletiva/Atenção Primária em Saúde.

Aos companheiros da Secretaria de Estado da Saúde: Karina Calife, Cristina Alonso, Cristina Turazzi, Neil, Cláudia, Clara, Zequinha, Marilda, Rosângela, Marilene e Rosa pela amizade, compreensão e apoio.

Aos novos amigos Dr. Rubens Lara Nunes e Ruth Munhoz pela recente oportunidade de atuação num novo campo do saber.

Aos velhos amigos Rômulo Ferreira da Silva e Joana D’Arc Zucatto, presença importante na minha trajetória profissional.

À Sílvia, irmã querida que há tantos anos ilumina minha vida, aos meus pais Alaerte e Sônia, e à minha sogra Ana Maria, pelo carinho sempre presente.

RESUMO

SILVA, M.C.M.V. *Rota crítica: os (des) caminhos trilhados por mulheres em situação de violência doméstica na busca por ajuda*. [dissertação]. São Paulo: Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, 2008.

Este estudo investiga a permanência das mulheres em situação de violência conjugal e a busca por ajuda. A partir da perspectiva de gênero, das relações intersubjetivas e de questões intrapsíquicas, buscou-se estabelecer os fatores que influem na manutenção do relacionamento abusivo, e as estratégias buscadas para a resolução desse conflito. A opção metodológica foi a da abordagem qualitativa e tal escolha se justificou devido às características do objeto e aos objetivos da pesquisa. Foram colhidas seis entrevistas com mulheres consideradas boas informantes, de camada social baixa, levando-se em conta a quantidade e qualidade do material produzido, como também o acesso às mulheres em tal situação. Os resultados encontrados apontam para a influência das vivências na família de origem e o amor pelo agressor como importante obstáculo para a saída da relação abusiva, bem como a assimetria de poder dentro da relação. A busca por ajuda envolveu principalmente os familiares, a Delegacia de Polícia e a Delegacia de Defesa da Mulher e os serviços de saúde; as respostas foram, por vezes, demovedoras da decisão de transformar a situação. Os familiares, filhos, vizinhos, amigos e o crime organizado, de modo geral, não ofertaram apoio significativo na direção de uma transformação da conjugalidade violenta. Já as instituições formais acessadas pelas entrevistadas, ou seja, a Delegacia de Defesa da Mulher e o serviço de saúde se configuraram em importante rede de suporte.

Descritores: violência contra a mulher; violência doméstica; relações interpessoais; identidade de gênero.

ABSTRACT

SILVA, M.C.M.V. *Critic Route: The paths used by woman under domestic violence on their search for help*. [dissertation]. São Paulo: Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, 2008.

This study researches the permanence of women in violent marriage condition and the search for help. From the gender perspective, from subjective relations and psychical questions, it tries to establish the factors that influence the maintenance of an abusive relationship, and the strategies sought for the solution of this conflict. The methodology option for this was the qualitative approach; the results obtained lead to love, as the main obstacle to the way out from the abusive relationship, as well as the asymmetry of the power within the relationship. The search for help involved mainly the relatives, the DDM and health care services: sometimes the answers were not persuasive forward the decision to change the situation.

Descriptors: violence against women; domestic violence; interpersonal relations; gender identity.

SUMÁRIO

I APRESENTAÇÃO	1
II INTRODUÇÃO	4
II.1 Violência, gênero e intersubjetividade	4
II.2A busca de ajuda: a rota crítica	18
II.3 O vínculo com o companheiro e o amor	35
II.4 Vulnerabilidade e situação de conjugalidade violenta	45
III OBJETIVOS	50
IV METODOLOGIA	51
IV.1 Desenho geral da pesquisa e metodologia	51
IV.2 Análise dos resultados	61
V RESULTADOS E DISCUSSÃO: ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DO MATERIAL EMPÍRICO	64
V.1. As mulheres e suas histórias	65
V.2 Apresentação das protagonistas	66
V.3 Análise e interpretação	74
V.3.1 <u>Aspectos intrapsíquicos, sentimentos e significados atribuídos a violência conjugal</u>	75
V.3.1.1 <i>A família de origem</i>	75
V.3.1.2 <i>Amor</i>	87
V.3.1.3 <i>Ciúme</i>	96
V.3.1.4 <i>Atributos positivos relacionados à masculinidades</i>	101
V.3.1.5 <i>Outros sentimentos: raiva, piedade, culpa, vergonha, medo</i>	108
V.3.1.6 <i>Uso de álcool/drogas</i>	116
V.3.2 <u>Aspectos intersubjetivos sob a perspectiva de gênero</u>	120
V.3.2.1 <i>Espaços de negociação</i>	136
V.3.2.2 <i>“Acontecimento” que leva a mulher a pensar/agir para mudar a situação</i>	142
V.3.3 <u>A rota crítica</u>	146

V.3.3.1 <i>Familiares, amigos e vizinhos</i>	150
V.3.3.2 <i>As instituições informais – o crime organizado</i>	162
V.3.4 <u>Vulnerabilidade</u>	178
VI CONSIDERAÇÕES FINAIS	189
VII REFERÊNCIAS	191
ANEXO A – Roteiro da Entrevista	
ANEXO B – Consentimento Informado	
ANEXO C – Parecer do Comitê de Ética da Comissão de Pós-graduação	
do Departamento de Medicina Preventiva da FMUSP	
ANEXO D – Parecer do Comitê de Ética da Secretaria Municipal de Saúde	
– Prefeitura Municipal de São Paulo	

I APRESENTAÇÃO

Ao decidir trilhar o caminho do mestrado, a questão que imediatamente se impôs foi a escolha do tema a ser trabalhado na dissertação. Na época, o trabalho como Coordenadora do Programa de Saúde da Família do Centro de Saúde Escola da Barra Funda – Dr. Alexandre Vranjac – da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo, impulsionava-me a pensar em um tema que se relacionasse visceralmente a este trabalho do dia-a-dia. Porém, a participação como auxiliar de pesquisa em projeto ocorrido neste serviço, qual seja, a investigação de “Ocorrência de casos de violência doméstica e sexual nos serviços de saúde em São Paulo e desenvolvimento de tecnologia de atendimento para programas de saúde da mulher”, sob a coordenação da Professora Dra. Lilia Blima Schraiber, do Departamento de Medicina Preventiva da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, já havia deixado importantes interrogações quanto às causas, razões e soluções do grave problema da violência doméstica, que atinge parcelas significativas das mulheres em vários países.

A esta experiência somaram-se os muitos anos como profissional de saúde mental, onde muito cedo tive contato com mulheres que enfrentavam as mais diversas situações de violência. Mas o que mais me instigava nestes atendimentos era a “irracionalidade” da violência nas relações conjugais, especialmente em relação às mulheres que permaneciam no relacionamento. Minha formação psicanalítica me levava a entender os conflitos e as crises vivenciadas por estes casais enquanto atos inter-relacionais, onde a situação de violência aparecia como forma de resolução dos conflitos daquele par, havendo co-responsabilidade pela ação. Entretanto, a dor das

agressões inscrevia-se principalmente no corpo feminino e, ainda assim, elas permaneciam na mesma situação e/ou a reproduziam reiteradas vezes.

Quando mais tarde tive contato com a noção de gênero, pude compreender melhor como os fatores subjetivos se associam às questões sociais, culturais e de poder, contribuindo para um entendimento ampliado da violência doméstica. Ainda assim, o **porquê** da permanência no relacionamento, a dificuldade em sair dele, as idas e vindas com o mesmo parceiro ou a escolha de outro com as mesmas características, os movimentos do inconsciente que determinavam a permanência numa mesma posição subjetiva, careciam para mim de maior entendimento e explicação.

Ao entender a resolução da situação de violência conjugal como um **processo**, onde a oferta de apoio tem um papel fundamental, e em concordância com a literatura de que a violência pode ter na saúde um campo profícuo de abordagem, instigou-me a tentativa de uma produção que viesse a contribuir para o entendimento desse processo no sentido de auxiliar a abordagem das mulheres que chegam em sofrimento aos serviços de saúde. Como já é sabido, falar sobre esta situação não é algo simples para as mulheres, assim como não é fácil para os profissionais de saúde perguntar sobre a ocorrência de violência.

Assim, tentamos abordar no presente estudo, como as mulheres se vêem e aos seus parceiros nas relações de conjugalidade violenta, os recursos a que elas têm acesso, as instituições que procuram e as questões de gênero envolvidas nas relações conjugais, delineando-se os elementos que explicam como estas relações se constituem e se mantêm, e as mudanças ocorridas.

Na introdução abordamos os referenciais teóricos sobre violência, gênero e intersubjetividade, bem como, apresentamos vários estudos encontrados na literatura sobre a busca de ajuda e a rota crítica percorrida pelas mulheres em situação de violência doméstica. Discutimos também, como se inscrevem as masculinidades na conjugalidade violenta e a questão do amor romântico apontado por muitas mulheres como preponderante elemento de ligação com o parceiro abusivo. Ainda na introdução, trouxemos o conceito de vulnerabilidade como importante ferramenta para a integração do conjunto de aspectos **individuais**, do **contexto social** e dos aspectos **programáticos**, que influem numa maior suscetibilidade à ocorrência de violência. Os referenciais teórico-metodológicos e o desenho da pesquisa constam do item quatro. No capítulo seguinte apresentamos e discutimos os resultados do presente estudo. Por fim utilizamos o conceito de vulnerabilidade para demonstrarmos como os aspectos intrapsíquicos (sentimentos e significados atribuídos a violência conjugal), os aspectos intersubjetivos/de gênero e a rota crítica percorrida pelas mulheres, influem na permanência na conjugalidade violenta.

II INTRODUÇÃO

II.1 Violência, gênero e intersubjetividade

A violência, em seu sentido geral, tem sido objeto de preocupação por parte de toda a sociedade, pois se configura em um grande problema social. Minayo (1999) aponta a dificuldade de se conceituar a violência, principalmente por ser tanto uma forma própria de relação pessoal, política, social ou cultural, quanto uma resultante de interações sociais, ou ainda, um componente cultural naturalizado. Mas pontua dois aspectos importantes ligados intrinsecamente a ela: a permanência em todas as sociedades e a ambigüidade em relação à violência, ora sendo considerada positiva, ora negativa, tomando o status de fenômeno complexo.

Aqui trataremos especificamente de um aspecto deste problema, a violência doméstica, mais especificamente a **violência conjugal** vivida por mulheres, abordando seus aspectos culturais, a posição intersubjetiva dos indivíduos nestas relações e o caminho percorrido para o enfrentamento desta situação.

Por violência doméstica entende-se aqui aquela cometida por pessoas íntimas, sejam parceiros nos relacionamentos amorosos ou pais, filhos, parentes, ou pessoas que convivam na mesma casa, sendo muitas vezes percebida como normal e de domínio privado. As mulheres, as crianças, os idosos, os incapacitados, sofrem mais comumente este tipo de agressão, pois vivem uma situação de diferente estatuto social na nossa sociedade, o que os coloca numa condição de maior vulnerabilidade e menor poder (d'Oliveira, 2000).

A violência conjugal refere-se a uma situação de violência onde há o uso da força física ou do abuso emocional, e o controle em relações amorosas entre adultos (Stark e Flitcraft, 1991). Apesar do abuso de homens em relação às suas parceiras ser

o mais prevalente e o mais grave, o termo violência conjugal se adéqua aqui por reconhecermos que a violência está presente nas relações de casal, considerando que a mulher é também construtora destas relações. Porém, como veremos a seguir, a violência nas relações amorosas, articulada às relações de poder estabelecidas entre os cônjuges, nos remete ao enfoque da violência conjugal a partir da perspectiva de gênero (d'Oliveira, 2000).

Sabemos, então, que “as mulheres estão sob risco de violência, principalmente por parte de homens conhecidos por elas e, embora também sejam violentas, a maioria das violências que resultam em lesões físicas é de homens contra mulheres” (Heise, 1994). Por isso, como há diferenças nesta vivência da situação de violência para homens e mulheres, é importante abordá-la sob a perspectiva de gênero.

Gênero é uma noção relativamente recente, que distingue o sexo enquanto características biológicas, da construção cultural e histórica de ser homem ou ser mulher. Designa as relações sociais entre os sexos, sendo para Scott uma categoria de **análise histórica** que sugere que a “informação sobre as mulheres é necessariamente informação sobre os homens, que um implica no estudo do outro” (Scott, 1995). A autora coloca que se trata de uma criação social das idéias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres. Assim, seu uso rejeita explicitamente as justificativas biológicas da subordinação da mulher, como, por exemplo, o fato de as mulheres terem filhos e serem fisicamente mais frágeis estariam mais voltadas para a vida privada, e os homens, por possuírem maior força muscular, teriam maior poder e estariam naturalmente voltados para a vida pública.

Portanto, o “conceito de gênero opera uma desconstrução das categorias sexo masculino/sexo feminino, apontando a naturalização de aspectos sociais antes fundidos com os aspectos biológicos nestas duas categorias” (Giffin, 1994). A construção social dos gêneros, liberado de sua redução em diferenças biológicas, enfoca as relações “como um campo de luta estruturado fundamentalmente pelas recorrentes diferenças de poder entre homens e mulheres” (Giffin, 1994).

Numa visão relacional dos gêneros podemos constatar o fato de que as violências que atingem os homens se dão com mais frequência na esfera pública, estando relacionadas aos papéis e ideologias de gênero, que irão influenciar, entre outros aspectos, as relações íntimas entre os sexos. Em relação às mulheres, a violência se dá mais frequentemente na esfera doméstica. Na sociedade em que vivemos, “uma ordem social de tradição patriarcal por muito tempo consentiu num certo padrão de violência contra mulheres, designando ao homem o papel ativo na relação social e sexual entre os sexos, ao mesmo tempo em que restringiu a sexualidade feminina à passividade e à reprodução” (Dantas – Berger, 2005).

Alguns autores abordam a violência doméstica a partir da perspectiva teórica do **patriarcado**, corrente que considera a violência como instrumento da dominação masculina sobre as mulheres, tanto no nível dos macro poderes (aparelhos ideológicos do Estado, principalmente a justiça), quanto dos micro poderes, ou seja, na convivência íntima e cotidiana. Nessa perspectiva, Grossi (1995) coloca que a superação, pela mulher, das situações de violência no âmbito doméstico, se daria por sua “tomada de consciência” em relação à opressão, o que possibilitaria um movimento na busca por mudanças.

A teoria do patriarcado, embora tenha sido muito importante na construção do feminismo, mais propriamente no seu momento inaugural – onde buscava a exposição da violência das quais as mulheres eram vítimas - vem sofrendo críticas por ser considerada “essencialista”. É assim considerada, pois traz implícito em seu bojo a existência de algo imutável na essência de ser homem e ser mulher, cristalizando comportamentos do masculino e do feminino e, ainda do ponto de vista da cultura, promovendo uma naturalização destes comportamentos e atitudes em função do sexo. Terezita De Barbieri, em artigo intitulado ‘Certezas e Malos Entendidos Sobre La Categoría de Género’, coloca que a palavra **patriarcado** foi tomada de Max Weber, que a empregava para nomear um sistema de dominação dos pais ou senhores da casa. Daí se expandiu para ser empregada “como causa ou determinação remota e eficiente da subordinação das mulheres pelos homens em todas as sociedades e como adjetivo que qualifica indiscriminadamente as sociedades de dominação masculina”. Alguns autores comumente empregam o termo patriarcado para designar uma situação de dominação em que há sempre um homem agressor e uma mulher vítima.

Alternativamente, abordar a violência pelo referencial de gênero avança a explicação sobre o poder na relação entre os homens e as mulheres, resgatando as possibilidades de resistência e agenciamento feminino.

É possível então, pensar as relações de gênero como relações dialéticas em que ambas as partes detêm poder, embora de forma desigual, podendo cada uma, de acordo com o campo de forças, lançar mão de diferentes estratégias de poder. Desse ponto de vista, pode-se dizer que a dominação masculina, mesmo que legitimada pela ordem patriarcal, não se apresenta como algo estanque. Os homens não são

detentores de um poder absoluto, assim como as mulheres dominadas não se submetem passivamente à dominação masculina. “Há sempre alguma forma de resistência que, ao operar rearranjos nas relações de poder, podem se não eliminar a ordem patriarcal, pelo menos minimizá-la” (Araujo, 2005).

Chauí traz uma importante contribuição quando coloca a questão da violência contra a mulher como a determinação das relações de **força**, onde força pressupõe a ausência de **poder** e a presença do desejo de mando, ou seja, a impossibilidade de se tomar decisões consensuais. Entende por força, portanto, “as relações de exploração econômica, de dominação política, de exclusão cultural, de sujeição ideológica e de coação física e psíquica”. A violência pode então ser vista sob dois ângulos: a conversão de uma diferença e de uma assimetria entre homens e mulheres numa relação hierárquica de desigualdade com fins de dominação, de exploração e de opressão (conversão dos diferentes em desiguais e da desigualdade em categorias superior e inferior); e uma ação que trata a mulher, não como sujeito, mas promovendo sua objetificação, onde ela se caracteriza pela inércia, pela passividade e pelo silêncio (Chauí, 1984).¹

A violência contra a mulher, então, diz respeito a sofrimentos e agressões dirigidas especificamente contra as mulheres pelo fato de serem mulheres. Tal violência é experimentada em geral no âmbito doméstico, praticada por pessoas próximas, conhecidos e/ou de relacionamento íntimo, e vivenciadas como experiências de vida comuns ou usuais. Este é um fenômeno freqüente nos dias

¹ A autora faz uma distinção entre força e poder, onde o poder seria a capacidade coletiva para tomar decisões concernentes à existência pública de uma coletividade, de maneira a ser expressão de justiça, espaço de criação, de direitos, e garantia do justo pelas leis, sem coação.

atuais, e traz sérias conseqüências para a saúde física e mental das mulheres expostas a tal situação.

Como questão de saúde, vários estudos foram mostrando que o impacto da violência não se daria apenas pelos traumas das agressões físicas, mas pela evidência de que as mulheres estão mais sujeitas a serem agredidas por pessoas íntimas ou conhecidos (o que pode significar violência contínua e perpetuada cronicamente por muitos anos), acarretando problemas como os descritos na literatura, ou seja: crianças com baixo peso ao nascer, prematuridade nos nascimentos, sintomas ginecológicos, doenças sexualmente transmissíveis e AIDS, depressão, suicídio, queixas vagas, gravidez indesejada, patologias gastrointestinais, uso de álcool e drogas, entre outros, que redundam num alto consumo dos serviços de saúde (Ellsberg et al. 1999).

Em pesquisa realizada no Brasil, Schraiber e d'Oliveira apontam para a invisibilidade da questão da violência doméstica, pois as mulheres que sofrem violência física e sexual, ao utilizar os serviços de saúde, nem sempre têm o problema identificado pelos profissionais ou, se estes o identificam, não registram os dados em prontuário como parte do atendimento. Neste estudo, realizado em um serviço de atenção primária, encontrou-se que 57% das mulheres atendidas relataram algum episódio de violência na vida, enquanto nos registros em prontuário apareceram apenas 10% dos casos relatados (Schraiber e d'Oliveira, 1999a). Estudos internacionais já vinham apontando que os profissionais de saúde geralmente não identificam a violência nos seus atendimentos ou, se a percebem, não a abordam, pois temem que ao fazê-lo possam “abrir a caixa de pandora”, referindo-se ao mito de que a caixa, assim que aberta, libertaria a doença, a insanidade, o vício, a

maldade, o que indicaria a dificuldade e a resistência para a abordagem da questão (Sugg; Inui, 1992).

Há evidências, porém, de que as mulheres que vivem nesta condição em geral buscam formas de resolvê-la (Schraiber et al. 2005b). A primeira forma de que lançam mão é a busca por amigos, pessoas da família, vizinhos e conhecidos; outra forma de resolução é a busca por serviços. Os serviços da justiça e segurança pública são vistos como uma possibilidade de ajuda nas situações de agressão (Sagot, 2000) e são comumente citados pelas mulheres, inclusive pelo fato de terem sido os primeiros serviços criados especialmente para este fim.

O planejamento e a implantação destes serviços têm início com a visibilidade da questão da violência doméstica, quando na década de 1980 surge um ativo movimento feminista com duas principais bandeiras: a evidenciação desta violência vivida pelas mulheres e as questões referentes à saúde da mulher, como, por exemplo, a questão do aborto e a luta pelos direitos reprodutivos. Nessa época ocorre uma série de assassinatos de mulheres de classe média por seus companheiros, com a conseqüente absolvição dos mesmos pelo argumento da “legítima defesa da honra” e do caráter passional dos crimes. O movimento feminista passa então a denunciar a impunidade reinante para os crimes de violência conjugal e a transformação da vítima em ré através de seu julgamento moral (Schraiber, d’Oliveira, 1999b). Assim, o que era de âmbito privado passa a ganhar o espaço público e a exigir soluções.

A partir daí são criados vários serviços de apoio às mulheres em diversas cidades do país. É nesta época que o movimento feminista inicia parcerias com o Estado, no sentido de implementar políticas públicas para o enfrentamento do problema. Em 1983 é criado o Conselho Estadual da Condição Feminina em São

Paulo; em 1985 é criado o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e a primeira Delegacia de Defesa da mulher (DDM). As DDM foram o primeiro e grande recurso no combate público à violência contra a mulher; seu caráter é basicamente policial, no sentido de detectar transgressões à lei, averiguar a responsabilização e determinar a punição (Barsted, 1994 e d'Oliveira, 2000).

Nos anos 90, com o reconhecimento internacional de que as áreas da justiça e da segurança pública tinham limitações importantes para a incorporação do tema da violência contra a mulher, o movimento de mulheres inicia nova estratégia, investindo na questão dos direitos humanos e visando outros campos como a saúde e o desenvolvimento social, ambos já consolidados e também reconhecidos internacionalmente. Estas áreas tinham conceitos e ferramentas que podiam ser úteis, como, por exemplo: no campo dos Direitos Humanos, abrangeram a linguagem dos direitos, o apelo à “integridade corporal” e à segurança pessoal; no campo da saúde, mostraram-se de especial interesse as noções de prevenção e da interdisciplinaridade (Heise, 1996).

Particularmente na Saúde Coletiva brasileira, o conceito de **integralidade** em saúde vem favorecer a abordagem de casos de violência doméstica, na medida em que pode ser empregado, numa perspectiva de não redução do sujeito à doença, e levando-se em conta o ‘modo de andar a vida’, daqueles que buscam os serviços, para a construção de um projeto terapêutico individualizado, a partir do diálogo e da negociação com os mesmos (Mattos, 2004). A violência, como ocorre no cotidiano de cada mulher de modo totalmente particular, só permite uma abordagem a partir de projetos individualizados e pactuados conjuntamente, levando-se em conta tanto aspectos externos (o contexto social, econômico e cultural em que ela está inserida)

quanto aspectos internos intrínsecos àquele indivíduo, abordando dimensões psicológicas, econômicas, culturais e sociais, para além do que pode ser captado pela biomedicina.

Outra dimensão que a noção de integralidade traz é a possibilidade de oferecer, além das ações assistenciais demandadas pela população e oferecidas pelos serviços de saúde, ações voltadas à prevenção e promoção da saúde. Assim, as ações preventivas implicariam a busca mais sistemática daquelas necessidades mais silenciosas, já que menos vinculadas às experiências individuais imediatas de sofrimento, permitindo a intervenção antes mesmo que seja suscitado um sofrimento manifesto. Portanto, na perspectiva da integralidade, os projetos terapêuticos individuados devem também levar em conta as ações voltadas para a prevenção (Mattos, 2004), o que neste caso incluiria a discussão e garantia dos direitos humanos, e a superação da violência.²

O reconhecimento da violência doméstica como objeto do setor saúde pode então ser pensado, tanto pela questão da concepção ampliada de saúde no sentido do impacto provocado na qualidade de vida, como pelo uso excessivo dos serviços de saúde por mulheres que estão nesta condição e que, se não forem abordadas com o olhar da integralidade, acabam não recebendo uma intervenção eficaz no sentido de atuar para além dos sintomas trazidos por elas.

² Este autor em investigação anterior (Mattos, 2001) sobre os diversos sentidos do termo integralidade, identificou três conjuntos de sentido atribuídos ao mesmo: um primeiro aplicado a características de políticas de saúde ou de respostas governamentais a problemas de saúde da população, sobretudo a abrangência dessas respostas articulando ações assistenciais e preventivas; um segundo conjunto relativo a aspectos da organização dos serviços de saúde; e um terceiro conjunto voltado para os atributos das práticas de saúde.

A integração desta discussão nas práticas das equipes de saúde se faz necessária para uma atenção humanizada e resolutiva, promovendo inclusive uma necessária articulação intersetorial (assistências médica, psicológica, jurídica, policial e social), para que o problema seja abordado com alguma eficácia para as mulheres em sofrimento (Dantas – Berger e Giffin, 2005).

A área da saúde, dada a ênfase com que trabalha a noção de prevenção, pode adotar um caráter mais pró-ativo na detecção dos casos de violências, bem como adotar intervenções “que possam ser fortalecidas pela estreita cooperação entre os profissionais e as instituições da área de saúde e outras instituições ou setores que lidam com a violência, inclusive organizações não-governamentais e órgãos de pesquisa.” (Krug et al, 2002)

Assim, a violência nos dias atuais se revela como uma importante questão social e sanitária, tanto do ponto de vista da sua magnitude, com repercussões na morbidade e mortalidade das mulheres, como do impacto social dela decorrente em termos de qualidade de vida. Oliveira (2002) coloca que para entendermos porque a violência contra a mulher é uma questão de saúde pública, precisamos compreendê-la sob dois prismas:

pelo seu aspecto numérico (amplo número de vítimas que atinge) e nas repercussões deletérias na sanidade física e mental das mulheres, assim como, em suas decorrências econômicas para o país (diminuição do Produto Interno Bruto/ PIB, pelo absenteísmo ao trabalho; diminuição da produtividade; período em que ficam às expensas da seguridade social; etc.). (Oliveira, 2002)

Neste sentido entende-se aqui que a violência, principalmente aquela perpetrada por pessoas conhecidas e que atingem principalmente crianças, mulheres e idosos, deve ser reconhecida e incorporada como objeto do setor saúde,

considerando que o reconhecimento pela Organização Mundial de Saúde (OMS) da violência doméstica e sexual, nos inícios dos anos 90, como um tema legítimo dos direitos humanos e da saúde pública, foi um grande impulso político à luta contra a violência de gênero em âmbito mundial.

O presente estudo tratará a questão da violência doméstica sob três pontos de vista, onde se analisará:

- A posição subjetiva intrapsíquica destas mulheres que permanecem em uma relação de conjugalidade violenta – os sentimentos e significados que atribuem a tal vivência (sob a perspectiva da construção do vínculo conjugal com seu parceiro);
- A questão relacional, adotando como referencial teórico a perspectiva de gênero (o gênero como categoria analítica e marcador de subjetividade);
- Quais os caminhos percorridos em busca de ajuda para o enfrentamento desta questão ou a rota crítica trilhada pelas mulheres em situação de violência conjugal.

Tentar-se-á articular tais aspectos na compreensão da violência conjugal, de forma a contemplar questões objetivas e subjetivas, conscientes e inconscientes, e também dos pontos de vista individual, social e cultural nos contextos específicos.

Autores como Araujo (2008) tem proposto um esforço no sentido da articulação entre a perspectiva de gênero e a perspectiva intersubjetiva desenvolvida no interior da psicanálise vincular, como referencial teórico para a abordagem clínica de casais que vivem situação de violência conjugal. Araújo coloca que a dimensão relacional é um aspecto fundamental na abordagem intersubjetiva, pois tal

abordagem tem como premissa básica a idéia de que “a experiência psíquica e os processos mentais são produtos da influência recíproca entre o outro/outros significativos do contexto intersubjetivo”. Assim, a intersubjetividade seria uma intersecção entre dois mundos subjetivos diferentes, onde se desenvolve uma relação com características e idiossincrasias próprias.

É importante destacar que a ênfase na intersubjetividade não anula a dimensão intrapsíquica, como propõe Jéssica Benjamin (2006), pontuando que ambas são importantes no funcionamento psíquico e que, embora distintas, não são excludentes, mantendo entre si uma tensão paradoxal. Na dimensão intrapsíquica, o outro e o mundo exterior são internalizados, passando à condição de objetos internos; já na dimensão intersubjetiva, o outro é reconhecido como sujeito autônomo, independente e externo.

A mesma autora (Benjamin, 2006) coloca que é de fundamental importância que o outro seja reconhecido como sujeito que pode experimentar plenamente sua subjetividade, e não colocado no lugar de objeto. Isso seria de extremo valor, pois preservaria a tensão necessária entre dependência/independência, permitindo aos sujeitos um processo de diferenciação. Quando há ausência de diferenciação, há dominação e violência.

Nesta mesma linha, Araújo (2008) pontua que, ao articular as abordagens de gênero e intersubjetiva, promove a ampliação da compreensão da dinâmica e dos conflitos conjugais, já que engloba aspectos múltiplos: sociais, culturais, individuais, subjetivos, conscientes e inconscientes, envolvidos na constituição do vínculo de conjugalidade violenta. Permite ainda uma nova vertente para a compreensão das relações de poder existentes nos relacionamentos humanos, pois enfatiza que tal

relacionamento é constituído por dois sujeitos, onde cada um impõe sua subjetividade. Nos casais que vivem situação de violência conjugal, “se observa forte tendência à anulação do outro na sua alteridade e subjetividade” (Araújo, 2008).

Não podemos negar, porém, que esta anulação do outro tem direcionalidade, ou seja, nos deparamos freqüentemente com a situação de que os homens tendem a praticar esta anulação para com as suas parceiras, visto os dados de prevalência sobre a violência conjugal, onde são as mulheres que mais sofrem da dor de não se firmar enquanto sujeito. Krug et al. (2002) colocam que embora as mulheres possam agredir seus parceiros masculinos ou a violência ocorrer entre parceiros do mesmo sexo, a proporção da violência infligida pelo homem à sua companheira é mais prevalente e mais grave.

Autores como Saffioti e Almeida (1995) colocam que as conseqüências da violência podem ser pensadas em três diferentes tipos de espaços psíquicos: o intra-subjetivo, o intersubjetivo e o transubjetivo. No espaço intra-subjetivo, dizem as autoras, os efeitos da violência são devastadores, pois provocam uma cisão no eu e instalam a impotência no espaço familiar e no espaço social; também fica prejudicado o imaginário e o trânsito entre os três diferentes tipos de espaços psíquicos, onde cada um incide sobre o outro e acentuam as marcas de morte no espaço familiar. A violência é prejudicial quanto ao espaço intersubjetivo, pois obstaculiza a inserção do sujeito no espaço familiar, trazendo como conseqüência que a mulher, não podendo se inscrever como sujeito de igual estatura em relação ao homem, transforma-se em sua inferior. Por fim, no espaço transubjetivo, a violência exerce um poder onipresente, seja ela política, ideológica ou religiosa contra o

indivíduo social, sendo que, na ordem do gênero, as três espécies de violência são exercidas contra as mulheres.

Os espaços psíquicos são imprescindíveis à existência humana, pois aí se constroem os vínculos sociais, ou seja, “as relações sociais promovem a constituição de espaços que, por sua vez, constroem e/ou reforçam vínculos com os outros eus, passando estes a serem significativos em diferentes graus.” (Saffioti e Almeida, 1995).

Gostaríamos ainda de observar que até aqui foi abordada, por várias vezes, a questão das subjetividades envolvidas nas situações de violência, sem contudo explicitarmos a partir de que campo estamos nos fundamentando para trazer esta noção. Faremos a seguir uma breve consideração sobre a noção de **subjetividade**, na tentativa de clarificar sob que ponto de vista ela está sendo abordada no presente estudo.

Coutinho (1985) declara que a subjetividade tem sido abordada nas ciências humanas e sociais através de diferentes concepções, a partir de uma multiplicidade de critérios que aparecem de forma excludente ou articulada entre si. Assim, tais critérios implicariam uma subjetividade *a priori* (visão naturalista) ou a construção social dessa subjetividade (visão construtivista) e, mais frequentemente, a articulação em uma mesma concepção de aspectos apriorísticos e construtivistas (visão mista).

Em seu artigo, aponta que a definição destas concepções foi feita a partir de diversas áreas do conhecimento (economia, política, antropologia, psicologia, sociologia etc.), porém o mesmo critério pode e tem sido frequentemente apropriado por outras áreas.

As concepções mais contemporâneas de subjetividade têm articulado pressupostos apriorísticos e construtivistas: é o caso das teorias psicológicas que buscam formulações mais sociologizantes ou psicossociologizantes. Assim, tal justaposição “permite ao pesquisador ‘psi’ falar simultaneamente da internalização pelo indivíduo de condições socioculturais e da externalização de seus conteúdos internos que são definidos em termos de seu aparato psíquico.” (Coutinho, 1985)

Portanto, tentaremos compreender as subjetividades das mulheres que vivem em situação de violência conjugal a partir da questão da internalização de aspectos socioculturais processados por um “sujeito psicológico em que a referencia dominante é uma especificidade interna particular, sendo esta segmentada em funções e processos psicológicos, racionais e irracionais, conscientes e inconscientes.” (Coutinho, 1985)

II.2 A busca de ajuda: a rota crítica

Existem muitas dificuldades no percurso da busca de ajuda. Em documento publicado pela “Red de Mujeres Contra la Violência”, na Nicarágua, dirigido aos profissionais de saúde, destaca-se que a mulher não conta aos profissionais o que se passa com ela nas relações de violência doméstica por várias razões, tais como: por se sentir envergonhada ou humilhada, por se sentir culpada pela violência, por temer que o interlocutor a culpe pela violência, por temer por sua segurança pessoal e pela segurança de seus filhos, por ter tido experiências ruins no passado ao relatar sua situação, por sentir que não tem controle sobre o que se passa em sua vida, por acreditar nas promessas do agressor de que ele mudará, por crer que suas lesões ou

problemas não são importantes, ou por querer proteger sua família devido à dependência financeira ou afetiva. (Ellsberg, 1998)

Os motivos listados traduzem com clareza os conflitos vividos por estas mulheres, os preconceitos sociais de que muitas vezes são vítimas, e os fatores que dificultam sua saída da situação e o pedido de apoio. A dificuldade de transformação das situações vivenciadas pode reforçar a idéia do senso comum de que algumas mulheres estariam optando por permanecer na situação de violência. Entretanto, é importante ressaltar que “as escolhas de cada indivíduo dependem não apenas de sua vontade individual vista isoladamente, mas da cultura, da situação social, do acesso a serviços, da opinião da comunidade, amigos e familiares, aspectos que fazem parte da construção e reconstrução cotidianas deste indivíduo”. (Schraiber et al, 2005b)

Em estudo da Organização Pan-Americana de Saúde sobre a rota das mulheres afetadas pela violência intrafamiliar e o percurso institucional que percorrem, foi denominado de **Rota Crítica** o conjunto de decisões e ações realizadas para se lidar com esta situação. Constatou-se, neste estudo, que as mulheres em forma geral buscam meios e fazem esforços no sentido de resolver o seu problema. Os fatores encontrados que obstaculizam esta resolução são o medo, a culpa e a vergonha, o amor pelo agressor, a idéia de que o que ocorre no interior da família é de âmbito privado, a manipulação por parte do agressor e as dinâmicas próprias do ciclo da violência, o desconhecimento de seus direitos e a falta de informação, as pressões familiares e sociais, as atitudes negativas e as respostas inadequadas dos profissionais de saúde, a limitada cobertura de serviços de apoio, os contextos sociais com histórico de violência (Sagot, 2000).

A autora estudou também fatores que **impulsionam** a mulher afetada a buscar soluções, apontando que o processo de autoconvencimento de que o agressor não vai mudar e que a violência não vai terminar pode durar anos, e que a mulher afetada só conseguirá buscar soluções quando tiver vivido processos de reflexão sobre sua situação, compreendido sua ambivalência em relação ao companheiro e conseguido se distanciar emocionalmente do agressor. Assim, são fatores impulsores o estado de saturação com a situação, raiva e desamor, a auto-imposição de metas e projetos próprios, a extensão da violência atingindo seus filhos e filhas, o apoio de pessoas próximas e condições materiais e econômicas favoráveis, informações sobre seus direitos e disponibilidade de serviços de apoio (Sagot 2000).

No Brasil também foram encontrados resultados semelhantes. Em pesquisa realizada na cidade de São Paulo e na Zona da Mata de Pernambuco foi evidenciado que a procura por ajuda foi maior com o aumento e a gravidade dos episódios (Schraiber et al., 2002). O principal motivo declarado pelas mulheres para a busca de ajuda foi “não agüentava mais” (37,5% em Pernambuco e 61,4% em São Paulo), seguido de “muito machucada / medo que a matasse” (34,1% em Pernambuco e 16,7% em São Paulo).

Os serviços mais citados por elas foram: delegacias, serviços de saúde, advogados/tribunais e líderes religiosos, sendo que, em São Paulo, 44,5% das mulheres que referiram agressão física, e 21,9% na Zona da Mata em Pernambuco, procuraram ao menos uma instituição; as mulheres em São Paulo, além de recorrerem com maior frequência para buscar ajuda, das que o fizeram 55% procuraram apenas um serviço e 45% buscaram ao menos duas instituições (tendo algumas mulheres chegado a procurar até nove instituições). A busca mais ativa em

São Paulo deveu-se provavelmente à maior facilidade de acesso aos serviços, já que em Pernambuco as mulheres necessitariam se deslocar até Recife para utilizar algum equipamento; além disso, há eventualmente uma maior legitimidade desta busca e condenação da violência de gênero nos grandes centros urbanos.

Aquelas mulheres que referiram não ter procurado ajuda, citaram razões como “a violência é normal”, “o medo” e “a vergonha”. Para elas pode parecer que a busca por ajuda só seria viável e legítima em situações graves e limites. Os autores concluem que denunciar o marido pode ser uma atitude bastante criticada pelas pessoas mais próximas, inclusive por ela mesma, e que a idéia de união e manutenção da família segue sendo uma concepção de muita força no discurso destas mulheres. Apontam ainda para a importância de se investir na oferta e qualificação de serviços que acolham estas mulheres, pois o fato de haver esta disponibilidade aumenta seu uso por parte das mulheres e potencializa a efetivação dos seus direitos, favorecendo a percepção da violência como injusta e de a legitimidade se voltar contra ela, mostrando alternativas concretas de ação. (Schraiber et al., 2002)

As mesmas autoras, em diferente pesquisa, “Saúde da mulher, relações familiares e serviços de saúde do Sistema Único de Saúde (SUS) em duas capitais – Recife e São Paulo” (Schraiber et al., 2007) – usando abordagens quantitativa e qualitativa, aprofundaram questões sobre a **Rota** percorrida por mulheres em situação de violência intrafamiliar. Foi constatado que, das 200 mulheres entrevistadas que haviam sofrido violência por parte de seus parceiros (questionário quantitativo), 75,5% delas (em São Paulo) pediram algum tipo de ajuda. O apoio mais procurado por aquelas que buscaram ajuda foi da **família** (44,9% em São Paulo), seguido do **setor jurídico-policial** (incluindo aí Delegacias de Polícia,

Delegacias de Defesa da Mulher, Fórum), 34,69% em São Paulo. No entanto, o fato de terem buscado ajuda não significa que os conflitos foram resolvidos, pois foi constatado que as mulheres encontram problemas neste caminho, seja pela precariedade dos serviços seja pela falta de preparo da equipe para lidar com estas situações.

Na parte qualitativa (96 entrevistadas), o estudo mostra que o apoio da família é muito valorizado pelas mulheres; entretanto, em famílias que valorizam o casamento indissolúvel, pode haver uma banalização da violência e pressão para que as mulheres permaneçam nesta relação, o que as coloca em condições de maior vulnerabilidade, em vez de se configurar como fator de proteção; isto acontece também com famílias em que a mãe e o pai também vivem ou viveram situações de violência.

Quanto às DDM, a pesquisa apontou que é uma instância policial bastante conhecida das mulheres, mesmo daquelas que nunca a acionaram. Foi percebido que fatores como o acesso às Delegacias, bem como a divulgação de informações sobre os direitos da mulher, tiveram impacto na **rota** e repercutiram na maior procura por intervenção e na desnaturalização da violência.

Outros estudos internacionais sobre as respostas das mulheres para a situação de violência conjugal também apontaram que a grande maioria delas tenta resolver sua situação e não são vítimas passivas, como mostrou a pesquisa realizada em Granada, na Espanha, (Ruiz-Peres et al. 2006). Neste estudo foram entrevistadas 400 mulheres atendidas em um serviço de Atenção Primária, com idade entre 18 e 65 anos, que aguardavam atendimento por alguma queixa relacionada à saúde em geral (não foram convidadas a participar do estudo aquelas mulheres que estavam

acompanhadas por parceiros masculinos). Foi-lhes solicitado que respondessem um questionário estruturado auto-aplicável, desenvolvido especificamente para esta pesquisa, com questões referentes a variáveis sociodemográficas, questões sobre a intensidade e o tipo de violência sofrida, duração do abuso e respostas buscadas para a violência cometida por parceiro íntimo.

A prevalência foi de 22,8% para a mulher já ter sofrido qualquer tipo de violência na vida (física, psicológica e sexual), sendo que, entre as mulheres abusadas, 53,8% sofreram somente um tipo de violência, 29,7% sofreram dois tipos e 16,5% sofreram os três tipos de violência por parte do parceiro. Uma porcentagem alta de mulheres foi vítima de abuso por mais de 5 anos (43,4%).

Quanto à resposta à violência conjugal, as mulheres que eram solteiras, divorciadas ou separadas, tiveram uma resposta mais ativa à violência do que as mulheres casadas. Similarmente, empregadas, estudantes e desempregadas tiveram mais comumente respostas ativas do que as donas de casa.

Mais da metade das mulheres entrevistadas optou por se separar de seus companheiros, contradizendo a visão sustentada tradicionalmente naquele país da passividade das mulheres abusadas. Dentre essas mesmas mulheres, 15% tentaram resolver sua situação reportando-se às autoridades e outras 15% procuraram ajuda de profissionais de saúde. Somente 6% delas procuraram ajuda em associações para mulheres espancadas (o estudo questiona se isto se deveria ao desconhecimento das mulheres destes recursos). Ainda apontaram que mulheres mais jovens são menos tolerantes à violência do que as mulheres da geração de suas mães, o que pode refletir as mudanças culturais que vão se processando nesta sociedade.

Quanto às características do abuso, tais como intensidade ou tipo de abuso (físico, psicológico, sexual), o estudo supracitado mostrou que as mulheres que sofreram abusos mais intensos (com maior frequência de ocorrência) tinham uma resposta mais ativa ao abuso do que as mulheres com intensidade de abusos mais leves; as mulheres que referiram sofrer dois ou três tipos de abuso simultaneamente (físico, psicológico, sexual) tinham uma resposta mais ativa que aquelas que experienciaram apenas um tipo de abuso, principalmente se o mesmo foi violência psicológica.

Como conclusão, os autores apontam que sair de um relacionamento abusivo se configura num processo em que a mulher passa por períodos de negação e culpa, antes de admitir que o abuso realmente exista. A maioria delas deixa o relacionamento e retorna várias vezes, antes de um abandono definitivo (Ruiz-Perez, 2006).

Strube (1988) já havia demonstrado em estudo pregresso que os fatores que contribuem para a permanência da mulher na relação abusiva, além da falta de recursos financeiros (como em vários outros países), são a questão de a relação abusiva não ser muito severa e também aquelas situações que não afetam diretamente os filhos.

Este autor analisou criticamente várias pesquisas empíricas disponíveis que tratavam da decisão de abandonar relacionamentos abusivos e notou outro ponto importante: a busca de ajuda para as mulheres muitas vezes depende de fatores que estão além do seu controle, tais como a atitude da comunidade com respeito à sua situação, os recursos disponíveis, e o acesso a recursos financeiros e a algum tipo de suporte social. Assim, quando ela resolve pedir ajuda, a resposta que a comunidade

oferece passa a ser um fator determinante nas suas decisões futuras. Isto interessa particularmente no presente estudo, pois quando se propõe a analisar o porquê dessas mulheres permanecerem na relação abusiva, a resposta que elas acreditam que obterão certamente será decisiva na sua escolha de buscar ou não algum tipo de ajuda.

Em estudo qualitativo realizado na Finlândia (Flinck et al, 2005), com o objetivo de descrever as experiências de violência por parte de parceiros íntimos e suas conseqüências, bem como observar o tipo de ajuda e suporte recebido, e que tipo as mulheres esperavam receber, foram entrevistadas sete mulheres de diferentes idades, ocupação e classe social, recrutadas em uma organização voluntária de ajuda a mulheres e crianças abusadas, e que expressaram o desejo de participar voluntariamente da pesquisa.

Nesse estudo foi utilizado um questionário semi-estruturado, com roteiro de entrevistas semi-abertas. As entrevistas aconteceram nas casas das mulheres ou nos consultórios de um serviço de saúde, com duração entre 1h e 30 minutos a 2 horas. Os temas abordados foram: infância das mulheres, relacionamento do casal, experiência com a violência e sobrevivência ao abuso.

Na análise dos dados foi usada a técnica da análise do discurso, e o estudo revelou cinco categorias que emergiram dos temas pesquisados: as categorias **“família sem segurança”**, **“vida familiar por trás das cenas”** e **“segredos das mulheres, sinais e sintomas”**, descreveram as experiências das mulheres com as situações de violência por parte de parceiro íntimo e suas conseqüências; as categorias **“fatores de apoio”** e **“suporte recebido”** descreveram o tipo de apoio e suporte que elas receberam e os fatores que aumentaram sua sobrevivência.

Na categoria **“família sem segurança”** foram agrupados conteúdos que diziam respeito às experiências das mulheres em que a violência por parte do parceiro está associada a opiniões e padrões da família, do casamento e da sexualidade. Percepções e padrões culturais, religiosos e morais recebidos na infância, no meio familiar, dariam espaço ao desenvolvimento de conflitos no que diz respeito à posição ocupada pelo homem e pela mulher na família. As mulheres nesta categoria apontaram que seus maridos tendem a enfatizar sua masculinidade através da sua sexualidade e se posicionam em relação ao sexo como um privilégio masculino. Elas manifestaram, por um lado, o desejo de salvar o casamento, mas por outro, também o de serem independentes.

A posição dos pais da mulher agredida foi geralmente enunciada como cabendo a ela a totalidade da culpa pela dificuldade no casamento, opinião que, segundo a autora, muito provavelmente visava a manutenção de uma situação estável para os filhos. (Flinck et al, 2005)

As mulheres esperavam obter no relacionamento do casal um sentimento de segurança e satisfação de suas necessidades afetivas, mas achavam que seus relacionamentos falharam quanto a atingir essas expectativas. Em cinco entrevistas apareceram experiências de maus tratos e medo na infância; estas mulheres achavam que a violação dos limites da intimidade na infância foi um fator relacionado à predisposição à violência por parte de parceiros íntimos.

Dentro da categoria **“vida familiar por trás das cenas”** as mulheres descreveram suas vidas como sem amor e sem direito a emoções. Retratarem seus maridos como confiantes, corretos, extrovertidos, sexualmente ativos e com habilidades sociais, mas repressores e abusivos em relação às suas esposas. O

relacionamento do casal era caracterizado pelo ciúme e pela infidelidade, e também por problemas sexuais.

Todas as mulheres se viam como objetos sexuais. Relatam que por vezes concordavam em ter relações sexuais para escapar dos maus tratos. Algumas delas sinalizavam seu descontentamento recusando-se a fazer sexo ou trabalhos domésticos, e procurando segurança junto a seus amigos. O padrão de comportamento destas mulheres envolvia períodos de calma, perdão, desculpas e piedade. Temporariamente, acreditavam que poderiam mudar o parceiro.

As mulheres colocaram também que suas esperanças de um casamento para sempre haviam sido arruinadas, e sentiam medo e vergonha por seu fracasso no mais importante relacionamento interpessoal.

A violência em geral envolvia abuso sexual, psicológico, físico, econômico (violência econômica envolvia o parceiro negligenciar suas obrigações econômicas) e espiritual (abuso espiritual envolvia impedir as mulheres de acessar serviços da igreja ou leitura de literatura de caráter espiritual).

“Segredos das mulheres e sintomas”, como categoria, demonstrou que o silêncio e segredos eram características destas mulheres: quando as mulheres ficavam protegidas da violência, elas reconheciam sua raiva, ódio e auto-aversão reprimidos. Algumas vezes os sentimentos negativos se manifestavam em comportamentos autodestrutivos, tendência ao isolamento e ao vício. Em cinco entrevistas apareceram ideação suicida, e três delas eram receosas das injúrias do marido, as quais freqüentemente as induziam a procurar ajuda.

O relacionamento abusivo com os companheiros teve repercussões na saúde física, psicológica e no relacionamento social das mulheres. Os homens acusavam

suas esposas de frigidez sexual, descuido quanto à sua aparência e irresponsabilidade econômica. As mulheres acusavam seus maridos de hiato na empatia e no diálogo, e de ter casos extraconjugais. As mulheres se culpavam pela frigidez sexual, má aparência e discórdia no casamento. Elas se sentiam fracassadas no cumprimento das expectativas cristãs do casamento.

As crianças nestas famílias, ou haviam sido molestadas sexualmente, ou tinham ouvido ou estavam cientes da violência doméstica. Em uma das famílias, a criança havia testemunhado atos sexuais. Em duas famílias, as crianças tinham estado em risco de morte em pelo menos uma situação. Em duas outras famílias, as crianças exibiram distúrbios de pânico, problemas mentais e pensamentos suicidas em sua vida futura.

Foi notado, porém, que as mulheres do estudo também tinham atos de reação em relação à sua situação de violência conjugal.

Quanto à ajuda recebida para o enfrentamento da situação de violência, o estudo destacou, na categoria **“suporte recebido”**, que procurar por ajuda se configurou em algo complicado devido às expectativas sociais e religiosas das mulheres. As mulheres ponderavam sua própria culpa ou temiam que aquela busca por ajuda conduzisse a mais violência. Uma situação mais grave serviu como um primeiro degrau no sentido de deixar a relação. Lembranças e esquecimentos se alternavam em relação à violência: as lembranças estavam associadas ao toque, ao cheiro, à memória emocional e à memória de questões relativas ao corpo. As primeiras tentativas de procura por ajuda geralmente foram mantidas em segredo, devido à possibilidade de o parceiro se opor a isso.

As mulheres procuraram ajuda nas clínicas de saúde mental, centros de família e organizações voluntárias. Quatro das mulheres procuraram ajuda em comunidades espirituais. Ainda assim, encontraram dificuldades para nomear suas experiências e falar a respeito delas.

O apoio de amigos, de grupos de semelhantes ou de relações confidenciais de ajuda foi o tipo de ajuda mais apreciado pelas mulheres. Elas ansiavam por um ambiente seguro e aberto para falar a respeito da violência sofrida e queriam ser consoladas. A maioria das mulheres se decepcionava com os atendentes quando estes demonstravam atitudes preconceituosas, subestimavam a violência ou se mostravam relutantes em tratar do assunto. Quatro mulheres estavam insatisfeitas devido ao modo como o abuso físico era tratado e esperavam um enfoque apropriado nas questões psicológicas e uma referência apropriada para especialistas. Elas esperavam que os profissionais da saúde fossem sinceros, empáticos e tivessem coragem para ouvir as questões difíceis; nas entrevistas, foi colocado que interpretavam as mensagens do corpo, do olhar e a autenticidade das expressões verbais dos atendentes.

Quanto aos **“fatores de suporte”**, a consciência da situação, as ações dirigidas às mulheres e o aconselhamento contribuíram para a saída das mulheres dessa situação de abuso. A tomada de consciência da violência era facilitada pela memória auditiva, visual e emocional da situação vivida. Ter sobrevivido àquela experiência foi atribuído ao apoio de um bom terapeuta, apoio da comunidade espiritual, um bom médico, a fé em Deus, suporte da família de origem, dos amigos, um novo parceiro, um retorno positivo ao ambiente de trabalho e o fortalecimento da auto-estima. As mulheres associaram a experiência de saída da situação de violência

com a habilidade de sonhar e fazer planos futuros, redescobrir seus próprios sentimentos, sua feminilidade, sua sexualidade e seu auto-respeito. Seus planos para o futuro incluíam a possibilidade ou esperança de um novo, seguro e saudável relacionamento a dois.

Nos achados como um todo, o estudo apontou como questões que estariam intimamente relacionados à vivência de violência por parceiros íntimos, o modelo de família introjetado, experiências de maus-tratos na infância, a fragilidade da identidade de ambos os parceiros, e os conflitos entre individualidade e “familismo” (onde se entende familismo como um valor que se atribui à manutenção da família e do casamento, em oposição à priorização do espaço da realização individual). Foi observado também que a auto-imagem destas mulheres estava marcada por valores cristãos (manutenção do casamento devido a preceitos religiosos, suportando a recorrência de maus-tratos), baixa auto-estima, submissão e compromisso com a família.

A percepção de um casamento eterno e de amor incondicional contribuiu para violência na relação do casal. A maioria das mulheres que participaram deste estudo e sofreram abusos relataram alguma forma de maus-tratos e violação da intimidade na infância, apresentando memórias traumáticas na vida adulta.

Pôde-se notar também a negação da dignidade humana nestes casais violentos, onde a recusa do sexo por parte da mulher era tomado como um insulto, e seu comportamento como um ataque à masculinidade. Segundo a autora (Flinck et al, 2005), as experiências das mulheres do estudo sugerem que homens que têm comportamento violento têm baixa auto-estima. Estes achados são consistentes com outros estudos pesquisados pelas autoras que indicam que comportamentos violentos

estão associados à baixa satisfação com sua imagem corporal e incapacidade para administrar o estresse.

Outro importante aspecto encontrado foi quanto ao risco de vida percebido pelas respondentes, em que deixar o agressor aumentava o perigo de morte; na literatura sobre o assunto já havia sido demonstrado que, ao deixar o agressor, as mulheres e as crianças aumentavam seu risco de morte.

Finalmente, o estudo mostrou que a procura por ajuda foi resultado de uma longa consideração, e as mulheres necessitaram de recursos para abandonar a relação; muitas mulheres quiseram ajudar outras com o mesmo problema, sugerindo que voluntárias que haviam sofrido violência poderiam ser mais empáticas e úteis para outras vítimas de abuso. (Flinck et al., 2005)

Outros autores nacionais, como Narvaz e Koller (2006), ao pesquisarem os fatores que contribuem para as mulheres continuarem se submetendo a situações de violência doméstica, apontam também para a naturalização dos papéis estereotipados de gênero, o alcoolismo, a pobreza e a falta de suporte social. O desconhecimento dos seus direitos, a vergonha da sua situação, a necessidade de manterem a família unida, o medo e a insegurança causados pelas ameaças, a dependência financeira e a repetição de relações abusivas através de gerações são apontados pelas autoras como associados à dinâmica da violência. Tais fatores promovem uma posição de desvalia e assujeitamento destas mulheres, dificultando a busca de soluções para a sua situação.

Koller (1999), em estudo realizado no Rio Grande do Sul, aponta que mulheres vítimas de violência doméstica normalmente estão isoladas da sua rede de parentesco e de sua comunidade, o que facilita ao agressor ter o controle da situação.

Isto alerta para o importante fato de que o contexto de apoio e a rede social desempenham relevante papel na superação da condição de risco e submissão a que tais mulheres estão submetidas.

Entretanto, há autores que destacam a contribuição das mulheres para o ciclo de violência, sendo percebidas como co-responsáveis ou como estabelecendo uma relação de complementaridade com estes parceiros, tornando-se assim indivíduos ativos na manutenção da violência sofrida. Para Grossi (1995), a violência no âmbito privado é resultado de uma rede complexa de relações afetivas e emocionais, onde cada cônjuge teria participação e responsabilidade pelo que ocorre. Trata-se de compreender que as mulheres são co-participantes, integrantes do processo de comunicação do casal. Para a autora, a violência se apresenta, então, como uma linguagem que estrutura o contrato conjugal de muitos casais.³

Esta autora utiliza a categoria de relações de gênero como o parâmetro teórico mais frutífero para se pensar uma violência “contra a mulher”. Postula que, deste ângulo, pode-se perceber a violência não apenas a partir do pólo masculino, mas como aspecto que permeia as relações afetivas, inclusive as outras relações que as mulheres estabelecem e onde também podem ser elas próprias violentas. Este entendimento permite “desnaturalizar” a violência do masculino e situá-la nas relações emocionais, das quais homens e mulheres são participantes, bem como

³ Cabe apresentar outro ponto de vista quanto ao fator LINGUAGEM como estruturante do contrato conjugal. Schraiber (2005b) aponta que, enquanto experiência, essa vivência da violência ensina algo, mas não constitui forma de relacionamento onde há interação. Para a autora, violência é *não linguagem* e, portanto, não pode basear *contratos*: é rompimento de contratos ou negociações. LINGUAGEM pressupõe comunicação, e a violência, por definição, é o rompimento da comunicação. Assim, a violência pode até ter sentido para quem a pratica, mas não há preocupação de compartilhar sentido com quem é violentado. Se a violência é entendida como uso instrumental do poder, ou seja, objetificação do outro, não faz sentido, então, pensá-la como uma LINGUAGEM.

desconstruir uma “essência” masculina da violência, presente no senso comum e em parte da teoria do patriarcado (Grossi, 1995).

Foi encontrada ainda, como explicação para a manutenção das situações de violência nos padrões já estabelecidos, a grande dificuldade dos parceiros envolvidos em praticar novos padrões de gênero “quando as mudanças propostas por um dos sexos supõem transformações nas relações de reciprocidade que atingem o outro” (Gregori, 1992), sendo comum o parceiro lutar para que a relação se mantenha nos moldes pré-estabelecidos. É notório que vivemos numa cultura onde tem havido grandes transformações nos papéis masculinos e femininos e, portanto, onde as relações sofrem mudanças, as expectativas e atributos dos indivíduos também têm que mudar. Estas mudanças e as reações a elas podem então desencadear conflitos conjugais que resultariam em violência doméstica.

Assim, se um dos parceiros se afasta do padrão de complementaridade dos papéis sexuais que o casal vem desempenhando isto exigiria um árduo processo de negociações e novos acordos entre os agentes sociais. Como na atualidade tem havido uma transformação nos padrões tradicionais de comportamento social que independe da vontade dos parceiros envolvidos, esta adaptação ao novo gera tensões na vida cotidiana, na medida em que não define uma visão clara das novas atividades a serem desempenhadas. Como consequência, traria uma “considerável ambigüidade na reelaboração dos papéis de gênero” (Gregori, 1992).

Uma forte evidência deste aspecto é a entrada das mulheres na força de trabalho. Nas últimas décadas isto vem operando uma mudança na dinâmica familiar, no sentido de que esta entrada está diretamente ligada à crescente dificuldade dos homens em garantir uma renda familiar adequada ou manter um trabalho estável.

Embora os trabalhos remunerados aos quais as mulheres têm acesso ainda sejam atividades desvalorizadas e mal pagas em relação ao mesmo trabalho feito por homens, as mulheres agora nesta “transição de gênero”, como coloca Giffin (2002), não somente ajudam na provisão do sustento familiar, como também começam a ser responsabilizadas e a se considerarem responsáveis por esta provisão.

Nas classes sociais mais baixas, a questão é ainda mais complexa: esta figura da nova mulher independente, que controla a procriação, trabalha fora e tem seu próprio dinheiro, acaba ocultando a dificuldade da dupla jornada e da exploração do trabalho, vulnerabilizando ainda mais a mulher de classe econômica mais baixa do que as de classe média. Vemos isto muito claramente na questão das empregadas domésticas (que se configura em importante nicho de mercado de trabalho para as mulheres), pois estas são contratadas por baixos salários, em geral sem registro em carteira de trabalho, e cuidam das casas para que suas patroas trabalhem em busca de realização profissional ou participação na vida pública (Giffin, 2002).

O presente estudo tem justamente como sujeito da pesquisa mulheres que moram na região central do município de São Paulo e que trabalham ou trabalharam fora e cuidam de suas casas e filhos. São pessoas com baixa escolaridade, que buscam este ideal de realização. Para a mulher de camada social inferior, novas contradições são criadas quando se impõe a necessidade de renda e o cuidado dos filhos pequenos. Para as mulheres pobres, esta “liberação” da mulher não só não aconteceu, como aprofundou a desigualdade vivida pelas mulheres, pois a ‘dupla jornada’ não se tornou fonte de independência financeira nem de estabilidade familiar (Giffin, 2002); ao contrário, tal situação adiciona tensões às relações de

gênero, uma vez que as próprias mulheres introjetam valores inerentes à cultura, de que a função de provedor cabe principalmente ao homem.

II.3 O vínculo com o companheiro e o amor

Foi demonstrado até aqui que a violência contra a mulher ocorre principalmente no âmbito privado e nas relações de afetividade e intimidade, lugar que culturalmente, deveria pertencer à seara da segurança e do companheirismo, e não do risco. Considerando as questões de gênero pela via dos homens e do masculino, a violência doméstica desse ponto de vista é menos conhecida e menos estudada, porém alguns autores vêm se debruçando sobre o assunto, no sentido de que, ao promover um aprofundamento nesta vertente, se possa compreender melhor o problema e criar condições para se pensar ações de intervenção também pela via do parceiro.

É importante ressaltar que é opção deste estudo não entrevistar os homens ou casais que vivem relacionamentos conjugais violentos; alguns trabalhos presentes na literatura o fizeram e descrevem, entre outras coisas, as diferentes percepções de homens e mulheres sobre a questão da violência, como veremos mais adiante (Deeke, 2007). Porém consideramos relevante uma breve abordagem do masculino pela vertente de gênero, pois, fazendo parte desta sociedade, os mesmos também estão presos na armadilha da cultura, sofrendo na atualidade uma “dupla violência: a do trabalho alienante e informatizado que gera instabilidade no emprego e insegurança; e a do individualismo extremo que fragmenta as relações interpessoais” (Nolasco, 1995).

Minayo (1999), ao trabalhar a violência como sendo partícipe das relações humanas, a coloca como um comportamento aprendido e determinado por aspectos culturais, que acaba fazendo parte dos padrões intra-psíquicos, podendo dar a falsa impressão de ser parte da natureza biológica do ser humano. Isto ocorre em relação aos homens, na medida em que são socializados dentro de um padrão, com exigências de que sejam dominadores, decididos, controladores; de que devam atuar de forma independente; e de que não podem expressar sentimentos mais ternos, pois esta é uma característica ligada à feminilidade. Assim, corremos o risco de nos prender numa armadilha reducionista de explicação do fenômeno da violência pela vertente masculina, ao naturalizar comportamentos que são determinados culturalmente, ou seja, cristalizar os homens na posição de agressores (onde o outro lado da mesma armadilha seria cristalizar a posição das mulheres, colocando-as sempre como vítimas passivas).

A socialização masculina, vista sob a perspectiva de gênero, mostra que os homens aprendem sobre o domínio e o exercem como um direito inerente à sua masculinidade (Alegría-Ortega e Rivera-Medina, 2005). No espaço da família (no padrão mais tradicional), cabe ao homem o papel de provedor e, portanto, de sustento econômico, o que lhe permite exercer a supremacia ou um lugar superior na hierarquia familiar, como um direito e uma responsabilidade primordial. Na atualidade, o aumento da escolarização das mulheres, o crescente ganho de espaço no mercado de trabalho e o aumento do número de mulheres chefes de família, podem ser vistos como fatores capazes de criar conflitos que contribuem para o aumento das tensões nas relações entre homens e mulheres, podendo gerar violência.

Em estudo sobre a temática da sexualidade em homens que vivem com companheiras em torno da construção da identidade masculina e das relações de poder entre os casais, Olavarria (2003) observou a importância do pai para o aprendizado masculino, onde os mesmos socializaram seus filhos para exercer uma posição de maior domínio em relação à sexualidade, a partir de uma posição de maior hierarquia na negociação com a companheira. Com tudo isto, os homens passam a se ver como investidos de um lugar de autoridade na vida conjugal e na família.

Em uma pesquisa recente realizada com homens e buscando estudar a violência, sobretudo a de caráter conjugal e suas implicações para a saúde, Schraiber e Couto (2004) apontam para algumas questões em relação aos achados da pesquisa, tais como a naturalidade com que estes homens relataram a violência, como se esta fosse uma prática corriqueira, uma “causa natural” ou parte da essência masculina.

Nesta pesquisa realizada na cidade de São Paulo, em dois serviços públicos de saúde, com 789 homens de 18 a 60 anos, 77% dos entrevistados relataram a presença de brigas/discussões em seu mais recente relacionamento, e as motivações apontadas para tais desentendimentos foi principalmente o ciúme (30%); 21% deles alegaram que havia brigas sem motivo aparente; e em seguida vinham referidos problemas relacionados a dinheiro e aos filhos, desobediência da mulher ou porque ela “fala muito”. Quando perguntados sobre já terem praticado, alguma vez na vida, atos de violência contra a parceira, 52% dos entrevistados responderam afirmativamente, sendo que, destes, um alto índice referiu tê-lo feito mais de uma vez (80% responderam que praticaram violência física mais de uma vez).

O relato de haver recorrência de atos de agressão, situações que se repetem, acaba por tornar banal e corriqueira a violência nas relações, contribuindo assim para sua invisibilidade e banalização.

Ao serem perguntados, nesta pesquisa, se já haviam sido violentos com alguma pessoa em suas vidas, 70% deles disseram que **não**, o que nos indica que não consideram seus atos para com a parceira como violência.

As autoras apontam algumas explicações dadas pelos sujeitos da pesquisa para seu comportamento agressivo:

- Argumentos baseados em uma lógica “naturalizante” usada pelos homens, ou seja, de que seria natural bater em mulher pelo instinto agressivo dos homens;
- Idéia da perda da razão ou de descontrole devido a comportamentos das mulheres quanto à traição;
- Punição ou correção por atos/comportamentos contrários à sua expectativa de autoridade masculina;
- Idéia de conjugação entre agressão física e sexo: expediente que se integra à dinâmica de dominação – subordinação entre os parceiros, em que a compreensão do prazer sexual da mulher, na visão do homem, implica total submissão (demonstrando assim uma relação de gênero onde os parceiros são desiguais e não considerados como sujeitos de igual valor para decidir e agir).

As autoras apontam para a importância de se trazer para a discussão a temática **homens e masculinidades**, pois “obriga cientistas e formuladores de

políticas a enfrentar questões das inter-relações entre os gêneros” (Schraiber et al., 2004; Schraiber et al., 2005a)

Por tudo o que foi exposto acima quanto ao papel masculino nas relações de conjugalidade violenta, torna-se imprescindível para o presente estudo entender tais relações sob a perspectiva de gênero, uma vez que esta abordagem ajudará a desconstruir a representação que se vê tão comumente no senso comum, e que pode ser encontrada também nas teorias do patriarcado, de uma essência masculina da violência que se funda na idéia de um corpo masculino mais forte e de uma característica psicológica mais agressiva, que determinariam comportamentos e atitudes específicos nos momentos de conflitos entre homens e mulheres.

Homens e mulheres podem ter diferentes percepções em relação ao comportamento abusivo. Em estudo qualitativo (Deeke, 2007) realizado com 30 casais cujas mulheres haviam registrado queixa à Delegacia da Mulher em Florianópolis, foi demonstrado que houve certa inconsistência nos discursos dos parceiros envolvidos em situação de violência conjugal. Enquanto nenhuma mulher relatou **não** haver agressão física, alguns homens disseram não existir este tipo de agressão, considerando infundada a queixa à delegacia, como também negaram a frequência diária das agressões apontadas por três mulheres.

Ao entrevistá-los perguntando pelos **motivos** que iniciam a dinâmica de violência em seus relacionamentos, os mesmos apontaram como fatores desencadeantes das situações de agressão o **ciúme**, a **traição**, a **ingestão de álcool** e **“ser contrariado”**. Assim, fantasias de que estão sendo traídos, de que são preteridos em relação aos amigos e/ou parentes, e quanto aos relacionamentos anteriores do parceiro, podem deflagrar a agressividade em relação ao seu par. Foi

constatado pela autora que o ciúme e a traição se entrecruzam e foram abordados pelos sujeitos da pesquisa, ora diretamente, ora reticentemente, durante os relatos (o que se explica pela delicadeza do tema).

O fator “**ser contrariado**” em sua vontade ou em uma ordem dada à parceira, presente principalmente no discurso masculino e destacado como categoria descritiva dos motivos do comportamento violento no ambiente doméstico, nos remete a uma infantilização da mulher (ou ainda a um discurso onde seria da essência masculina tal dominação), sendo então um meio para coagir e subordinar a parceira à sua vontade.

A autora objeta que a permanência das mulheres nestas relações, apesar da queixa prestada na Delegacia, poderia sugerir um vínculo de amor e ódio, e também de desprezo mútuo encontrado em alguns casais. Em sua opinião, tais relacionamentos se transformam em instrumentos de tortura e controle, onde se desencadeia um perigoso jogo de dominador/dominado: a mulher se queixa de ser controlada, vigiada em seus passos, mas em contrapartida sente-se protegida e resguardada dentro desta relação (Maldonado, 1995). Portanto, a mulher oscila entre trocar a segurança da estabilidade do relacionamento, ainda que insatisfatório, pelo imprevisto da liberdade.

Foi destacado ainda que o agressor justifica seu comportamento buscando culpar o parceiro envolvido, ou seja, justifica que os desencadeadores do processo de violência são de responsabilidade do outro, não assumindo a própria responsabilização por seus atos.

Deeke (2007) aponta em suas conclusões que, mesmo tendo abordado as categorias **ciúme**, **ser contrariado**, **ingestão de álcool** e **traição** em seções específicas, tais categorias surgiram simultaneamente nas falas dos sujeitos,

representando ser tanto motivos desencadeadores das agressões, como coadjuvantes na retroalimentação do circuito de violência conjugal.

Ao se pesquisar os relacionamentos conflituosos em que algumas mulheres permanecem, inevitavelmente se adentra nos aspectos intersubjetivos destas relações, aspectos estes que estão determinados e determinam as relações sociais e históricas. Tais aspectos incluem uma “ordem emocional” que traz **sentimentos conflitantes** para com o parceiro abusivo. Em um dos pólos, portanto, encontra-se o “amor” por vezes referido pelas mulheres como o que as mantém ligadas ao agressor.

Segundo Neves (2007) as concepções sobre o amor são bastante importantes para a organização de várias sociedades, pois definem, implicitamente, o que é apropriado e desejável nas relações entre os indivíduos; diz ainda que o amor necessita ser entendido no contexto de suas significações históricas e culturais, pois o que é percebido como uma manifestação de intimidade ou amor, pode se diferenciar dependendo do espaço e do tempo em que o fenômeno está situado. Apesar de o amor só tardiamente ter começado a ser visto como objeto científico nas ciências sociais e humanas, o desenvolvimento de teorias psicológicas e sociais sempre o colocam como ocupando um papel central nas relações de intimidade (Neves, 2007).

Féres-Carneiro (apud Neves, 2007) revela que o novo ideal contemporâneo do amor e do casamento, vai se constituindo a partir do século XVIII, quando se juntam duas formas de amor tradicionalmente opostas:

um novo ideal de casamento vai-se constituindo aos poucos no Ocidente, em que se impõe aos cônjuges que se amem ou que pareçam se amar, e que tenham expectativas a respeito do amor. O erotismo extraconjugal entra no casamento e o amor paixão é visto como modelo. Hoje ninguém duvida da dignidade do amor conjugal. A sociedade contemporânea não aceita mais que alguém possa se casar sem desejo e sem amor.

Não raras vezes, o amor aparece como atributo feminino, ou seja, como sendo um sentimento exclusivo das mulheres. Ao tomarmos o livro do sociólogo Anthony Giddens, *A Transformação da Intimidade*, este se vê impelido a falar sobre o **amor**, apesar da sua proposta ter sido inicialmente discorrer sobre o sexo para os gêneros masculino e feminino. É ele quem vai dizer que “os ideais de amor romântico sempre afetaram mais as mulheres que os homens, apesar de esses últimos serem também influenciados por eles” (Giddens, 1993).

Porém, o autor pontua que na atualidade aparece pela primeira vez na história a reivindicação feminina de igualdade com os homens, especialmente “um relacionamento de igualdade sexual e emocional, explosivo em suas conotações em relação às formas pré-existentes do poder no sexo” (Giddens, 1993). Tais transformações sociais apresentam então, mulheres que não admitem mais a dominação sexual masculina e ambos os sexos têm que lidar com as implicações deste fenômeno, pois as mulheres hoje esperam receber e proporcionar prazer sexual, o que se torna um requisito chave para um bom relacionamento ou para um relacionamento duradouro.

Na nossa sociedade e tempo histórico, o amor monogâmico é algo valorizado pelas mulheres e as mesmas cobram também esta postura do marido, tentando romper com antigos paradigmas/valores de que ao homem era permitido, e até invejado por outros homens, ter várias mulheres ou manter relações extraconjugais, questionando a dupla moral sexual.

O amor monogâmico traz a idéia do amor romântico, associando a questão do amor com o casamento e com a maternidade, e também a idéia de que o amor verdadeiro, uma vez encontrado, é para sempre. Esta talvez possa ser uma das

explicações de por que as mulheres resistem tanto em abandonar seus parceiros abusivos, associado ao fato de que o amor romântico presume um **encontro**, uma “comunicação psíquica, um encontro de almas que tem um caráter reparador”; o outro vem, então, para preencher um vazio que muitas vezes nem o próprio indivíduo reconhece, vazio este que tem a ver com auto-identidade, convertendo o indivíduo fragmentado em uma pessoa inteira (Giddens, 1993).

No amor romântico, a absorção pelo outro, está integrada na orientação característica da **busca**, que é uma conquista da auto-identidade, esperando a sua validação a partir da descoberta do outro. O autor mencionado acima aponta que há aí um caráter **ativo** nesta busca, e que estas “heroínas” das novelas atuais são independentes e corajosas: elas encontram e enternecem o coração dos homens, suavizam a “masculinidade supostamente intratável do objeto amado, possibilitando que a afeição mútua se transforme na principal diretriz de suas vidas juntos” (Giddens, 1993).

Talvez por isto se perceba tão freqüentemente nos discursos das mulheres que se encontram em relacionamentos difíceis, que não gostariam de abandonar seus companheiros, mas sim esperam que eles mudem, numa alusão de que elas próprias poderiam ser um fator de mudança do outro.

Tal amor, nos ensina Giddens, projeta-se em dois sentidos: apóia-se no outro, idealizando-o, e projeta um curso do desenvolvimento futuro. Isto parece bem interessante para as questões que aqui se colocam sobre as mulheres que permanecem nas relações violentas, pois várias delas podem resistir em buscar ajuda mesmo quando a ajuda se apresenta (não desconsiderando aqui a ambivalência que algumas mulheres podem vivenciar em relação ao desejo de buscar ajuda e sair da

relação ou permanecer nela, e a fragilidade concreta das possibilidades de ajuda); este relacionamento idealizado projetado no futuro pode fixá-las num projeto de vida que as impede de abrir mão do que planejaram, reforçando e banalizando a violência de que são alvo.

Bueno (1999), a respeito das questões anteriores, vai buscar em Freud uma alusão ao **amor**, onde o autor postula que o amor consiste em supor o ideal de si mesmo no outro, sendo, portanto, a gênese do enamoramento essencialmente narcísico. “O ser falante cria uma imagem ideal, tanto de si como de seu objeto amoroso, que vem justamente completar o que falta ao eu para chegar a este ideal sonhado. Por isso é dito que se ama no outro a própria carência” (Bueno, 1999); então, abrir mão deste objeto torna-se algo penoso, podendo fixar a mulher num relacionamento abusivo que, às vistas de quem olha de fora, pode parecer inadmissível, pois se enxerga com evidência o abuso, enquanto que vivido por dentro, traz características subjetivas de difícil elaboração.

Ainda numa vertente mais psicológica, tomaremos o livro *O Laço Conjugual*, em que vários autores se propõem a pensar a **conjugalidade** na atualidade enquanto uma realidade social. Calligaris (1999a), já na apresentação, pontua que “a conjugalidade tornou-se ao mesmo tempo um valor crucial, ou seja, um componente indispensável de qualquer sonho de felicidade, e o lugar de um sofrimento patológico”.

Explicita que, a partir do momento em que a conjugalidade não é mais uma decisão de conveniência, como acontecia em certa época, quando as famílias a tomavam segundo os imperativos sociais e patrimoniais, colocando como suposição que seu fundamento seja o amor, ela vem se tornando lugar de sofrimento. Isto passa

a acontecer na modernidade, quando a escolha do parceiro se dá então pelo amor; “a própria reprodução social e biológica aparece impossível se a conjugalidade que a permite não for sustentada pelo amor”, nos diz ele.

Calligaris ainda opina que este “sonho de felicidade” é um dos efeitos do individualismo que vivemos nos dias atuais: da mesma forma que os indivíduos vivenciam as estruturas simbólicas que organizam sua vida social como resultado de um contrato entre os membros da sociedade, sujeito à aprovação pelo menos implícita de todos, acredita-se que a conjugalidade deva propiciar a felicidade amorosa e sexual idealizada. Propõe que estas dores conjugais sejam pensadas como inevitáveis em nossa cultura, e aponta como saída possível para tal sofrimento, não a busca pela suma felicidade conjugal, mas justamente o aprendizado da desistência desta exigência (Calligaris, 1999a).

Neste estudo, objetiva-se compreender as relações que se estabelecem na conjugalidade violenta, tomando como premissa que a situação de violência não é desejável ou não é tida como boa pelas mulheres, ao menos conscientemente, e que iniciativas foram tomadas tentando-se a mudança deste contexto. Até aqui, tentou-se entender como as mulheres se vêem e aos seus parceiros nestas relações, os recursos a que têm acesso, as instituições a que recorrem e as questões de gênero envolvidas nas relações conjugais, delineando-se os elementos de como estas relações se constituem e se mantêm, ou das mudanças ocorridas.

II.4 Vulnerabilidade e situação de conjugalidade violenta

Tomaremos ainda aqui um último referencial teórico que nos ajudará numa análise integrada destes vários aspectos levantados: a noção de **vulnerabilidade**.

Esta é uma noção recente, utilizada mais freqüentemente nos estudos de HIV/AIDS; porém pode ser tomada por empréstimo para a questão da violência doméstica como quadro conceitual de grande utilidade, uma vez que considera de modo integrado o conjunto de aspectos **individuais**, do **contexto social** e também aspectos **programáticos**, que podem nos indicar uma maior suscetibilidade à ocorrência de violência, como é o caso no seu uso em relação à AIDS.

Ayres et al. (2003) definem vulnerabilidade como o

Movimento de considerar a chance de exposição das pessoas ao adoecimento como resultante de um conjunto de aspectos não apenas individuais, mas também coletivos, contextuais, que acarretam maior suscetibilidade à infecção e ao adoecimento e de modo inseparável, maior ou menor disponibilidade de recursos de todas as ordens para se proteger de ambos.

Assim, o conceito de vulnerabilidade torna-se relevante para a questão aqui abordada, pelo destaque a aspectos tanto individuais quanto do contexto social e dos programas assistenciais, que influem na susceptibilidade dos indivíduos à violência. Por meio da “articulação entre estes diferentes aspectos, esta abordagem procura elucidar as condições da vida cotidiana e da interação entre os indivíduos ou grupos sociais que atuam na maior ou menor exposição às situações de violência” (Durand, 2005).

A articulação destes **três eixos** pode garantir a expressão de um saber sobre o potencial de adoecimento dos indivíduos e para entendermos como ele constrói respostas ao problema. Também para a violência, estes eixos sintetizam as diversas dimensões da vida em sociedade e serão mais bem detalhados abaixo, tentando-se uma correlação com outros referenciais aqui levantados.

O **eixo individual** (pessoal) envolve tanto dimensões cognitivas quanto comportamentais; a primeira (dimensão cognitiva) refere-se ao acesso e à qualidade das informações que o indivíduo possui para sua proteção e redução do risco; a segunda (dimensão corporal) refere-se às características pessoais ligadas à capacidade de elaborar e incorporar as informações, transformando-as para o seu próprio bem-estar.

O **eixo social** refere-se a aspectos do contexto onde aquele indivíduo está inserido, como acesso a escolarização, meios de comunicação que possam trazer dados sobre sua condição e dos demais membros da comunidade, disponibilidade de recursos materiais acessíveis, organização política, possibilitando em maior ou menor grau a incorporação de práticas mais protetoras por parte daquele indivíduo.

E, por último, o **eixo programático**, que diz respeito aos esforços programáticos presentes em determinado contexto e se traduzem em ações voltadas à proteção das pessoas em relação a determinado problema.

No caso da violência doméstica, pudemos ver, nos vários estudos aqui abordados, que a mulher acessa as instituições disponíveis e colocadas a seu serviço, como as Delegacias de Defesa da Mulher, a justiça, os serviços de saúde, como partes de uma rede de apoio ou de proteção, para tentar resolver o problema das agressões. Porém, há outros eixos que influem nesta decisão (como o eixo individual, por exemplo), que muitas vezes determinam que elas não dêem prosseguimento aos processos judiciais, ou não retornem aos serviços de saúde por não conseguirem seguir uma orientação do profissional de saúde. Ainda numa relação imbricada destes dois eixos, já foi destacado aqui que o fato de haver uma rede de serviços mais bem estruturada para amparar as mulheres em situação de violência conjugal, as

impulsiona a buscar ajuda em maior grau do que em lugares onde a rede é incipiente ou de difícil acesso. Isto pode ser percebido em pesquisa aqui descrita quanto à busca de ajuda em capitais como São Paulo e Recife (Schraiber et al., 2002).

Assim, os vários autores que trabalham com o conceito de vulnerabilidade (Ayres et al., 2006; Delor e Hubert, 2000) pontuam que o êxito das intervenções está diretamente associado à abordagem articulada dos três eixos acima mencionados. Acreditam ainda que a articulação de informações sobre os três eixos pode possibilitar “um conhecimento sobre as suscetibilidades populacionais construído com base na consistência lógica, na coerência empírica e na evidência prática de uma certa relação parte–todo” (Durand, 2005). No caso, a análise da vulnerabilidade expressaria um saber sobre os potenciais de adoecimento e não adoecimento de todo e cada indivíduo, sempre passível de contra-argumentação lógica, empírica e prática (diferentemente, por exemplo, dos estudos de risco que produzem um conhecimento sempre demonstrável em termos probabilísticos). Portanto, a vulnerabilidade não se propõe a produzir um conhecimento que almeje generalizações para outras populações, mas que tem sua validade como “conhecimento objetivo com base no seu sucesso em particularizar relações parte–todo identificadoras de situações cujo conhecimento permita intervir sobre a suscetibilidade das pessoas ao agravo em questão” (Ayres et al., 2003).

Neste estudo, poder problematizar sobre a questão central deste trabalho - o porquê de as mulheres permanecerem na relação de conjugalidade violenta - a partir da integração destes três eixos, poderá trazer avanços na compreensão do fenômeno e possibilita a integração dos três temas de análise aqui propostos: os aspectos intrapsíquicos da subjetividade, as questões socioculturais intersubjetivas, e como se

inscrevem as questões de gênero presentes na relação conjugal e a busca por ajuda para o enfrentamento da situação de violência doméstica.

Por fim, acreditamos que a análise de entrevistas com tais mulheres permitirá desvendar possibilidades de respostas e posturas diversificadas diante da situação de violência doméstica, a diversidade de posições levando-se em conta o acesso à informação, contemporizando-se a questão de que se sentem ou não no direito de ter uma vida sem violência, essencial para que se sintam como legítimos e busquem de fato seus direitos e o resgate da sua dignidade.

Pensamos que, desvendando tais nuances da relação e dos caminhos buscados para a mudança, oferece-se a possibilidade aos serviços de saúde de se estruturarem para ofertar um apoio efetivo e eficaz para estes indivíduos, no sentido de se tornarem sujeitos nas suas relações, ressignificando seus papéis e criando possibilidades de novas posturas ético-políticas. A área da saúde se constitui também como importante articulador da rede intersetorial necessária para abordagem do complexo problema que é a violência doméstica.

Através da relação pesquisadora–pesquisada será propiciada oportunidade para que estas mulheres elaborem e explicitem os significados da violência sofrida, de questões relacionais associadas à sua situação atual, da legitimidade da busca por seus direitos, das dificuldades e possibilidades na busca de ajuda e das possibilidades de reinvenção de novas rotas, podendo compartilhar tais experiências com o pesquisador respaldado por cuidados éticos.

III OBJETIVOS

- Delinear os aspectos intrapsíquicos da subjetividade da mulher em situação de violência, definindo como ela se vê e ao seu parceiro;
- Buscar os aspectos sócio-culturais das relações intersubjetivas que influenciam a manutenção da situação de violência doméstica e como se inscrevem as questões de gênero nestas conjugalidades;
- Identificar os caminhos percorridos pelas mulheres para a busca de apoio ou ajuda para o enfrentamento da situação de violência doméstica apontando o que dificulta ou facilita a modificação desta situação.

IV METODOLOGIA

IV.1 Desenho geral da pesquisa e metodologia

A opção metodológica para o presente estudo foi a da abordagem qualitativa, e tal escolha se justifica devido às características do objeto e aos objetivos da pesquisa. Ao pesquisador geralmente é colocada a questão de “encontrar a melhor construção operatória pela qual, a partir das hipóteses científicas, se evidenciem as provas, ou seja, as respostas produzidas pelo cientista, com base em métodos, técnicas e instrumentos de investigação” (Schraiber, 1995). Assim, a pesquisa qualitativa vem responder a questões que possuem um nível de realidade que não se apresenta como quantificável. Ela trabalha com o universo de significados, motivações, aspirações, crenças, valores e atitudes que correspondem ao espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis, ou seja, um “lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas” (Minayo, 1994).

O presente estudo, ao eleger como seu objeto a análise da permanência das mulheres nas situações de violência conjugal, estará trabalhando as memórias dos indivíduos entrevistados sobre fatos do seu passado, lembrando que o trabalho de rememoração traz embutida uma significação particular daquele indivíduo na construção do ocorrido. Neste encontro, através da interação com o pesquisador, poderá ser aberta mais uma possibilidade de os entrevistados refletirem sobre a sua posição enquanto **sujeito** nas ações por eles vivenciadas, e sobre os fatos que fazem parte de sua história. Aqui cabem as observações que já são usuais na pesquisa qualitativa, em que o entrevistado ao produzir depoimentos pessoais ou narrativas

sobre suas vivências termina por refletir criticamente sobre tais questões, podendo ressignificar suas experiências (Schraiber, 1995).

Para Minayo (1993), a entrevista não se reduz a um trabalho de coleta de dados, mas deve ser entendida como uma situação de interação na qual a informação dada pelos sujeitos pode ser afetada pela relação com o entrevistador. Portanto, “a dessimetria nas posições do entrevistador/entrevistado tem que ser compreendida e assumida criticamente em todo o processo de construção do saber”.

O entrevistador procurou minimizar tal dessimetria colocando-se numa posição de acolhimento, estabelecendo uma escuta respeitosa com as mulheres entrevistadas, um vínculo de solidariedade com elas, livre de qualquer julgamento quanto à sua posição de permanecer em um relacionamento abusivo.

O cuidado para que a entrevista não se tornasse uma sessão terapêutica foi perseguido com esmero, pois em nossa opinião tal aspecto prejudicaria a entrevista, além de se configurar em algo inadequado em termos de abordagem psicoterápica. As mulheres que dirigiram à pesquisadora qualquer demanda por intervenção foram encaminhadas ao próprio serviço, a serviços de saúde mental de referência contatados previamente pela pesquisadora, ou a serviços da área jurídica.⁴

O modo como o convite foi feito pelos Agentes Comunitários de Saúde (que convidavam o sujeito a dar um depoimento pessoal sobre conflitos no relacionamento conjugal), a pesquisadora apresentada (se referiam ao pesquisador como psicóloga devido ao conhecimento prévio que tinham sobre a mesma) e o

⁴ O fato de a entrevistadora ser psicóloga por vezes causou certa confusão de papéis, fato esclarecido pela pesquisadora, com posterior orientação e encaminhamento a espaços adequados para responder às demandas trazidas pelas mulheres. Isto não significou que respostas não pudessem ser dadas, ou seja, por vezes foram pontuados pela pesquisadora aspectos que favoreciam uma reflexão sob um novo ponto de vista, no intuito de promover uma maior amplitude no modo de enxergar a sua situação.

próprio tema abordado (é comum e até natural em uma entrevista como esta que a mulher peça ajuda) podem ter sido responsáveis pela demanda por respostas por vezes dirigida à pesquisadora; o ocorrido, porém, não se caracterizou como obstáculo, sendo tomado como um aspecto positivo, respaldado nas colocações de Minayo (1993) ao evidenciar que:

Na pesquisa qualitativa, o envolvimento do entrevistado com o entrevistador, em lugar de ser tomado como uma falha ou risco comprometedor da objetividade é pensado como condição de aprofundamento de uma relação intersubjetiva (p. 124).

A tarefa do pesquisador foi então a de compreender e delimitar qual a questão a ser buscada e perseguir a resposta, evitando o trabalho terapêutico e remetendo a mulher em questão às instâncias adequadas.

O grupo de informantes era composto por mulheres usuárias da Unidade de Saúde da Família Dr. Octávio Augusto Rodovalho, no bairro do Bom Retiro, no município de São Paulo, onde já foram realizados outros processos investigativos em relação à violência doméstica (Schraiber et al. 2003). Os sujeitos foram identificados pelas Agentes Comunitárias de Saúde (ACS) desta unidade, que fizeram contato explicando o motivo da pesquisa e convidando-as a dar uma entrevista sobre sua história. As ACSs pontuavam que a pesquisa versava sobre **relacionamentos difíceis**, não sendo abordada diretamente neste momento, a questão da violência nas relações conjugais.

Foram escolhidas mulheres consideradas boas informantes, que permanecem na situação de violência doméstica, de camada social baixa, em uma quantidade de **seis entrevistas**, definidas em função do material colhido, levando-se em conta a quantidade e qualidade do material produzido, como também o acesso às mulheres em tal situação. As entrevistas duraram em média uma hora e trinta minutos e houve

apenas um encontro com cada entrevistada. Quanto à idade das mulheres captadas, buscou-se uma diversidade, estando a mais nova com 24 anos e a mais velha com 82 anos (as outras quatro entrevistadas tinham 33, 36, 37 e 38 anos). O tempo de permanência na relação também foi muito diverso, oscilando de 2 anos a 54 anos de convivência no relacionamento abusivo.

Em relação ao acesso a estas entrevistadas é importante ressaltar que os Agentes Comunitários de Saúde (ACS) foram contatados pela pesquisadora com o aval da Diretora da Unidade, depois que o projeto havia sido aceito pelo Comitê de Ética da Secretaria Municipal de Saúde – Prefeitura Municipal de São Paulo (Anexo D). Os casos foram escolhidos pelos próprios ACS dentre as famílias de sua responsabilidade (microárea), de acordo com o solicitado pela pesquisadora e, em sua maioria, eram casos de difícil abordagem e já conhecidos da equipe de saúde, pois as mulheres vivenciavam a situação de violência de longa data.

A escolha da Unidade de Saúde da Família do Bom Retiro se deu devido à vinculação da pesquisadora com o serviço, o que no seu entender facilitaria o contato com os profissionais, interferindo positivamente na captação das mulheres, o que de fato ocorreu. O processo da pesquisa e a interação com a pesquisadora possibilitaram modificações na percepção por parte dos profissionais do tema da violência doméstica, ao menos no que tange ao vivenciado por estes profissionais na sua vida pessoal, pois a pesquisadora foi procurada por alguns componentes da equipe que, espontaneamente, relataram situações de violência em seus relacionamentos íntimos.

Ao eleger a USF Bom Retiro como campo da coleta de dados não houve a pretensão de tomar as mulheres que freqüentam tal serviço como uma amostra de um universo maior no sentido estatístico, pois isto também não faria sentido para o

desenho de pesquisa aqui apresentado. Igualmente, o tipo de representação esperada era aquele da perspectiva qualitativa de aproximação às realidades socioculturais daqueles que freqüentam aquele serviço de saúde, nos ajudando a compreender como pessoas específicas, num dado lugar e numa época determinada, vivem e se relacionam, e que significados atribuem a este modo de vida, sem pretensão de generalização.

Em relação à amostragem, Minayo (1993) nos coloca que, numa abordagem qualitativa, preocupa-se menos com a generalização e mais com o aprofundamento e a abrangência da compreensão do grupo estudado, devendo ser considerados ao se compor a amostra:

- (a) os sujeitos sociais que detêm os atributos que o investigador pretende conhecer;
- (b) considerá-los em número suficiente para permitir uma certa reincidência das informações, porém não desprezando informações ímpares cujo potencial explicativo tem que ser levado em conta;
- (c) entender que na sua homogeneidade fundamental relativa aos atributos, o conjunto de informantes possa ser diversificado para possibilitar a apreensão de semelhanças e diferenças;
- (d) esforçar-se para que a escolha do lócus e do grupo de observação e informação contenham o conjunto de experiências e expressões que se pretende objetivar com a pesquisa .

No presente estudo consideraremos os sujeitos como **informantes**, uma vez que não houve a intenção de caracterizá-los como representativos de um determinado universo, ou seja, não foram tomados como amostra de um universo maior.

A coleta iniciou-se em abril de 2007, tendo sido concluída somente em dezembro do mesmo ano. Tal demora se deveu à dificuldade de acesso a estes sujeitos devido à delicadeza do tema, e também ao grande número de rejeições aos convites feitos pelos ACS, pois várias mulheres responderam que não gostariam de falar sobre o assunto. Devemos também levar em conta aqui a questão que já vem

sendo debatida nos estudos sobre violência doméstica, da **invisibilidade** deste problema (Schraiber e d'Oliveira, 1999b; Batista, 2003), pois em toda a área de abrangência do serviço, e para a população elegível, foi detectado apenas um pequeno número de casos (cerca de 20 mulheres foram convidadas), chegando-se a apenas seis mulheres que se propuseram a dar um depoimento sobre sua vida (é sabido por pesquisas anteriores que a prevalência de violência doméstica naquela população é bastante significativa). Das seis entrevistas colhidas, apenas uma mulher pertencia à favela (atual Parque do Gato), sendo as outras cinco moradoras do bairro.

Em pesquisa realizada com o objetivo de estudar a violência doméstica e sexual entre mulheres usuárias de serviços de saúde portas de entrada do sistema no setor público (Andrade, 2003; Schraiber et al. 2003), a população residente desta região fez parte da amostra dessa pesquisa, tendo sido encontrada uma prevalência de 53,9% de mulheres que referiram já ter sofrido atos de agressão psicológica, física e/ou sexual perpetradas por parceiros ou ex-parceiros e familiares alguma vez na vida. A prevalência de violência doméstica encontrada entre as mulheres que faziam parte de subgrupos populacionais em situação de maior vulnerabilidade ou exclusão social (moradoras de rua, profissionais do sexo, moradoras da Favela dos Gatos) foi de 69,3%, o que comprova que a prevalência de violência doméstica perpetrada por parceiro foi mais grave entre as usuárias pertencentes a subpopulações em situação de exclusão social.

Ainda em relação à população elegível para o presente estudo, é importante ressaltar que apenas uma parcela das pessoas cadastradas na Unidade de Saúde da Família tinha o perfil adequado para o estudo, pois tal unidade atende grupos populacionais bastante distintos entre si, convivendo no mesmo território. Tais

grupos possuem características idiossincráticas diversas, tais como: bolivianos que residem e trabalham na região, geralmente em pequenas oficinas de costura e que mantêm uma situação de clandestinidade no país; pessoas moradoras de uma favela recentemente verticalizada, que tiveram uma visível melhora nas condições de moradia e saneamento, mas continuam enfrentando a antiga situação da violência e tráfico de drogas característicos da situação de favela; imigrantes coreanos que dominam o comércio local; e uma parcela mais antiga da população residente, que são os descendentes de imigrantes italianos que chegaram ao país no começo do século XX para trabalhar nas indústrias e se mesclaram aos descendentes de portugueses já estabelecidos na região.

Ficou estabelecido que a população boliviana e os coreanos não participariam da amostra devido a diferenças culturais notadamente marcantes nestes dois subgrupos, além do fato de a clandestinidade muitas vezes promover uma situação de exclusão social que pode predispor esta população a níveis exacerbados de violência.

As duas ACSs que atuam no Parque do Gato (antiga Favela dos Gatos) referiram conhecer a situação da mulher que aceitou conceder a entrevista; outras mulheres do parque foram convidadas, mas optaram por não comparecer para não faltar ao trabalho. Na população elegível para o estudo, várias outras mulheres também referiram não poder comparecer ao serviço de saúde para serem entrevistadas pela pesquisadora devido à impossibilidade de faltar ao trabalho. Além dessa justificativa, sabemos que a delicadeza do tema também influenciou na recusa em falar no assunto.

Na coleta de dados usou-se a técnica de entrevistas semi-estruturadas ou abertas, onde a entrevistado teve uma narrativa livre do tipo depoimento pessoal

(relato oral) conduzindo-a em seu ritmo, mas amparada pelo roteiro (anexo A), cabendo à entrevistadora apenas a função de cuidar para que ela não se desviasse do assunto, garantindo a máxima profundidade possível no seu relato.

A entrevistada pôde falar da sua experiência enquanto representação daquele tema em particular, porém se partiu da premissa que a dimensão do social e da realidade coletiva estava presente nesta narrativa individual, da qual se puderam depreender questões de gênero e outras construções socioculturais presentes nos relacionamentos, que nos remetem à conjuntura maior da sociedade em que estes atores estão inseridos. Portanto, apesar de o número do material colhido se constituir em seis entrevistas, elas tomam um caráter de representatividade de um modo de vida presente na sociedade em que vivemos, bem como possibilitam um olhar sobre a diversidade de modos, entre os casais, de se lidar com situações de conjugalidade violenta. Esta também foi uma vantagem da técnica, pois permitiu explorar o coletivo através da reconstrução pessoal (Schraiber, 1995).

O uso de entrevistas semi-estruturadas teve neste método, o “suporte principal que revela a rede de relações sociais”, onde as experiências “são descritas em sua dimensão temporal e permitem alcançar os mecanismos de funcionamento da estrutura social que as contém” (Camargo, 1983).

Não julgaremos aqui o quanto os fatos relatados são verídicos ou não, no sentido do quanto correspondem “realmente” ao ocorrido. As falas serão tomadas como interpretações das vivências daquele sujeito em particular, e os efeitos produzidos por tais vivências na situação atual das pesquisadas. Saffioti e Almeida (1995) colocam que, recontar histórias, não significa reviver o passado, mas sim

revisitá-lo, e reconstruí-lo com o olhar do presente, matizadas por representações e experiências acumuladas, inscritas em condições dadas. Uma história, em especial a da própria vida (ou melhor, de seus fragmentos seletivamente apresentados e significados), é sempre recontada a partir de contornos postos por circunstâncias determinadas: o público (presente de forma explícita ou não), o local, a época, etc.

O roteiro utilizado (anexo I) foi o mesmo usado no Projeto CNPq “Saúde da Mulher, Relações Familiares e Serviços de Saúde do Sistema Único de Saúde (SUS) em duas capitais, Recife e São Paulo”, sob a coordenação da Professora Dra. Lilia Blima Schraiber, da Faculdade de Medicina da USP. Este instrumento foi utilizado num dos braços desta pesquisa para investigação das rotas percorridas pelas mulheres em situação de violência, cuja responsabilidade coube à Professora Dra. Ana Flávia Pires Lucas d’Oliveira.

O roteiro funcionou como um guia da narrativa, orientando o pesquisador para os temas a serem abordados, constituindo-se em apoio ao trabalho de reflexão ou de rememoração do entrevistado; foi percorrido subordinadamente à dinâmica que o próprio entrevistado imprimiu ao relato, respeitando a sequência e as elaborações produzidas.

A dinâmica das entrevistas contemplou várias etapas:

- Explicação do interesse e dos motivos da pesquisa ao entrevistado;
- Justificativa da escolha de sua pessoa;
- Garantia de anonimato da entrevistada e sigilo quanto ao conteúdo relatado;
- Solicitação de leitura e assinatura, se de acordo, do Consentimento Livre Esclarecido (anexo B) e de permissão para gravar a entrevista;
- Conversa inicial a título de aquecimento;

- Introdução das questões a serem pesquisadas.

Foi garantido às entrevistadas o sigilo absoluto de sua identidade, bem como deixada a seu critério a possibilidade de interrupção da entrevista a qualquer momento que assim o desejasse, pois o conteúdo da pesquisa dizia respeito a assuntos que poderiam mobilizar sentimentos difíceis. Também foi oferecido apoio no próprio serviço de saúde através do Serviço Social do mesmo, bem como em outros serviços de saúde da região com estrutura para lidar com a temática específica da violência, caso a entrevistada manifestasse esta demanda, ou ainda referidas à rede intersetorial (foi ofertado às entrevistadas o **Guia de Serviços**⁵, como um recurso para que as mesmas tivessem consigo um instrumento que lhes possibilitasse mapear a rede assistencial disponível na sua área de moradia).

A coleta se deu em consultórios da Unidade de Saúde da Família do Bom Retiro, com privacidade e tranquilidade; houve interrupção em apenas uma entrevista, devido à necessidade de acesso a material de enfermagem armazenado no armário do consultório onde se realizava a entrevista. Todas as entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas, e as fitas destruídas pela pesquisadora.

As entrevistas transcorreram em um clima de cooperação e também de emoção acerca das vivências relatadas pela participante; apesar do conteúdo mobilizador, não foi percebida nenhuma resistência ou constrangimento por parte das entrevistadas em seus relatos. Ao término, as mulheres pareciam mais aliviadas e apoiadas principalmente ao se traçar o caminho percorrido em busca de alguma

⁵ Guia Prático de Serviços. Município de São Paulo. Mulheres em situação de violência, 1999. 2ª ed., Faculdade de Medicina da USP, Depto Medicina Preventiva; Centro de Saúde Escola Samuel B. Pessoa e Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde. Apoio Fundação FORD, São Paulo.(1ª ed., 1996).

solução, onde ficou claramente explicitado que não aceitavam passivamente a situação de violência.

VI.2 Análise dos resultados

Para a análise do material coletado usou-se o referencial da **Análise de Conteúdo**, respaldado em Bardin (2007). Este autor assim a define:

um conjunto de técnicas de análise de comunicação visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens (p. 37).

Na tentativa de se atingir os significados manifestos e latentes presentes no discurso dos sujeitos pesquisados, optou-se por enfatizar a técnica de Análise Temática, por acreditarmos ser esta uma forma adequada à investigação qualitativa do material sobre violência doméstica aqui coletado; foram destacados vários “temas” ou “núcleos de sentido” do texto analisado, cuja presença ou frequência tinham relevância para o objetivo analítico visado (Minayo, 1999).

A operacionalização da técnica se deu em três etapas, assim enumeradas por Bardin (2007):

- **Pré-análise**, onde se tomou contato exaustivo com o material, deixando-se impregnar pelo seu conteúdo; organização do material e formulação de hipóteses e objetivos.
- **Exploração do material** ou transformação dos dados brutos visando alcançar os núcleos de compreensão do texto.
- **Tratamento dos resultados obtidos e interpretação**, onde o pesquisador propõe inferências e faz interpretações previstas no seu quadro teórico ou

abre novas considerações em torno de descobertas sugeridas pela leitura do material.

Cada entrevista foi lida (internamente) várias vezes no seu conjunto, para apreensão dos sentidos expressos, fluxo de idéias e articulação interna. A partir destas leituras foram selecionados temas e depois procedida à leitura horizontal dos conteúdos em relação ao mesmo tema em todas as entrevistas.

Três grandes temas foram destacados no material colhido no trabalho de campo, e foi utilizada a noção de vulnerabilidade como uma categoria analítica que possibilitou a integração desses três temas:

- Aspectos intrapsíquicos da subjetividade da mulher em situação de violência;
- Aspectos socioculturais das relações intersubjetivas que influenciam a manutenção da situação de violência doméstica e como se inscrevem as questões de gênero nestas conjugalidades;
- Os caminhos percorridos pelas mulheres para a busca de apoio ou ajuda para o enfrentamento da situação de violência doméstica.

A vulnerabilidade ao trabalhar nos eixos **individual** (os sentimentos e significados atribuídos pelas mulheres à situação de conjugalidade violenta), **social** (relações de gênero/normas culturais/questões histórico-sociais) e **programático** (o acesso aos serviços e à rede de apoio à mulher em situação de violência conjugal e políticas voltadas à questão da violência contra a mulher) nos possibilita a integração dos vários aspectos que determinam que as mulheres permaneçam na conjugalidade violenta. Se vistos isoladamente, estes aspectos podem não ser compreendidos em sua totalidade, e, ao analisá-los em conjunto serão valorizados também, em cada

caso, as suas hierarquias ou a predominância de um fator em detrimento de outros, pois ao se separar em categorias, corre-se o risco de excluir ou privilegiar determinados aspectos, ou então não avançar a compreensão de que a ocorrência interligada destes vários fatores é de fato o que determina tal permanência.

A seguir detalharemos cada um dos temas mencionados, seguidos de vários subtemas; apresentaremos também as várias personagens que se dispuseram a compartilhar conosco suas vivências. É importante destacar que foram trocados os nomes das mulheres entrevistadas, no sentido de preservar o sigilo e garantir o anonimato.

O projeto deste estudo foi submetido à apreciação do Comitê de Ética da Comissão de Pós-Graduação do Departamento de Medicina Preventiva da FMUSP, tendo obtido aprovação em 17/01/07 (Anexo C) e também ao Comitê de Ética da Secretaria Municipal de Saúde – Prefeitura Municipal de São Paulo, tendo obtido o aval para a realização das entrevistas em 07/02/07 (Anexo D).

V RESULTADOS E DISCUSSÃO: ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DO MATERIAL EMPÍRICO

Não te amo mais.
Estarei mentindo se disser que
Ainda te quero como sempre quis.
Tenho certeza de que
Nada foi em vão.
Sei dentro de mim que
Você não significa nada.
Não poderia dizer nunca que
Alimento um grande amor.
Sinto cada vez mais que
Já te esqueci!
E jamais usarei a frase
EU TE AMO!
Sinto, mas tenho que dizer a verdade:
É tarde demais...

Leia agora o poema de baixo para cima...

Autor desconhecido⁶

⁶ Citado 20 Nov 2008

Disponível em: [HTTP://www.jornaldepoesia.jor.br/cli.html](http://www.jornaldepoesia.jor.br/cli.html)

V.1. As mulheres e suas histórias

As entrevistas colhidas nos mostram personagens que vivem cotidianos conturbados, com a presença marcante de sentimentos ambivalentes para com seus parceiros. Tomamos um poema de Clarice Lispector que nos traz, em forma de arte, um conflito percebido em todas as histórias colhidas e que se situa como questão central quando se reflete por que estas mulheres permanecem na relação abusiva.

As entrevistas foram importantes para compreendermos melhor a rede relacional entre os homens e as mulheres: as mulheres estudadas relatam conflitos para com um parceiro por quem nutrem afetos positivos. Mostram-nos também as várias tentativas de resolução destes conflitos enfrentados no dia a dia, ou seja, o reconhecimento da violência, criando um movimento que as impulsiona para tentativas de transformação da sua realidade.

Foram entrevistadas seis mulheres vivendo em situação de conjugalidade violenta, detectadas e convidadas pelos Agentes Comunitários de Saúde que fazem visitas mensais a estas famílias; elas são de camada socioeconômica média baixa ou baixa, cinco estavam desempregadas, e apenas uma não tinha filhos. São elas: Sofia 24 anos, Vanda 33 anos, Elza 36 anos, Keli 37 anos, Luana 38 anos e Luci 82 anos.

Tabela 1 – Quadro de Informações das Entrevistadas

NOME	IDADE	Nº DE FILHOS	TRABALHA	COR	TEMPO DA RELAÇÃO	ESCOLARIDADE
Sofia	24	0	não	branca	2 anos	2º Grau completo
Vanda	33	4	sim	parda	12 anos	1º Grau completo
Elza	36	1	não	branca	11 anos	1º Grau completo
Keli	37	4	não	branca	12 anos	1º Grau incompleto
Luana	38	3	não	branca	2 anos	1º Grau incompleto
Luci	82	1	não	branca	54 anos	1º Grau incompleto

V.2 Apresentação das protagonistas

Sofia

A entrevistada está casada com o parceiro há dois anos. Relata que no primeiro ano tudo transcorreu bem e somente no segundo ano tiveram início as agressões. Reconhece a agressão como um problema, e atribui este problema ao seu nervosismo, que impossibilita sua recolocação no mercado de trabalho, o que a deixa depressiva e com baixa auto-estima (está desempregada há quatro anos). Sofia coloca a raiz do problema como responsabilidade sua, percebendo-se como provocadora da agressão, pois os conflitos em geral ocorrem devido à sua tentativa de “controlar” o comportamento do companheiro, principalmente em relação às visitas dele a casa da mãe. O marido está empregado e tem tido chances de crescer no emprego - ocupa atualmente o cargo de supervisor - e está fazendo faculdade, fato que contraria Sofia, pois ela gostaria que pudessem cursar a universidade juntos, porém a situação financeira do casal não permite que ambos frequentem a universidade (o marido foi escolhido devido a exigências no trabalho).

Sofia mora atualmente no mesmo quintal que o pai, mas foi criada pela mãe e quase não recebia visitas do pai. Relata que sempre sentiu falta de carinho por parte de ambos. A mãe gritava muito com ela, mas avalia que nunca viveu situação de violência na família de origem.

Vanda

A entrevistada viveu uma situação de conjugalidade violenta por 12 anos com o ex-companheiro; no relacionamento atual, as brigas constantes resultam também em situação de violência, porém, segundo o relato da entrevistada, é ela quem

geralmente perde o controle, chegando a tentar agredir fisicamente o companheiro. Este, por sua vez, a segura, pedindo-lhe que pare, argumentando que não permitirá que uma mulher o agrida. Diante desta situação, Vanda procurou um serviço de saúde mental e iniciou tratamento psicológico. Seu relato mais contundente, porém, remete-se a experiência vivida com o ex-companheiro.

Vanda casou-se muito cedo (aos 12 anos), na tentativa de fugir do domínio da mãe. No início deste casamento, ambos continuaram morando com os respectivos pais, sendo que aos 16 anos, devido à primeira gravidez, foram morar juntos. A partir daí começou a sofrer violência sexual, mas achava isso “normal”, pois nunca havia tido relações com ninguém anteriormente.

No início dos episódios de violência sexual, o companheiro a obrigava a manter relação contra a sua vontade e, com o passar do tempo, as agressões passaram também a ser verbais e físicas.

Conta que na gravidez havia uma melhora da situação de violência, mas que o marido a obrigou a fazer cinco abortos, tendo uma participação efetiva no sentido de comprar os comprimidos e também de ajudá-la a fazer uso local de comprimidos (Citotec) para provocar o abortamento do feto.

O parceiro dizia ser funcionário de uma transportadora, porém, a certa altura do relacionamento, Vanda descobriu que ele era na verdade traficante de drogas; nesta época começaram as agressões físicas devido ao uso de drogas e ao ciúme do companheiro. Conta que, para suportar aquela situação ela também passou a usar drogas. Viviam nesta época na favela, pois isto facilitava os “negócios” do companheiro.

Conseguiu se separar judicialmente deste companheiro após percorrer uma rota em que contou a situação à mãe, às amigas, procurou a delegacia, o serviço de saúde em busca de ajuda, mas continuava financeiramente ligada a ele, o que dificultava a reconstrução de sua vida. Conseguiu se estabilizar, ficar economicamente independente e, quando tudo estava bem, conta que foi reiniciada uma reaproximação com o parceiro, que acabou não se concretizando, pois este morreu assassinado.

A mãe sofria violência do padrasto e de um irmão que a culpava por ter a pele mais escura que os demais irmãos, que eram filhos de outro pai (o irmão acusava a mãe de proteger os irmãos de pele mais clara).

Quanto ao que determinaria a situação de violência, atribui ao uso excessivo de drogas, à personalidade do companheiro, pois se refere a ele como “doente”, devido às suas ameaças contra sua família, especialmente sua mãe.

Elza

Elza nos apresenta um relacionamento de 11 anos com o marido, com quem tem um filho de 9 anos, frisando que o marido foi o único homem com quem se relacionou sexualmente. Relaciona o início dos episódios de violência ao fato de o marido começar a fazer uso abusivo de álcool, depois da perda da irmã mais nova, assassinada pelo ex-namorado. Conta que o marido se transformou completamente, querendo fazer justiça com as próprias mãos, já que na Paraíba, cidade natal de ambos, o assassino ficara sem punição.

A entrevistada relata que no início a violência era mais leve; quando brigavam, o marido destruía as coisas em casa e lhe dava empurrões. Apesar de

nunca haver tido agressão física contra ela no seu relacionamento, Elza relata um episódio em que o companheiro ameaçou colocar fogo no apartamento, chegando inclusive a jogar álcool no mobiliário e abrindo os queimadores do fogão para espalhar gás. Elza conseguiu tomar-lhe a chave de casa, saiu e avisou os vizinhos sobre o risco que corriam; os mesmos acionaram a polícia, que chegou rapidamente. O marido foi contido, levado a delegacia, mas logo em seguida liberado. O filho estava dentro da casa, dormindo, e acordou com os vizinhos tentando conter o pai. Com a severidade deste episódio, ela contou sua situação à família e procurou o serviço de saúde, pois isto desencadeou uma grave crise de depressão.

A família passou então a cobrar novas posturas de Elza em relação à situação de violência, e o serviço de saúde em atendimentos no serviço social, psicologia e psiquiatria, também favoreceram a reflexão sobre esta posição de se manter na relação abusiva.

Acha que a raiz de seus problemas no relacionamento está ligada ao uso abusivo de álcool por parte do marido (conjectura também se algum trabalho de “macumba” pode ter sido feito para destruir seu casamento), às crises de ciúmes dele e ao trauma que sofreu com perda da irmã de maneira tão trágica.

Na sua família de origem, o pai fazia uso abusivo de álcool, a mãe sofria agressões físicas dele, mas revidava. Edna era a única pessoa que cuidava do pai nos episódios em que ele bebia, apesar de ter sido agredida por ele em uma dessas ocasiões.

Keli

Esta entrevista nos descortina episódios mais graves de violência conjugal. A entrevistada tem uma postura de menor empoderamento para lidar com o agressor, uma situação social de maior vulnerabilidade e as próprias agressões são de natureza mais grave (o companheiro a agride com xingamentos, a ameaça de morte, a intimida dizendo que vai colocar fogo na casa, puxa seu cabelo, a espanca).

Keli está vivendo com o companheiro há 12 anos e diz que as agressões acontecem desde o primeiro ano. O motivo quase sempre são os ciúmes e a desconfiança do parceiro em relação a ela; mesmo sem motivo aparente, ele a acusa de estar com outros homens e não suporta a lembrança do último relacionamento que Keli teve antes de se unirem.

A entrevistada tem quatro filhos com o atual companheiro e relata que não queria ter engravidado da última vez, de cujo parto nasceram gêmeos. O parceiro, porém, fez muita pressão para que ela engravidasse, e ela, embora não se isente da responsabilidade - pois parou de usar o contraceptivo - alega que não agüentava mais tanta pressão.

A entrevistada tem duas outras filhas de dois relacionamentos anteriores, que são criadas por sua mãe. Não tem contato com elas há muito tempo, apesar de recentemente ter feito um movimento para entrar em contato, mas alega que, como ninguém a apoiou, acabou desistindo.

O marido tem uma ocupação informal (numa distribuidora), onde é chamado a trabalhar quando dele se necessita. Keli relata, porém, que nada falta em casa e ele é um bom pai para os filhos.

Quanto ao que determinaria a violência conjugal, a entrevistada relata que o fato de o companheiro fazer uso abusivo de álcool favoreceria as agressões, mas não seria a causa da mesma. Fica implícito na entrevista uma suposição de que a agressividade do marido determinaria a atual situação de violência conjugal.

Luana

A entrevistada coloca como recente os episódios de violência em seu relacionamento com o atual companheiro, contando que ele a agride com palavras, bate nela, a atira ao chão e dá-lhe chutes, chegando a deixar-lhe com hematomas. Está com ele há oito anos e, de dois anos para cá, tiveram início os episódios de violência. Relaciona o início dessa situação à vinda de uma conterrânea do marido (de Pernambuco) para São Paulo, uma garota de 17 anos que se tornou amante do seu parceiro.

Soube da traição através dos vizinhos, que ligaram para ela no Rio de Janeiro onde estava a passeio na casa da mãe. Pediu que o marido a buscasse e aos filhos; discutiram muito, e então tiveram início os episódios de violência física. Acabou sabendo de outros casos de traição do marido, e a situação de violência se instalou na relação.

Atribui a causa da situação de violência à infidelidade do marido, e gostaria que ele mudasse ou a abandonasse, pois assim sofreria apenas uma vez.

A entrevistada conta ser portadora do vírus HIV, estando no momento estabilizada e em tratamento (o parceiro e os filhos não tem o vírus, apesar de afirmar ter às vezes relações sem camisinha). Vive em uma situação de maior

vulnerabilidade social, pois mora em prédios do CDHU cedidos pela prefeitura aos moradores da antiga Favela dos Gatos.

Conta que, quando se conheceram, ela trabalhava como “garota de programas”, e ele, após várias tentativas, conseguiu que fossem morar juntos. Faz questão de afirmar que nunca o traiu.

O marido conseguiu se empregar formalmente, mas nos últimos tempos trabalha por algum tempo e depois é despedido. Luana atribui o desemprego aos “casos” do companheiro, pois o mesmo abusa da confiança que conquistou dos superiores, levando, por exemplo, a amante para passear no caminhão da empresa, ou se ausentando do seu posto e não tendo como explicar um roubo ocorrido na sua ausência.

Na sua família de origem a entrevistada afirma que não havia situação de violência doméstica; morava com a avó no interior do Espírito Santo e depois veio para São Paulo morar com a mãe, que também morava só.

Luci

Luci não aparenta sua idade atual, porém pôde ser percebido pela entrevistadora certa dificuldade em recordar com precisão datas e fatos ocorridos muitos anos atrás. É a situação mais longa de violência observada pela pesquisadora e ainda hoje estão presentes na relação com o companheiro aspectos determinantes dessa condição, como o ciúme e a crença de que pode “mudá-lo”. É a rota mais pobre em termos de acesso a redes de apoio, devendo-se levar em conta que a entrevistada pertence a uma geração onde culturalmente era esperado que se mantivesse a indissolubilidade do casamento, além de haver sofrido violência em um

tempo onde não havia serviços e recursos disponíveis para o enfrentamento do problema.

Casada há 56 anos, relata que o marido sempre foi “estúpido”, nunca foi romântico nem carinhoso, e que a situação de violência se agravava com o abuso do álcool.

Lembra-se de um episódio em que se separaram, devido a uma briga que teve como pivô uma mulher que se interessou por seu marido. A separação durou três meses e, nesta ocasião, Luci teve uma crise nervosa e foi internada no Juqueri. Voltaram a viver juntos após esta crise e a entrevistada relata que nunca teve a confirmação de que ele tenha tido de fato um caso com esta moça.

O marido sempre teve emprego formal e hoje está aposentado. Vivem desta aposentadoria e de uma pensão deixada pelo filho, falecido em um acidente automobilístico.

A entrevistada relata várias perdas, sendo a do filho aquela que mais lhe causa dor e ainda a perturba. Perdeu os pais muito cedo, mas chegou a lhes contar sobre a situação de violência; no entanto, isso não alterou em nada a sua situação.

Atribui a raiz de seu problema à estupidez do marido, ao uso do álcool e ao nervosismo dele, nervosismo este causado principalmente pelo impedimento de fazer uso do tabaco por questões de saúde.

Ao se referir às mulheres que atualmente vivenciam situação de violência doméstica, coloca-se como favorável a uma reação, comentando que não deveriam permanecer na situação.

V.3 Análise e interpretação

A análise que se segue relaciona-se às seis entrevistas realizadas com as mulheres que vivem em situação de violência conjugal. A interpretação do material será desenvolvida tendo como diretriz os três temas já descritos e os subtemas surgidos no material coletado. É importante ressaltar que tais temas serão separados apenas para efeito de análise do material, sendo a seguir recompostos, pois os sujeitos se produzem a partir de suas inter-relações, só sendo possível realizar a análise de forma conjunta. Assim, tentaremos compreender a razão da permanência das mulheres em um relacionamento abusivo levando em conta:

- Aspectos intrapsíquicos da subjetividade da mulher em situação de violência, definindo como ela se vê e ao seu parceiro; os sentimentos (amor, ciúme, relações com a família de origem etc.) e significados particulares que atribuem a tal situação;
- Os aspectos socioculturais das relações intersubjetivas que influenciam a manutenção da situação de violência doméstica e como se inscrevem as questões de gênero nestas conjugalidades; desvelar a diferença de poder entre os cônjuges, buscando as diferentes posições que os homens e as mulheres ocupam nas relações intersubjetivas;
- Os caminhos percorridos pelas mulheres para a busca de apoio ou a ajuda para o enfrentamento da situação de violência doméstica; apontando as instituições às quais recorreram e a rede de suporte acionada, e como os elementos sociais, culturais e históricos influenciaram tal busca.

V.3.1 Aspectos intrapsíquicos, sentimentos e significados atribuídos a violência conjugal

V.3.1.1 A família de origem

Várias teorias psicológicas sobre as relações do indivíduo com o conjunto de sujeitos com o qual se relaciona, e desse conjunto com o indivíduo, têm enriquecido a compreensão psicanalítica do **vínculo** e o papel determinante que a família e a comunidade desempenham na constituição do indivíduo (Moguíllansky, 2008). Desde Freud, a psicanálise vem se dedicando a estudar a influência que os modelos parentais (família nuclear) têm para a escolha e o estabelecimento dos vínculos conjugais e familiares atuais.

No presente estudo, abordaremos o sofrimento psíquico presente nas falas de nossas entrevistadas no registro do sofrimento mental, sem nos atermos à diferenciação entre o normal e patológico. Embora para algumas teorias psicológicas a família seja fator determinante e quase exclusivo, na nossa análise tentaremos compor de modo integrado as perspectivas intra-subjetiva e intersubjetiva, com uma abordagem de gênero e a possibilidade de respostas dos serviços para abordar a violência doméstica.

Há teorias da psicologia que abordam a questão das escolhas conjugais sob o prisma da psicopatologia, na tentativa de elucidar a formação desses vínculos inconscientes; Melanie Klein, por exemplo, ao desenvolver o conceito de “identificação projetiva” o vincula à patologia como sendo uma defesa contra conteúdos mentais intoleráveis. Outros autores ampliaram conceitos da psicanálise para a esfera da normalidade.

Winnicott (1990) e Bion (1991) foram precursores quanto a apontar o papel da intersubjetividade na construção dos vínculos, ao enfatizar o papel preponderante de mediação que os pais desempenham para tornar produtivo na criança o desenvolvimento da identidade e do pensamento simbólico. Um ambiente familiar precisa oferecer à criança um espaço adequado para lidar com seus sentimentos (amor, ódio, ciúme, inveja, sentimentos de exclusão), para que ela possa discriminar fatos de fantasias, ou então contribuir para o desenvolvimento de indivíduos que sofrem constantes ameaças de desintegração do ego.

A apropriação pelo sujeito de seu corpo, de sua identidade sexual e de sua mente, construídos a partir de uma intersubjetividade, propicia a distinção e integração dos mundos interno e externo, que ocorrem através desse processo intersubjetivo; isso se dá primeiramente nas relações parentais, tanto dentro do cenário dos relacionamentos conjugais quanto das estruturas familiares (Lamano-Adamo, 1999).

As escolhas amorosas feitas por homens e mulheres no contexto das relações conjugais podem se dar no sentido da complementaridade, e o casamento pode ser visto por alguns autores como um lugar de estabelecimento, permanência e repetição de vínculos patológicos, no qual esta repetição, como sugere Gomes (2005), poderia surgir para sanar faltas e sofrimentos da infância, como uma tentativa de elaboração dessas faltas e sofrimentos infantis. Este mesmo autor, citando o artigo de Wagner e Falke (2001), comenta sobre a revisão feita por estas autoras de correntes teóricas da Psicologia que se dedicam a examinar a influência da família de origem nas escolhas do parceiro conjugal e na determinação dos motivos conscientes e inconscientes que levaram à eleição daquele sujeito. Nesse artigo, as autoras encontraram uma forte

tendência à repetição dos padrões de relacionamentos afetivos experimentados na infância.

O desejo inconsciente de reparar essas relações dominantes do passado, e a compulsão para repeti-las em termos de necessidades agressivas e vingativas insatisfeitas, resultam em sua re-encenação com o parceiro amado, presente em muitas relações conjugais. Inconscientemente é estabelecido um equilíbrio por meio do qual os parceiros complementam a relação objetal dominante do passado, o que tende a cimentar o relacionamento de maneiras imprevisíveis (Araújo, 2008)

Para Moguillansky (2008), a noção de “relação objetal” faz alusão à “relação que o ego tem com um objeto, mais precisamente com um objeto interno. Esta relação do ego com o objeto interno condiciona, faz mediação e colore a relação com o objeto externo.”⁷

Fala assim de um vínculo, uma ligação ou nexos entre dois ou mais elementos, onde o vínculo seria uma estrutura inconsciente, “um conjunto ao qual se pertence, cuja produção consciente é a relação entre um sujeito e outro ou outros, que organiza lugares a partir dos quais cada um suplementa sua subjetividade e é modificado.” (Moguillansky, 2008).

Este autor também chama a atenção para um importante aspecto que a psicanálise deveria se ocupar e que desempenha um papel central nas relações sociais, que é o ‘sentimento de pertença’. Diz que nos definimos como irmãos - enquanto cidadãos de um mesmo país, ou de uma instituição, ou de uma mesma

⁷ O autor vai buscar em Laplanche (1971) uma definição de dicionário para o termo relação objetal: “termo usado com grande frequência na psicanálise contemporânea para designar o modo de relação o sujeito com seu mundo, relação que é o resultado complexo e total de uma determinada organização da personalidade, de uma apreensão fantasmática dos objetos e de uns tipos de defesa predominantes.”

comunidade ou família, ao compartilhar os valores que ali se geram, se explicam e se sustentam por essa premissa: se

pertencemos ao mesmo, somos o mesmo, temos os mesmos interesses, desejamos o mesmo, temos uma idéia similar sobre o ‘bem comum’ ou o ‘comum’. Afirma que

o vínculo distribui lugares que se significam reciprocamente. Enquanto estou em um vínculo, eu, como pessoa me encontro em um conflito entre o personagem que me delegam encarnar, que imagino me atribuem e àquele que pressuponho ser. Isto não só passa pela consciência, o conjunto criado pelos sujeitos por sua vez sujeita e determina lugares inconscientes, os quais são fonte de sentido. (Moguillansky 2008).

Assim, participar de um vínculo leva sempre a um conflito entre o lugar que é julgado, os sentidos que são atribuídos, e as interpretações que esse sujeito faz das atribuições. A noção de vínculo pressupõe que não só significamos nossas relações, mas somos significados por elas. Aqui tentaremos enfatizar a mutualidade na constituição do vínculo: dois sujeitos onde cada um impõe a sua alteridade e subjetividade. As nossas mulheres entrevistadas trazem conflitos de naturezas diversas, mas as divergências entre o outro imaginado e o outro real, a dificuldade de aceitar e/ou conviver com as diferenças e dificuldades de comunicação estão bastantes presentes, como veremos a seguir.

Das seis histórias colhidas, somente **Luci** não relatou experiências relativas à infância; nas outras entrevistas pudemos perceber questões que associaram características do casal parental à constituição da relação atual.

Sofia logo no início da entrevista apresenta-se como uma pessoa depressiva, quadro este que se agrava quando ela perde o emprego e não consegue se reinserir no mercado. Mostra-se ansiosa no contato com a entrevistadora, explicando que frente

às psicólogas nas entrevistas de emprego, sofre somatizações, aparecendo uma espécie de alergia em seu pescoço e colo.

Eu vou começar a partir do momento em que eu comecei a me sentir depressiva. Foi que eu fiquei desempregada. Aí foi passando um ano... eu procurava serviço, só que eu não conseguia porque eu chegava lá nas entrevistas com as psicólogas, eu ficava muito nervosa. Ficava tudo vermelho aqui [mostra o pescoço e colo], não saía, eu não sabia o que falar quando elas me perguntavam né? Tudo que vocês conhecem quando a gente fica nervosa, muito nervosa. (Sofia, 24)

Conta que desde a infância se sentia rejeitada pela mãe e pelo pai, tendo sido criada somente pela mãe (eram separados), que nunca a tratou com carinho; apresenta um pai ausente, que quase nunca não a visitava, mas não havia situação de violência na infância.

Dela eu fico reclamando mais é mesmo isso, falta de carinho mesmo, sabe. E meu pai, quando eu morava com ela (eu morei até os 19 anos com ela), e meu pai ia me ver de vez em nunca mesmo (risos), era bem difícil ele me ver. Ele achava que eu tava bem e se acabou, ele não ia, falava que ia viajar, não sei se é verdade... Não ia, dificilmente me via. Só nas férias que eu ficava com ele, né? (Sofia, 24)

Assim, projeta no marido e na relação com o mesmo, a redenção destas rejeições sofridas na infância, passando a interpretar também como rejeição as negativas do marido em corresponder às suas expectativas de atenção e cuidado contínuo. Quando ele busca seu próprio espaço ou se afasta dela, vive um abandono, retomando suas fantasias infantis de desamparo.

Aí, voltando no meu marido, ultimamente as coisas começando... aí começou... que eu to nervosa, sem paciência por tudo isso, por esse estado que eu me encontro... eu tenho a impressão que ele não tá nem aí. Ele quer ir toda hora na mãe dele, sabe, todo final de semana. Eu não concordo, porque penso assim: Todo final de semana? Vai um sim, vai um não, mas ele quer ir todo final de semana. Fica comigo, né? Eu falo pra ele: -'você sabe que eu sou uma pessoa que eu não tenho muitos amigos', eu sempre fui assim, é o meu jeito. (Sofia, 24)

Então eu falo que é difícil combinar comigo né? De ta andando do jeito que eu to, cheia de dor, né?... Não, parece que aí é que faz o contrário, ele vai, que quer ir na mãe dele e eu começo a brigar, começo a gritar, começo a ficar bem doida, bem desesperada... quando ele fala que vai pra mãe dele e eu fico sozinha, que eu penso: ‘ai vou ficar sozinha’. Eu tenho esse problema também de ficar sozinha ultimamente, né? Eu já fico muito desesperada. (Sofia, 24)

Sofia acompanhava o marido nestas visitas, mas acabou se desentendendo com alguns parentes dele:

Só que eu não me dou muito bem com a família dele, assim, e... sabe tudo isso, e eu até fui na casa da família dele e me trataram muito mal, sabe, me xingaram, tudo... Então eu nem quero, então eu to evitando de ir de vez. (Sofia, 24)

As questões de ordem emocional expostas acima geravam conflitos, o que levou este casal a situações de violência: de uma violência “fraca” no início (‘era só empurrão’) a situações mais graves, nas quais a entrevistada chegava a ficar com marcas pelo corpo.

Elza ainda é bastante ligada na família original e seu pai também fazia uso abusivo de álcool como o marido. Conta que os conflitos entre os pais a abalavam muito, e desde pequena intermedia as brigas, pois a mãe sempre revidou as agressões do pai.

Porque aí eu junto uma coisa com outra, meus pais, também ‘tavam’ tendo aquele problema na Paraíba, querendo se separar. E eu sou muito, assim, com família, sabe? Muito. Eu sempre... Todo problema da família eu pego pra mim, quero resolver e junta tudo pra mim. (Elza, 36)

Elza percebe que repete uma situação vivenciada pela mãe e o pai, reassumindo fantasias infantis de reparação da relação parental, pois atesta que “quer resolver todos os problemas da família”, assim como já tentava fazer na infância, onde somente ela podia se aproximar de um pai bêbado e violento para amenizar a situação; a repetição da relação parental está presente como forma de

“destino”, “herança”, “uma cruz” que ela deve carregar. Busca no atual companheiro a redenção desta relação primitiva, em que é novamente ela que o acalma e pode controlar a destrutividade que se apresenta (no seu entender, atribuída ao abuso do álcool).

Tanto que eu falo pra minha mãe: - ‘É uma cruz, parece que eu peguei tudo da senhora’. Porque eu via muito, na época do meu pai ele era violento com minha mãe. Batia e tudo. Minha mãe nunca deixou meu pai. Nunca. Na roça que tem lá né? Só que eu-eu chegar a ver bater nela, só uma vez, só. Mas marca, marcou pra sempre, né? E ate em mim ele bateu uma vez, porque eu sempre fui apegada, quando ele tava bêbado, a única... Tanto que minhas 'irmã' lá tudo dizem que eu sou o xodó dele. Porque na época da bebida eu era a única que chegava perto dele, que abraçava, que quando ele chegava bêbado em casa eu ia esquentar comida. E é tanto que uma vez, ele chegou tão nervoso, que eu fui chegar perto dele, ele deu um soco aqui que quase que eu caí. Aí depois ele foi lá no chão me pegou no colo e começou a chorar comigo pedindo desculpa, sabe? Aí, foi à única vez que aconteceu, mas de bebida... Sempre foi assim. Sempre vi na minha família, desde pequena. (Elza, 36)

... Eu falava: – Mãe eu não vou namorar nunca! (Elza, 36)

É tanto que quando tava numa briga com o pai dele, a mãe dele mandava me buscar porque eu era a única que ele escutava tudo o que eu falava, ficava calmo, tudo né? Mas ele não bebia assim. Eu nunca via, assim. Porque eu acho que se eu visse bebendo desse jeito eu nem... né? Aí hoje eu tava com a minha... Agora eu tenho uma sina, eu passo tudo aquilo lá com meu pai e agora agüentar com meu marido, né? (Elza, 36)

É importante destacar aqui a influência do mecanismo de repetição na elaboração (ou não elaboração) da situação traumática dessa entrevistada, dentro do cenário de seu próprio relacionamento conjugal. Essa repetição da relação parental nos remete a Freud (1914) em ‘Recordar, repetir e elaborar’, citado por Gomes (2005),

onde o autor, ao fixar as bases da técnica psicanalítica, faz distinções importantes entre o repetir na situação analítica, de experiências traumáticas do passado, como sendo o mecanismo pelo qual o reprimido se torna consciente, gerando possibilidades de elaboração, onde está presente esse tipo de recordar. Em contrapartida, quando a força da resistência não pode ser anulada, essa repetição se torna ‘atuação’, podendo ocorrer inúmeras vezes na vida do sujeito e na transferência com o analista, tendo como

resultado a perpetuação de vivências traumáticas e/ou fixações, sem possibilidade de superação do dito trauma.

Elza tem uma reflexão limitada sobre as questões que a levam a permanecer nesta relação, situando os motivos sempre externamente a si: é seu destino viver numa relação assim, e ter um marido igual ao pai, que faz uso abusivo de álcool.

Para outra entrevistada, **Luana**, fazer dar certa a relação conjugal, repararia uma falta vivida na própria infância, pois não foi criada pelo pai e pela mãe, atribuindo também ao companheiro essa necessidade de reparação.

Que eu falo pra ele: -‘Nós, nem eu nem você ‘tivemo’ pai presente, pai e mãe presente igual a gente tá. Por que que tu fica fazendo isso?’ E ele... Sabe? Ele finge que não é nada com ele e eu... (Luana, 38)

Tem o propósito de mudá-lo e não parece disposta a abrir mão disso. Podemos perceber aqui um movimento de fusão da entrevistada com seu parceiro, uma idealização da relação e conseqüente recusa em reconhecer as individualidades de cada um. Luana estabelece um tipo de dependência adesiva, onde é inconcebível a autonomia de qualquer dos cônjuges (Gomes, 2005). Na fala abaixo explicita seu projeto, pontuando que não há lugar para outra possibilidade a não ser o aniquilamento de um ou de ambos os membros do casal caso esse projeto vital não se concretize, já que o parceiro tampouco admite a possibilidade de separação.

E eu quero endireitar esse homem, ou a gente endireita ou então vai dar morte, porque ele não vai se separar de mim, ele não vai. Ele já falou: -‘Se eu... Se você sair de dentro de casa eu vou atrás de você, ‘aonde’ você ‘tiver’ eu vou te pegar e vou te matar’. (Luana, 38)

Relata que não viveu episódios de violência em sua infância; foi criada com a avó até certa idade, tendo vindo morar com a mãe só depois de crescida; a mãe saíra da roça para trabalhar na cidade na tentativa de obter melhores condições de vida. Porém, se ressentia por não ter tido a presença dos pais na infância.

Ó, eu mo... Eu morava com a minha avó, no interior do Espírito Santo; fui criada na roça. Depois que... Quando eu vim morar com a minha mãe, aqui em São Paulo, ela era sozinha. (Luana, 38)

Assim como Luana, Keli também relatou que não havia violência entre seus pais na sua infância. Hoje, permanece presa ao companheiro violento e parece depender dessa relação, pois tem uma dificuldade para estabelecer vínculos, trazendo como consequência uma rede de relacionamentos bastante pobre, onde suas relações atuais são com pessoas que pertencem ao círculo do companheiro. Pode-se notar esta característica em relação a sua família de origem, pois atualmente não mantém contato com seus pais, apesar de os mesmos estarem criando suas duas filhas mais velhas (o que indica certo grau de apoio).

Eu não tenho família e aí eu também não queria...assim, eu tenho família mas não tenho muito contato, hoje eu não tenho nenhum contato. Eu tinha algum contato. De cinco anos para cá eu não tenho contato nenhum. E aí eu não sei se é por isso, ele pega e aproveita que eu não tenho ninguém e me maltrata, ele fala que eu não tenho lugar pra onde ir, não conheço ninguém ... (Keli, 37)

A entrevistada manifesta desejo de estar mais em contato com sua rede familiar (seus pais e as filhas), mas coloca que, não obtendo apoio para restabelecer contato, também desiste de fazê-lo: não se questiona quanto ao “abandono” das duas filhas e quanto a este ser um movimento que deveria ser mesmo da sua própria responsabilidade.

Foi quando eu quis retornar a ela me visitar (a filha), eu visitar ela, mas só que não deu certo, ninguém apoiou nada, todo mundo foi contra, então... Ah! E a outra não quis ficar comigo. Ficou dois anos comigo. Hoje ela ta com minha mãe. A minha mãe criou ela. Ela ta com vinte anos. E a outra ta com..... (inaudível) a mais nova. Hoje eu não sei nada delas. (Keli, 37)

Eu tenho duas filhas só que eu fui mãe solteira e conheci este rapaz (o ex – companheiro), morei com ele e vim para São Paulo com ele, morar com ele. Não este que estou (o atual); aí eu vivi seis anos e neste intervalo eu tive uma filha com ele (com o ex-companheiro) e antes de eu conhecer este que eu

estou hoje, eu queria separar, porque também não deu certo e ele não trabalhava... (Keli, 37)

Ele [ex-companheiro] pegou a menina e sumiu com a menina. E deste dia eu, ele foi pegar a menina na creche e quando cheguei do trabalho à noite a menina não estava, só estava a outra que não era filha dele. E aí eu fiquei ... desabei... fui na sogra ninguém sabia nada, ninguém me contava nada, fiquei sem saber onde estava e fiquei desesperada. Não tinha onde procurar. Ele levou, não deixou eu ver mais e nunca mais eu tive contato. Fui ter depois de sete anos, contato com ela. Fui na casa da minha mãe no Rio e ela tava morando com minha mãe. (Keli, 37)

Keli constrói relações onde é colocada numa posição de submissão total, permitindo ao outro transformá-la em um complemento, curvando-se ao outro ego, deixando-se reduzir à condição de objeto, que anula sua autonomia e capacidade de pensar e agir. Pontuamos que no presente estudo não foi possível o aprofundamento da história de vida das entrevistadas, já que os objetivos do mesmo não contemplavam tal pretensão, mas os discursos mostram elementos que sugerem esta repetição para várias delas.

Já Vanda mostra um percurso com um grau de amadurecimento que vai desde a compreensão de questões de gênero presentes em sua história (como veremos mais adiante), até a percepção da dificuldade de resolução de questões internas, como o descontrole da sua própria agressividade. Ao perder o companheiro onde a situação de violência era tão grave, a entrevistada relata que uma nova circunstância se apresenta nos relacionamentos atuais: questiona-se sobre suas próprias atitudes violentas e sobre as determinações desses comportamentos, levando-a a buscar ajuda psicológica para o enfrentamento de seus conflitos e a busca de relações mais harmoniosas.

Só que é ruim porque, tipo assim, esse relacionamento que eu to tendo agora, tipo assim, ele é super... Ele é nervoso. Só que eu vejo que ele quer tanto que dê certo, que eu posso xingar ele do que for, ele fica quieto. Ele: ‘-Vanda, eu

não vou falar nada, porque eu não quero brigar com você. ' E sai. Só que aquilo me dá raiva, porque eu queria que ele viesse pra cima, sabe? (Riso) Pra a gente sair na porrada. Eu acho que eu acostumei, sabe? Assim, no fundo. (Vanda, 33)

Eu falei... Igual eu falo... Eu falo pra M.(médica de serviço de saúde), falo pra pessoas, assim, mais 'inteligente', que eu acho que pode me ajudar... Como falar, assim, a... Eu preciso descobrir um jeito de não ser tão grossa, sabe? Eu só controlo ser tão grossa com os meus 'filho'. E eu to me tratando. To indo lá no Hospital das Clínicas passando em psicólogo, porque eu vou acabar perdendo ele também, né? Na minha grosseria, na minha estupidez. E ele até fala assim: '-Cê' gosta de homem que te bate.' E isso me dá uma raiva quando ele fala. Porque ele falou: '-Vanda... Porque não é possível: se eu saio, você briga. Se eu fico, 'cê' quer me bater, e eu não vou apanhar. ', né? Então eu fui procurar um psicólogo a partir dessa fala dele. '-Será que eu gosto mesmo de homem que me bate? Será que existe isso?' Porque 'cê' começa a entrar numa paranóia, né? E agora eu tô começando a sabe? A maneirar, porque a gente fica... A gente fica muito grossa, fica muito fechada. E então se fecha pra tudo. Se não é do jeito que 'cê' quer... (Vanda, 33)

Em seu modo de agir, recorre a outros vínculos mais construtivos com pessoas que ela considera "mais inteligentes" e que podem ajudá-la na elaboração e superação dos seus conflitos, evitando a repetição de vínculos do passado, promovendo um amadurecimento.

Casa-se muito cedo, em busca de liberdade, para se livrar da autoridade da mãe, mas logo se vê impelida a lidar com questões muito complexas do seu relacionamento relativas à violência sexual, física e psicológica. A mãe, por sua vez, ao vivenciar em seu relacionamento situação de violência doméstica, não se configurava como protetora para a filha.

Casei com 12 anos. Eu me casei com 12 anos e com 16 anos eu tive a minha filha... Engravidei, descobri que 'tava' grávida. [E você casou com 12 e sem estar grávida?] Sem ta grávida. [Então você queria casar?] É, eu queria liberdade, né? Porque minha mãe não me dava, então eu queria liberdade. Eu achava que casada eu ia ter a tal da liberdade, né? Me estrepei! (Vanda, 33)

A minha mãe sofria do meu pai, né? E do meu irmão, que é por parte só de mãe. Ele bat... começou a agredir a minha mãe porque, na cabeça dele, assim, por ele... Ele era... Minha mãe é negra. Então a minha mãe teve um

relacionamento com um rapaz negro. Então ele ficou mais escuro do que a gente. Então ele achava que a minha mãe apoiava mais a gente pela diferença da pele. Então ele começou a agredir a minha mãe, agredir a minha mãe, e a gente viu muito aquilo. Depois, meu pai, por causa da bebida também, começou a agredir bastante a minha mãe. Mas, assim, com a gente, não. (Vanda, 33)

No relato de Vanda, novamente podemos perceber a repetição de padrões destrutivos aprendidos na família de origem. Um ponto que merece destaque em seu relato é que começa a se questionar sobre essa repetição da situação familiar e sua influência sobre a construção da sua identidade como mulher (‘Será que eu gosto mesmo de homem que me bate?’). O fato de buscar ajuda psicológica se traduz em possibilidade de promover mudanças nesses vínculos conjugais marcados pelas relações primitivas, tornando-se mais liberta para fazer suas escolhas amorosas.

Pudemos perceber aqui que as escolhas conjugais podem se apresentar como repetição das situações traumáticas ocorridas na infância, especialmente se a criança esteve exposta a situações de violência; desse modo, esta violência se mantém e se recria constantemente. Mas também tais experiências puderam ser reelaboradas e transformadas, como no caso de Vanda, a depender de recursos internos e externos, como a comunidade, de ajuda nos serviços de saúde e das redes de suporte acessadas.

Segal (1998 apud Lamano-Adamo,1999) pontua que os prejuízos para os indivíduos que vivem em ambientes violentos (expressão de raiva e ódio restritos a descargas motoras – gritos, tapas, palavras e gestos destrutivos de toda ordem) se dão na ordem de um obscurecimento do que é fantasia e do que é realidade, pois já não são mais fantasias inconscientes que a criança vive sobre seus sentimentos de raiva, culpa, amor e ódio, tentando se expressar e serem elaboradas; mas são fatos. Na conjugalidade violenta, não se trata mais de temores, de ficção ou sonho, mas de uma

destrutividade real. Quando isso ocorre, o sujeito tem que lançar mão de estratégias mais radicais para sua sobrevivência, para se proteger de uma ansiedade excessiva. As conseqüências dessa situação para a vida futura dos indivíduos pôde ser, em parte, aqui demonstrada.

Lamano-Adamo (1999) coloca ainda que, quando a dinâmica familiar se torna uma réplica das fantasias inconscientes, o plano dos significados fica impedido de se desenvolver e o nível do simbólico não pode ser alcançado; sem os significados que podem alcançar sua representação em símbolos, torna-se mais difícil que a experiência emocional seja pensada e possa evoluir. Nessa perspectiva

a violência doméstica aponta não só para uma dinâmica viciosa de privação e de traumas, mas essencialmente para uma falta de experiências emocionais que possam ser significadas e alcançar representações em símbolos. A violência doméstica aponta para uma profunda incapacidade de seus membros para viverem as emoções e pensá-las de forma a propiciar uma integração permanente de novas experiências que ampliam a possibilidade de conhecimento. (Lamano-Adamo, 1999)

V.3.1.2 *Amor*

Quando pensamos na questão que move esta investigação, qual seja buscar nas entrevistas o *porquê* da permanência dessas mulheres num relacionamento abusivo, o **amor** aparece como um elemento central no seu discurso, e podemos até afirmar que as histórias colhidas são sob muitos aspectos “histórias de amor”.

O amor, como postulam vários autores aqui mencionados, representa peça fundamental na construção psíquica do ideal de felicidade dos sujeitos contemporâneos e aparece com força entre os sujeitos pesquisados, “enredando-as (as mulheres), não raras vezes, num ideal de intimidade potencialmente castrador da sua autonomia e liberdade pessoal’ (Neves, 2007).

Pudemos presenciar nas entrevistas o ideal do amor romântico, onde há a idéia de que o amor verdadeiro, quando encontrado, é para sempre, presumindo a fidelidade de ambas as partes. Assim, a **monogamia**, e a **eternidade** do amor devem ser buscadas e preservadas até o fim pela mulher, como condição para a felicidade e garantia da sua identidade como mulher.

As mulheres pesquisadas falam de um amor que presume um **encontro**, uma “comunicação psíquica, um encontro de almas que tem um *caráter reparador*”; assim, no discurso presente nas entrevistas, o outro vem para preencher um vazio, vazio este que pode ter suas raízes nas relações anteriores, remontando à família de origem daquele indivíduo ou refletindo uma questão primordial a todos os seres humanos, que seria o preenchimento de um “vazio” existencial. Assim, a relação com o atual companheiro pode ganhar então este caráter reparador, “tornando o indivíduo fragmentado em uma pessoa inteira” (Giddens, 1993).

Araujo (2005), em pesquisa realizada com o objetivo de compreender a dinâmica da violência conjugal, vai buscar em Freud essa idéia do amor como carência, função reguladora do desejo e busca de algo que perdemos. Freud (1914) pontua que há dois tipos de escolha amorosa, a escolha narcísica e a escolha anaclítica. Na escolha narcísica, busca-se no outro algo de si mesmo, daquilo que se gostaria de ser; na escolha anaclítica, busca-se o objeto perdido, a mãe que alimenta e/ou o pai que protege. Deste modo, busca-se no objeto amado a qualidade que falta ao eu para atingir o ideal. É a busca de uma “unidade” com o objeto amoroso, e isso se traduz nas nossas entrevistadas, na dificuldade que têm em deixar o parceiro abusivo, não abrindo mão dessa projeção no outro da “completude” buscada.

É o caso de Sofia, que não quer abrir mão da relação com o companheiro agressor em nome do amor que sente por ele, investindo nesse relacionamento apesar do desconforto com os abusos. Entretanto, tanto para Sofia quanto para outras mulheres que vivem esta necessidade de completar com o outro algo que lhe falta através do ideal do amor romântico, deve haver reciprocidade neste amor, na suposição de que o outro também partilhe esse sentimento.

Então, antes ele foi sempre muito carinhoso... Ele fala que não. Hoje eu falo, ele fala que não. Ele sempre foi muito carinhoso, ele sempre comprava tudo o que eu queria, me ajudava em tudo, né? Depois que eu conheci, era sempre ele que me ajudava, comprava as coisas pra mim, quando eu ganhava pouco ou quando eu não trabalhava, era sempre ele que me ajudava. (Sofia, 24)

Mas eu também já tenho meus problemas que vêm de casa mesmo: meus pais são separados, nunca me deram muita atenção, eu sempre fui muito carente, né? Eu tenho uma irmãzinha, só que ela tem três anos, só por parte da minha mãe. Mas eu sempre fui muito sozinha, nunca tive muito carinho, sempre morei com a minha mãe. E a minha mãe é uma pessoa que é daquele tipo de pessoa que é assim, grita muito. Tipo assim, à noite eu queria ler um livro, ou assistir televisão ela não deixava, desliga isso aí pra não gastar força (risos). Eu vou dar um beijo nela, não é o jeito dela, né? Eu ia dar um beijo nela e ‘ai, o que você quer?’ ‘O que você tá querendo’, né? (Sofia, 24)

Para Sofia, o espaço conjugal é o lugar onde os dramas vividos anteriormente nas relações parentais são reencenados. Araújo (2003) coloca que “neste palco eles vivem o dilema entre o desejo de reparar os relacionamentos dominantes do passado e a compulsão para repeti-los em termos de necessidades agressivas e/ou vingativas insatisfeitas”.

A entrevistada acredita na reciprocidade amorosa do parceiro, sabe que, se ele bate, ainda assim é um contato corporificado que direciona um “olhar” para ela, não acreditando que quem bate “bate porque não tá nem aí”.

Mas aí a gente conversa e eu penso ‘a culpa não é só dele’. Não é que ele é um homem violento e vem e me bate porque gosta. Não, eu também provoco porque fico nervosa... e por isso que não procuro [ajuda], porque eu não

quero prejudicar ele (risos). É difícil, né? Eu sinto que ele gosta de mim ainda. Sempre falam que bate porque não ta nem aí. Ele fala que bate porque não gosta mais de mim, fala ‘não gosto de você, não quero mais ter relacionamento’ e aí eu fico mais triste ainda, penso ‘ta vendo, como eu to?’ (Sofia, 24)

No seu caso, sua grande preocupação é se ele se importa com ela, se ele ainda gosta dela; e se bate nela, é por que ela provoca. O ponto central não é a violência; ele não é um homem violento, nem gosta de bater nela. Na sua fala, o que causa mais terror é o fato de ele falar que não gosta mais dela e que não quer mais se relacionar com ela; ou seja, que quer deixá-la. É isso o que a deixa triste, e é isso que lhe seria insuportável: ser ignorada por ele.

Assim como Sofia, Vanda percebe que o seu vínculo com o parceiro abusivo continua tão forte e intenso que, ainda hoje, apesar de sua morte, fala dele no presente, estando aparente aí seu investimento nessa relação como um “amor eterno”. A esperança de mudá-lo permanece em seu interior, ainda não tenha aberto mão daquele ideal projetado neste companheiro. Depois de sofrer por 12 anos, Vanda consegue tomar uma atitude e se separar legalmente do companheiro; porém, devido aos filhos, continuam a se relacionar, embora por decisão da justiça o companheiro não possa se aproximar dela, devendo se manter a uma distância de 100 metros para prevenir as agressões. Vanda, porém, nunca se desvencilhou emocionalmente dele, continuando a sentir um certo ciúme ao vê-lo com outras mulheres. Vão se reaproximando novamente, apesar da decisão da justiça e do fato de ele estar numa nova relação na qual, segundo a entrevistada, também existe uma situação de violência conjugal.

Mais anos, é (teria ficado). Boba. Porque a gente tem sempre uma esperança. Quando a gente gosta da pessoa, a gente acha que ele... Eu acho que ele ia mudar. Eu, até hoje, acho. Eu acho, até hoje, que ele vai mudar. Assim, se ele

tivesse vivo, eu acharia que ele ia mudar. Chorei a morte dele que dá dó de ver. Esqueci tudo. Por um minuto, esqueci tudo ali. Então, eu acredito que aquilo era gostar mesmo, porque a gente... (Vanda, 33)

E aí a gente ‘tava’ até pensando em voltar antes de ele morrer. Esse é o pior da história. Antes de ele falecer, a gente ‘tava’ pensando em voltar. Porque ele ve... Quando eu vi ele já morto... Porque o tempo todo que eu fiquei distante, eu não tive relacionamento com ninguém. Não usava mais drogas. E aí eu pensava nele direto. Eu via ele com outra, eu ficava louca de raiva. E aí, ele, quando... Antes de ele falecer – 2 meses, 3 meses antes de ele falecer, se eu não me engano – ele propôs de a gente voltar. A gente ia voltar mesmo. Aí eu acho que Deus veio e falou: -‘Não, deixa eu tirar, porque essa menina é muito burra! Deixa eu tirar esse ser... ser humano da face da Terra, se não essa idiota vai voltar.’ E aí foi quando ele faleceu. Aí tudo acabou, que ele... [Ele morreu de que?] Mataram. Foi assassinado. (Vanda, 33)

Vanda se questiona quanto à sua própria parcela de **culpa** por viver a situação de conjugalidade violenta, pois se autodenomina de “burra” por se deixar levar novamente pela suposição de uma união harmoniosa com aquele companheiro. Podemos perceber aí um conflito entre a razão e a emoção, onde a entrevistada manifesta que racionalmente não havia indícios de mudança (confirmada pela situação de agressões no novo relacionamento do companheiro), mas emocionalmente ainda queria estar vinculada a ele.

Hoje... hoje ainda rola uma suspeita – mas eu não me envolvo nisso, nem quero me envolver – que foi a outra que mandou matar, porque ele começou a agredir também. Só que ela era do mundo dele. Ela... Eu só falava, né? Ela ia e fazia mesmo, tomou as atitudes (Vanda, 33)

Sua suposta ‘burrice’ também tem direcionalidade em relação à companheira do marido, pois a mesma (na percepção da entrevistada) corajosamente planeja e executa a morte dele para não mais sofrer traição e violência (como a própria Vanda já tivera a vontade e oportunidade de fazê-lo com a ajuda do crime organizado). É quase uma admiração deste “outro” que não se deixa ser manipulado como objeto, toma uma atitude concreta e resolve definitivamente seu problema.

É importante destacar ainda que “ser burra” aparece como uma questão de gênero, onde se espera da mulher que aja levada pela “emoção”, deixando a razão em segundo plano. Também pudemos notar isso em relação à Luana, quando se autodenomina como “boba”, “besta” onde tal “bobeira ou burrice” é evocada em relação à questão da fidelidade e monogamia, onde a emoção se sobrepõe a tal ponto à razão que a mesma não enxerga a traição do marido.

Hoje que eu entendo isso, que ele chegava em casa agressivo, me maltratava e tudo e eu não percebia que ele tava saindo com outra. Aí ele viu que eu era boba mesmo e ele resolveu trazer pra dentro de casa: trouxe uma e a outra também, passando por amiga. E eu acreditei... Acreditava nele, né? Porque a mulher casa pensando que o homem vai proteger ela, vai livrar ela dos ‘perigo’, não vai deixar nenhum mal acontecer com ela. (Luana, 38)

E falou pra mim que tinha um caso com ele [a amante], tava com ele há dois ‘ano’, que tinha tirado um filho dele, que eu era boba, que eu era besta. Aí eu falei: ‘—Eu concordo com você, eu sou besta mesmo’. (Luana, 38)

Queria ser igual à minha cunhada, sabe? A minha cunhada fala: - ‘Eu sinto o cheiro no ar, quando ta acontecendo alguma coisa... Antes... Antes de acontecer eu já sei.’

[O que ela faz?]

Ela? Ela já avisa logo pro marido dela: - ‘Você não é doido.’ E ele já conhece a pessoa que é, ele não faz nada. (Luana, 38)

Nas outras quatro entrevistas, o amor também aparece como um “sonho de felicidade”, questão discutida por vários autores, que situam tal ideal como sendo um dos efeitos do amor romântico e do individualismo que vivemos nos dias atuais: da mesma forma que os indivíduos vivenciam as estruturas simbólicas que organizam sua vida social como resultado de um contrato entre os membros da sociedade, sujeito à aprovação pelo menos implícita de todos, acreditam que a conjugalidade deva propiciar a felicidade amorosa e sexual idealizada. (Calligaris, 1999b)

Para Elza, o seu projeto de felicidade estaria completo se não fosse o uso abusivo de bebida alcoólica, que no seu entendimento, prejudica a “perfeição” do

marido. Não conseguindo lidar com as imperfeições, idealiza esse companheiro e projeta numa única questão (álcool) o problema de seu relacionamento.

Mas logo, o único defeito que ele tem é esse. Eu acho que se ele deixasse a bebida, ‘tava’ perfeito. (Elza, 36)

Que ele é um amor de pessoa, sabe? Ele me ajuda muito em casa, ele faz comida. Porque eu tenho os meus ‘problema’, eu não posso muito fazer força. Porque eu tenho artrite na... todas as juntas. E ele me ajuda muito. Quando eu tava trabalhando, eu não fazia nada em casa. Eu chegava ‘tava’ tudo feitinho porque ele chegava primeiro. Comida... Ele sempre fez, porque ele sabe que eu não gosto muito de cozinha, ele faz tudo de comida. Só quando eu to parada que eu faço, mas mesmo assim eu parada, às vezes ele chegava em casa e falava: - ‘Nossa! Deixa que eu faço o jantar.’ (Elza, 36)

É interessante notar que o marido de Elza faz o trabalho de casa, tradicionalmente atribuído a mulher. Nesse casal, o homem pratica novos padrões de gênero, mostrando uma mudança em curso na nossa sociedade quanto aos papéis tradicionais atribuídos ao homem e a mulher dentro dos relacionamentos. Porém, devemos ressaltar que isso se caracteriza como uma ‘ajuda’, pois a responsabilidade pelo cuidado da casa, ainda cabe a mulher.

Já no discurso de Luci, podemos perceber como o fato de ele permanecer ao seu lado, ainda que haja agressão, é algo sobrevalorizado, pois concretiza o “eterno”, ou seja, nunca ter sido abandonada por ele.

Olha, eu vou falar, eu casei com o meu marido e amava ele, até hoje, eu cuido dele. Ele gosta de bolo, gosta de não sei quê... Faço! Meu companheiro. Eu vou fazer 84 anos muito bem. Também ele nunca me abandonou, assim de ir embora. (Luci, 82)

Outra entrevistada, Keli, ao repensar o que a fixa nesta relação, pontua a não reciprocidade em termos de amor e de respeito, onde ela começa a se questionar se o que acredita ser amor é o mesmo sentimento que o companheiro tem em relação a ela, já que o percebe com marcante ambivalência (trata bem e trata mal, ama mas

agride). O amor para ela é não fazer e desejar nada de mal ao outro; aqui já vemos um questionamento do seu projeto amoroso com esse companheiro, ela começa a compor um campo contraditório em que há uma dupla representação do parceiro: por um lado, um companheiro amoroso e fiel, e por outro um sujeito violento (Keli após viver 12 anos numa situação de conjugalidade violenta, começa a ensaiar movimentos buscando sair da situação).

[Me conta desses momentos bons.]
 É tem. Eu gosto dele. Amo muito. Mas só que eu vi que... eu sofri muito. (Chora) Quando ele quer, ele me trata bem. Mas na mesma hora que trata bem ele me trata mal.
 [Você acha que ele também gosta de você, te ama?]
 Às vezes eu acho que sim. Mas eu fico pensando como a pessoa pode gostar da outra e fazer tanto mal? Aí que eu não entendo porque eu não desejo nada de mal pra ele. (Keli, 37)

Eu acredito que ele nunca me traiu. (Keli, 37)

A questão da fidelidade, atributo imprescindível do amor romântico, também aparece na entrevista de Luana.

Eu conheci ele aqui em São Paulo, eu trabalhava né? Eu trabalhava numa casa noturna, aqui em São Paulo, perto do Centro e eu conheci ele lá. Eu não queria ficar com ele naquela época, sabe? Era mais bonitinha e tudo. [Você ainda é muito bonita.] Não. Não sou mais, não. To acabada. Quando ele falou pra mim: ‘—Ó, Luana, se eu te tirar daqui (casa de prostituição) você vai me respeitar?’ Eu: ‘—Vou.’ ‘—Você vai me respeitar?’—‘Vou.’
 [Por que você topou, se você não gostava dele?]
 Mas eu gos... Não, quando eu topei eu já tava apaixonada por ele, e eu respeito ele. Desde o dia que eu saí daquele lugar, que a gente foi morar junto, que a gente teve o primeiro filho, nunca mais olhei pra outro homem! Olhar todo mundo olha, mas eu não tive nada com outro homem, é só com ele. (Luana,38)

Nesta última fala, podemos notar que as questões relativas à fidelidade estão ligadas à identidade das mulheres em relação ao casamento, ou seja, a idéia de que uma mulher casada deve ser alguém respeitável (“de respeito”); ao tirar Luana da prostituição, a questão que se coloca é se ela será capaz de se manter fiel ao parceiro.

A entrevistada, ainda que admita que seu desejo possa encontrar outros objetos, opta pela fidelidade; porém este companheiro não faz o mesmo e a violência conjugal se inicia devido às traições dele.

Pode-se pensar aqui nas questões culturais que permeiam o imaginário contemporâneo, onde aos homens é dado o direito de possuir várias companheiras. Entretanto, Giddens (1993) coloca que as mulheres na nossa sociedade e tempo histórico não mais admitem tais traições, tentando romper com antigos paradigmas/valores de que ao homem é permitido e até invejado por outros homens ter várias mulheres ou manter relações extraconjugais, questionando a dupla moral sexual. É claro que tal questionamento se situa ainda no registro do amor romântico, onde a monogamia deve ser observada para ambos os cônjuges, e não no fato de a ambos ser dada a possibilidade de se poder optar por vários parceiros amorosos.

Birman (2003), ao discorrer sobre o mal estar na atualidade, aborda as novas formas de subjetivação enfatizando que, na nossa cultura atual (a cultura do narcisismo),⁸ o que caracteriza a subjetividade é a impossibilidade de poder admirar o outro em sua diferença, já que os indivíduos não conseguem se descentrar de si mesmos; o sujeito da atualidade encara o outro apenas como objeto de seu usufruto. Assim, o sujeito vive permanentemente em um registro especular onde o outro serve apenas como instrumento para o incremento da auto-imagem, podendo ser eliminado quando não mais servir a esta função

Tal monopólio do outro se manifesta também na tentativa de controlar o desejo do parceiro: este deve pertencer somente a um, não sendo suportável a idéia

⁸ Narcisismo: para a psicanálise é a fase inicial do desenvolvimento do ego, durante a qual seus instintos sexuais encontram satisfação auto-erótica, mas a maior parte da libido permanece narcísica, isto é, auto dirigida, durante toda a vida. Freud refere-se a isto comumente como narcisismo 'moral' ou 'sadio'. (Brenner, 1975)

de que o outro é um sujeito desejante. Nesta relação de posse surgem fantasias infundadas ou não de infidelidade, aparecendo assim a questão do ciúme nas relações.

Esta foi uma questão recorrente nas seis entrevistas como deflagradora de conflitos, onde o ciúme do companheiro em relação às mulheres foi percebido como causa da violência, ou o ciúme das mulheres em relação ao companheiro trouxe o descontrole e o incremento das brigas.

Podemos observar, em cenas cotidianas, que o amor aparece como possibilidade de justificativa para a violência, à medida que o ciúme, o controle e o sentimento de posse se confundem com amor e cuidado.

V.3.1.3 *Ciúme*

Almeida (2007) coloca que duas das mais inquietantes preocupações das pessoas no tocante aos relacionamentos amorosos são o ciúme romântico e a infidelidade. Em relação ao ciúme, pode-se dizer que ele é parte de uma relação amorosa. Branden (apud Almeida, 2007) pontua que o ciúme é uma emoção experimentada por um indivíduo que julga que o amor, a afeição e a atenção estão sendo direcionados a uma terceira parte, quando deveriam estar sendo oferecidas a ele. Dessa forma, quanto mais baixa for a auto-estima daquele que está sofrendo com o ciúme, mais ele pode chegar a duvidar de si mesmo como sendo alguém que merece respeito e amor (Almeida, 2007).

Já a idéia de infidelidade, ainda que não confirmada, traz o medo da perda e origina idéias persecutórias. As pessoas são temerosas de que seus parceiros encontrem outros potencialmente mais atraentes e gratificantes do que eles e, dessa

forma, alimentam freqüentemente uma insegurança afetiva. Assim, o ciúme poderia estar associado às próprias idéias de infidelidade. Para Freud (1922), são o desejo e a possibilidade virtual de trair o parceiro que engendram em cada um o próprio ciúme.

Percebeu-se em três entrevistas que o ciúme do parceiro em relação às mulheres entrevistadas aparece de forma mais contundente, no sentido de se constituir em importante desencadeante de situações violentas. O mesmo se caracterizava pelo controle dos atos do outro, um sentimento de posse e a impossibilidade de lidar com outros objetos de amor das companheiras, tais como familiares, amigos e até em relação ao passado amoroso da companheira, onde “outro” teria ocupado este lugar privilegiado. Com isso, vemos as relações assumirem um caráter aflitivo, pois na ausência de confiança e projetos compartilhados, o outro se torna um objeto a ser manipulado para o próprio usufruto. As mesmas referiram ainda que o ciúme seria infundado, pois a ligação com os companheiros foi pautada na fidelidade. Sabemos que esta é uma questão importante para a construção de sua identidade feminina, pois se fossem infiéis, poderia até “ser justificável” a violência.

Keli, em seu relato, aponta que os motivos das brigas quase sempre são os ciúmes exagerados e infundados que o companheiro sente dela. Para ela, o ciúme se junta a uma agressividade “sem controle” do parceiro que ela chama de “ignorância”, e que, segundo ela, ele também apresenta nos relacionamentos em geral.

É... (choro) Então aí... É muito tanto ciúme, desconfiança com homem, e por causa do ciúme aí vem a desconfiança. (Keli, 37)

Só trabalhava homem lá, é o terreno da distribuidora que descarrega, então vai só homem lá, mas ninguém fala nada porque ele é muito ignorante. (Keli, 37)

[Com as pessoas de fora ele também é muito agressivo?]
É muito agressivo. Com qualquer pessoa. (Keli, 37)

Os conflitos se caracterizam por agressão física e psicológica, onde o tema do relacionamento anterior que a entrevistada teve aparece com frequência. É a entrevista onde a situação de violência é a mais séria. Quando Keli conheceu o atual companheiro, ainda dividia a casa com o ex-companheiro, o que é motivo de freqüentes conflitos ainda no momento atual.

Por causa desse ciúme... Eu morava lá com o outro (ex-companheiro), ele xingava o outro, dizia que (o ex-companheiro) era babaca, panaca. (Keli, 37)

Também no caso de Elza e Vanda, o ciúme injustificado que os companheiros apresentam é algo que foge a uma compreensão racional, mas ao mesmo tempo é interpretado como amor e dependência, o que garantiria a união e colocaria o outro no mesmo patamar que ele estabelece para elas em termos de dependência narcísica. Assim, o amor funde dois seres e o outro sempre irá existir em função do “eu”, existirá para o meu desejo.

Ciumento... Às vezes, se eu-se eu... Eu quando eu to em casa, às vezes sem trabalhar, nossa! Ele liga direto. Se eu saio pra algum lugar, pra casa de minha família, se ele chegar do trabalho eu não ‘tiver’ em casa, ele já não gosta. Ele é muito ciumento. Até com a minha família ele é ciumento. Agora minha mãe ta aqui, porque ela veio da Paraíba passar o Natal com a gente. Então, ele tem ciúmes da minha mãe, dos meus irmãos. (Elza, 36)

Aí, ele começou, tipo... Hoje eu entendo como cárcere privado, né? Assim que fala? [É]. Ele me... Ele me trancava em casa e eu só saía com ele, na companhia dele. Quando a gente ia na festa, no pagode, ele me deixava dentro do carro. E dentro do carro ele me servia bebida, me servia as coisas, só que ele não deixava eu sair. Quando eu ia ao banheiro, ele ia junto, tava na porta esperando, né? Bem coisa de gente... Eu acredito hoje, que... assim, trabalhando no meio que eu trabalho (serviço de saúde), que ele era doente também, sabe? (Vanda, 33)

Nas outras três entrevistas o ciúme aparece como sendo da própria mulher em relação ao companheiro, corporificado na necessidade de controle, de ter o olhar (e o desejo) do companheiro voltado somente para si. É importante ressaltar que, independentemente do ciúme aparecer como sendo do companheiro em relação à entrevistada (Vanda, Elza e Keli), ou das mulheres em relação ao parceiro (Luci, Sofia e Luana), ele indica sempre esta dinâmica narcísica da relação na qual o outro se inscreve como objeto de satisfação de desejos e necessidades.

Luci relembra um episódio onde suspeitou que o marido tivesse se envolvido com outra mulher, tendo brigado muito com ele, que negava tê-la traído. A entrevistada teve uma “crise nervosa” e chegou a ser internada no Hospital do Juqueri. Essa traição, porém, nunca se confirmou, mas o marido chegou a sair de casa e só retornou devido ao seu estado de saúde (Luci em fala anterior resalta a “eternidade” do relacionamento, apontando que nunca foi abandonada: não considerou este episódio como um rompimento). O ciúme aqui colocado é algo que “enlouquece”, mas ao mesmo tempo restaura a relação.

Olha eu tinha ciúmes, porque ele é mais novo que eu... A verdade. Ele ficava nervoso quando eu falava alguma coisa. Que eu era muito ciumenta... Agora não. Quando eu era mocinha nova, né? (Luci, 82)

Ele dizia que não era. Eu achava que era. Achava que ela... Ela tinha um cachorrinho, que ela passava lá por causa do cachorro dele, minha filha, era muito vergonhoso. Ele trabalhava na Catupiry e tinha medo de escândalo, alguma coisa assim. Eu não fazia, falava pra ele... (Luci, 82)

Essa vez que eu fiquei com ciúmes dele. Fui até internada no Juqueri. Fiquei uma semana lá. Eu achava que era, achava que era... eu cheguei lá, só que o médico disse pra mim que tinha problema (inaudível). Ele não dava bola. . (Luci, 82)

Não, uma vez ele foi embora por três meses por causa dessa moça aí, que eu achei que ele... Ele voltou logo. Mas ele voltou porque eu fui para o Juqueri. Aquela nossa briga foi tão feia. (Luci, 82)

Luci, ainda hoje, aos 82 anos, tem ciúmes do marido e sente-se traída pelo que interpreta ser o desejo dele em relação às outras mulheres. Parece-nos que o ciúme aqui, é pior ou traz mais sofrimento que as agressões vivenciadas por Luci ao longo de 57 anos de casamento.

Não, eu só queria saber, agora eu tenho que viver né? Deixar prá lá muita coisa né? Eu acho que ele tem ainda ilusão com meninas viu? Eu vejo o jeito de olhar, faz questão de ficar no meio da mulherada...

[A Senhora então continua ainda com ciúme não?]

Não, mas eu não ligo muito agora. Eu falo para minha filha, ela me xinga se eu falo alguma coisa do meu marido. Ela fala que não tem nada, que eu sou cismada. Então... deixa prá lá (risos). . (Luci, 82)

Luana também exemplifica em seu relato o quanto é insuportável a traição, pois ao se deparar com a infidelidade do marido, os episódios de violência se iniciam e se tornam tão públicos como a sua dor e vergonha por estar sendo enganada.

Às vezes ele me agride em casa, em palavras, me dá tapa, me joga não chão e me dá chute, assim de deixar hematoma. Mas eu preferia que ele fizesse isso... (agredir ao invés de trair)

[A traição dói para você. Está sofrendo, não é?]

E dói demais! Dói demais! Dói demais, muito! E a gente tá brigando e os 'vizinho' tão olhando tudo isso. Os 'vizinho', nossos filhos. (Luana, 38)

A menina veio pra cá, eu ajudei ela, eu cuidei dela e ele tava tendo um caso com ela dentro da minha casa! Descobri, foi um quebra pau porque eu gritei, sabe? Foi difícil e passou. Quando eu penso que terminou tudo, agora, no dia dos pais, chegou uma mulher em casa que era namorada do meu cunhado; até então eu pensava que, eu pensava que era namorada do meu cunhado (mas era amante do marido). E eu queria que ele fosse embora da minha casa, mas ele fala que me ama, que me... que gosta de mim, que não quer se separar de mim... de mim. Ele até tá aí fora. Não quer se separar de mim. (Luana, 38)

E Sofia sofre por se sentir preterida pelo companheiro em relação à sua família de origem:

Não, parece que aí é que faz o contrário, ele vai, quer ir na mãe dele e eu começo a brigar, começo a gritar, começo a ficar bem doida, bem desesperada... Quando ele fala que vai pra mãe dele e eu fico sozinha, que eu penso: 'ai vou ficar sozinha'. Eu tenho esse problema também de ficar sozinha ultimamente, né? Eu já fico muito desesperada. Vixe, eu tenho

vontade de quebrar tudo, eu não quebro, mas eu tenho vontade de quebrar as coisas em casa, quebrar tudo. E ele não ta nem aí, ele quer ir. Aí começam as brigas. E aí, infelizmente, começa também a violência... ele não é violento, ele não é uma pessoa violenta, mas ele falou que já perdeu a paciência. (Sofia, 24)

Só que eu não me dou muito bem com a família dele, assim, e... sabe tudo isso, e eu até fui na casa da família dele e me trataram muito mal, sabe, me xingaram, tudo... então eu nem quero, então eu to evitando de ir de vez. Então ele... aí ele pegou e... não, daí eu evitei, comecei a ficar nervosa, ele já sabe quando eu estou nervosa e tudo, né? Eu tinha pedido pra ele me deixar na Lapa, aí quando foi... eu entrei no carro e falei: - 'Agora você não vai mais no casamento. Se você for também, eu vou lá e vou fazer o maior escândalo'. Aí ele já não foi, ligou pra mãe dele e falou 'não vou mais não'. Falou pra mãe dele: - 'não vou mais não porque a Sofia ta brigando aqui comigo e não ta deixando eu ir'. Aí ele pegou um pau assim, aqueles pau de bolo, sabe, pau de enrolar bolo. Aí eu saí correndo, tem um quintal lá, eu saí correndo. (Sofia, 24)

Pudemos depreender das falas das entrevistadas que a infidelidade para elas é uma grande ferida, pois é desamor, é se não importar com elas; a violência sob este aspecto é muitas vezes considerada como relação, onde se ele bate, é porque ainda se importa com ela.

Pelas narrativas pudemos perceber que nossas entrevistadas estão ligadas aos agressores por fortes laços e, apesar de destacarem que se sentem inseguras, envergonhadas e culpadas pela relação de conjugalidade violenta, pontuaram vários aspectos que tornam estes parceiros atraentes para elas e apontaram que o casamento é gratificante sob diversos aspectos, como descreveremos a seguir.

V.3.1.4 *Atributos positivos relacionados à masculinidades*

As seis entrevistadas ressaltaram características positivas dos seus companheiros, justificando a permanência na situação de conjugalidade violenta, relacionando-a a sentimentos de amor e admiração para com seus companheiros. A

característica mais citada nas entrevistas foi que eles eram “trabalhadores”. A percepção de que seriam bons pais foi uma característica citada por três entrevistadas e podemos pensar em termos da rota percorrida, que tal fator dificultaria a saída desse relacionamento, pois as mulheres consideraram que afastar os filhos do convívio do pai seria prejudicial a eles.

[E com as crianças, como ele era? Batia?]

Carinhoso com as crianças. Só olhava e elas já obedeciam. (Luci, 82)

Ele é uma ótima pessoa. Um ótimo pai, até exagera demais. Eu brigo muito com ele porque ele faz todas as vontades do filho, todas! (Elza, 36)

Mas ele é muito presente, é muito (inaudível), qualquer lugar que ele vai ele leva, até para trabalhar ele leva, dá tudo o que pede, os meninos são muito agarrados com ele. (Keli, 37)

Na literatura, em estudo realizado na Finlândia (Flinck et al, 2005), as mulheres retrataram seus maridos como confiantes, corretos, extrovertidos, sexualmente ativos e com habilidades de se relacionar bem socialmente, mas repressores e abusivos em relação às suas esposas. Neste estudo, o relacionamento do casal também era caracterizado pelo ciúme e pela infidelidade, tanto quanto por problemas sexuais. No nosso estudo os adjetivos que os descreveram foram: trabalhador, bons pais, bons provedores, bonitos, bons parceiros sexuais.

Sabemos que, em nossa cultura, o trabalho é essencial para a construção das masculinidades. É claro que nossas entrevistadas chamam o trabalho enquanto atributo de seus parceiros, para atestar que desempenham o papel de provedor, essencial para a manutenção do relacionamento em termos do que é esperado socialmente para os homens.

Sarti (1996 apud Figueiredo, 2008), ao estudar o universo de famílias pobres da periferia de São Paulo, pontua que a identidade masculina está diretamente

associada ao valor do trabalho. Assim, para os homens, “o trabalho é muito mais do que um instrumento da sobrevivência material, mas constitui o substrato da identidade masculina, forjando um jeito de ser homem. É condição da sua autonomia moral”, sendo determinante para a afirmação de sua autoridade na família. Figueiredo (2008) aponta ainda em seus achados que “é por meio do trabalho que o homem alcança um patamar de respeitabilidade e hombridade, o reconhecimento moral que permite a ele se sentir como um homem de verdade”.

Assim, para Keli, esta é uma qualidade que admira no companheiro: ele, para ela, é um homem trabalhador, ainda que outras pessoas não o considerem assim, como exemplifica a fala abaixo onde ela o defende, preservando esta ‘autoridade’.

Os vizinhos ficam pensando que ele não trabalha porque quando tem trabalho, tem muito, mas quando não tem, ele fica parado.”

[Então os vizinhos...]

“Vê ele como uma pessoa que não gosta de trabalhar, mas ele é muito trabalhador, muito profissional no que faz. (Keli, 37)

Ele trabalha por conta, então ele trabalha na hora que quer, quando ele quer. Agora ele quebrou, ele machucou o pé, porque calhou da gente estar reformando lá e tava cheio de buraco lá, entrou um prego, ele veio até aqui tomar uma injeção antitetânica. Ele está sem trabalhar. (Keli, 37)

Luana acredita que o marido seja trabalhador, diz que nada falta a ela e aos filhos. Gosta que o companheiro tenha ambição e diz que o ex-companheiro era “um banana”, pois era ela quem mandava na casa nesse relacionamento anterior.

Eu fui casada dos dezessete aos vinte anos, eu que comandava a casa. Meu marido era um banana, o outro.

[Aí você deixou ele?]

Deixei, não deu certo. Ele não gostava de trabalhar, ele só vivia em fliperama. Na época era fli... fliperama, né? [Hoje é vídeo game, não é?] É. Hoje é vídeo game, computador. Só vivia nisso, não... não tinha estudo, não queria saber de estudar. E esse daí, ele é trabalhador, sabe? Ele tem aquela garra de vencer na vida: - ‘Eu quero vencer na vida!’ Agora ta dando... ta andando tudo pra trás, em vez dele ir pra frente ele ta andando pra trás. Por isso que eu me atraí por ele. E ele custou a me conquistar, a gente namorou um tempo, eu chutava ele,

eu não queria saber dele. Ele insistiu, insistiu, insistiu até me conquistar. Aí hoje a gente tá aí: ele fazendo isso. Todo mundo fala: -‘Larga ele, Luana, deixa de ser boba’. (Luana, 38)

Luana é emblemática ao elencar as qualidades do marido dentro de um modelo de masculinidade que teria como principais atributos a agressividade, a competitividade, a ambição, a virilidade, entre outros, como aponta Figueiredo (2008, p. 43) ao citar Connel (1995). Este autor (Connell, 1995) introduz um referencial de masculinidade hegemônica fundamentado na idéia de que esta masculinidade é construída na relação com as feminilidades subordinadas e com as masculinidades marginalizadas, dizendo que num mesmo contexto cultural convivem múltiplas manifestações ou expressões de masculinidades. A masculinidade hegemônica seria então uma masculinidade modelo, idealizada culturalmente, se caracterizando por uma posição de dominação por parte dos homens e pela subordinação das mulheres.

Para Sofia, o marido também é trabalhador, ambicioso, competitivo; na sua fala deixa transparecer que o marido consegue atingir o ideal de masculinidade imposto socialmente, mas em relação a si mesma, o fato de não conseguir se inserir no mercado de trabalho a desqualifica, prejudica sua auto-estima, dificultando-lhe colocar-se em uma posição de sujeito portador de direitos (atualmente, também para as mulheres há o valor do trabalho remunerado, onde a mulher deve contribuir no orçamento doméstico; por outro lado, o trabalho doméstico não é valorizado nem reconhecido, criando uma sobrecarga para as mulheres com essa ‘dupla jornada’).

Ele fala ‘eu quero uma pessoa do meu lado (que seja trabalhadora), porque eu sou trabalhador’. Ele é mesmo. A família dele é bem humilde... ele veio lá de Pernambuco, é bem humilde, só que ele nasceu aqui, e ele conseguiu esse emprego... Ele foi crescendo até supervisor, então ele quer uma pessoa do

lado dele se ele é assim ele quer alguém do lado dele também né? Normalmente é assim.

Para Elza, o marido é uma “boa pessoa”, pois é considerado por todos no trabalho; como o ele não faz uso de bebida no horário de trabalho, o que para ela se traduz no único problema dele, tudo corre bem ali.

Até hoje, ele ta nesse trabalho que ele ta, há 15 anos. Só que lá... Ele não... Sabe? Depois que saia do trabalho. Lá ele é responsável. Se você ligar e perguntar, ele sempre está lá. É - é ele trabalha num espaço que você conhece. É vizinho do terminal ali, Barra Funda, no Memorial da América Latina. [Conheço.] Ele trabalha lá. Vai fazer 15 anos. Então, sai firma entra firma, não é direto porque é variável, é terceirizado. Mas ele é tão querido que ele já trabalhou o quê? Numas cinco empresas. Sai firma entra firma e ele continua lá. Ele e o irmão dele. Então é uma pessoa super, sabe? Já chegou ao ponto de quase me separar e eu já não me separei por causa disso.

Pudemos notar em vários outros estudos sobre a masculinidade que os homens são socializados dentro de um padrão com exigências de que sejam dominadores, decididos e controladores; que devem atuar de forma independente, e que não possam expressar sentimentos mais ternos, pois esta é uma característica ligada à feminilidade (Olavarria, 2003). No nosso estudo, os homens, segundo suas companheiras, também se queixam delas atribuindo-lhes muitas vezes a responsabilidade pela violência deles, seja porque provocaram, não obedeceram ou não cumpriram o papel de esposa como eles esperavam, seja porque “não se submeteram ao projeto de dominação masculina” (Araujo, 2005).

Esta questão de trabalho na masculinidade está também intrinsecamente ligada à questão de serem bons provedores; Alegría-Ortega e Rivera-Medina (2005) colocam que, nos padrões mais tradicionais, cabe ao homem o papel de provedor e, portanto, de sustento econômico, o que, em contrapartida, lhe permitiria exercer a supremacia ou um lugar superior na hierarquia familiar, como um direito e uma

responsabilidade primordiais. Nas nossas entrevistas esta questão cultural aparece com bastante força e como fator determinante na permanência no relacionamento.

Porque, igual eu falei, nessa parte ele era muito bom. A gente tinha grana mesmo. Igual, que... Assalariado, a senhora sabe, né? Come arroz, feijão, e carne de vez em quando, ou em... nunca. E eu já vendo isso daí desde pequena. Nossa, o homem enchia a minha geladeira que era uma... Misericórdia, eu to rica! Me colocava sapato, arrumava o meu cabelo. Eu falava: ‘-Um dia, se ele me largar, aonde que eu vou achar tudo isso?’ Eu me acomodei também... Todo o mundo fala. ‘-Ah, hoje à noite to com vontade de comer uma lasanha!’ ‘-Ta, tó o dinheiro.’ Então isso ‘fez eu’ também aceitar um pouco – tipo me acostumar, né? Com a... com a situação. (Vanda, 33)

Ele é trabalhador, ele não fica parado. Ele sempre arruma alguma coisa pra fazer, ele não fica parado. Ele não deixa faltar nada dentro de casa, nada. (Luana, 38)

Eu acho que nem meu pai fala: ‘a solução seria ele ir embora’. Mas eu converso com ele, eu falo com ele: ‘Eduardo, se você for embora, capaz que eu não sei o que eu vou fazer’. Eu não tenho nem idéia, porque eu sou muito sozinha (chora). É como eu te expliquei, minha mãe e meu pai, eu vou ficar muito sozinha. Aí eu não vou ter ninguém pra me ajudar, enquanto eu não arrumar um emprego, sabe? Nas contas, mesmo. Meu pai não dá um pinga pra mim. Só vou ter onde morar (a entrevistada mora numa casa nos fundos da casa do pai). (Sofia, 24)

[Dona Luci, nessas situações, que seu marido a agredia, que tipo de ajuda a senhora buscava? Contava pra alguém...?]
É, chorava... meus filhos tinham medo que ele me batia, e ele ficava sem emprego... (se contassem) (Luci, 82)

Pode-se perceber nessa e em outras entrevistas que a denúncia da violência na visão das entrevistadas poderia prejudicar os homens como trabalhadores e provedores, e isto se configuraria em grave problema, já que tiraria o sustento da família e atacaria o homem (no caso o companheiro) na sua masculinidade.

Aí eu fui na polícia, só que ele falou que eu tinha que ir num pronto-socorro fazer sei lá o nome (exame de corpo delito), depois ir parar lá pra polícia. Neste dia que eu fui já era bem tarde, meia-noite, e eu não tenho carro, nada, então tava muito tarde... ele não ia me levar, né? (risos) Então já tava muito tarde e eu vou pegar um táxi, não tinha dinheiro. Então eu não fui, acabei não indo, por causa senão eu... mas eu fiquei com medo, prejudicaria no serviço, essas coisas, né? Mas eu ia mas eu não fui. (Sofia, 24)

Outros atributos colocados foram a beleza e eles serem considerados bons parceiros sexuais.

Ele era muito bonito. Naquele tempo, mas ele parecia com o [inaudível], o ator. Ele era muito bonito... (Luci, 82)

Tem momentos que ele é bom, a gente se dá bem na cama, muito bem, né? Ele completa e eu acho que eu completo ele. (Luana, 38)

Achamos que a fala dessas duas entrevistadas mostra que elas também se colocam como portadoras de direitos e lutam por coisas positivas: ter a seu lado um homem bonito e se considerar como tendo direito ao prazer sexual. Mas ressaltamos que isso pode ser dito apenas dentro do contexto da relação amorosa. Há uma linha tênue entre a depreciação, por parte da sociedade, das mulheres que se relacionam com homens pelo prazer sexual, e o direito que as mulheres adquiriram, no amor romântico contemporâneo, de se envolverem com prazer na atividade sexual. Giddens (1993), citando o estudo de Lillian Rubin (1989) sobre o comportamento sexual de homens e mulheres americanos de 18 a 48 anos, destaca que, na atualidade, é esperado muito mais do casamento em termos sexuais, tanto pelas mulheres como pelos homens, do que geralmente ocorria nas gerações anteriores. As mulheres esperam tanto receber quanto proporcionar prazer sexual e, para que o casamento seja satisfatório, é mister uma vida sexual compensadora. Nas nossas entrevistadas, especialmente entre as mais jovens, também pudemos notar tal atitude. No estudo citado acima (Rubin, 1989 apud Giddens, 1993), as adolescentes colocaram que acreditam ter o direito de iniciar sua vida sexual em qualquer idade que lhes pareça apropriada, sem considerar que essa relação se transforme em casamento e que dure para sempre.

É importante destacar que a sexualidade foi um tema pouco abordado pelo roteiro, mas também pelas entrevistadas; a presença desse tema foi menor que o tema trabalho e álcool, por exemplo. Isso provavelmente se deveu ao fato de ser um tema sensível, que ainda hoje é cercado por tabus. No entanto, algumas entrevistadas mostraram um caminho de emancipação e reivindicação de prazer sexual. Uma das entrevistadas, Vanda, pôde ressignificar sua experiência sexual com o marido agressor a partir de novas vivências, nomeando o acontecido como “violência sexual”, pois na época achava que aquela forma de relação seria “normal”.

V.3.1.5 Outros sentimentos: raiva, piedade, culpa, vergonha, medo

Vivenciar uma conjugalidade violenta traz uma gama de sentimentos e sensações que atravessam as entrevistadas, além de um considerável nível de ambigüidade. Já falamos aqui sobre o amor como um importante fator que as mantêm nessa conjugalidade, mas junto com esse sentimento pudemos perceber nas seis entrevistas outros sentimentos que emergiram nos discursos e merecem ser abordados, pois se constituem majoritariamente em obstáculos à transformação da situação, como se segue:

A raiva pode ser pensada como um sentimento de protesto, insegurança, timidez ou frustração, contra alguém ou alguma coisa, que se exterioriza quando o ego sente-se ferido ou ameaçado. Na entrevista de Luana, os pensamentos de morte aparecem como forma de resolução do conflito vivenciado: ela explicita sua raiva, mas contemporiza seu desejo de matá-lo com dados da realidade, de que pode ir presa, ocasionando outros problemas como não mais poder cuidar dos filhos.

Eu tenho vontade de matar ele, eu já cheguei duas vezes com água fervendo dentro do quarto, ele dormindo, e eu ia jogar no ouvido dele pra matar ele. Mas aí eu penso no quê? Eu penso 'no' meus 'filho', vai acontecer alguma coisa comigo, eu vou presa. [É verdade.] Então vou... eu vou levando a vida assim. Ele fala... Ele fala assim, ó: - 'Nunca mais eu vou te bater, nunca mais eu vou encostar a mão em você.' Mas, se ele ficar nervoso, ele bota, ele vem pra cima. (Luana, 38)

Vanda, como Luana, teve também pensamentos e até planos de morte em relação ao marido, que se apresentaram em certa época de seu relacionamento, pois a morte dele acabava se configurando como única saída possível para a resolução da situação de violência (com o agravante de morar em uma comunidade onde essa é uma saída viável e utilizada principalmente pelas pessoas envolvidas com o crime). No contexto da entrevistada, pudemos perceber que a morte, apesar de ser um episódio extremamente violenta, aparece no discurso dela quase desprovida de raiva, mas como solução para o conflito vivenciado. Não nos furtamos aqui de considerar o amor por esse agressor como ponto fundamental para que a raiva se encontre suprimida, ou inserida em um dos pólos da sua ambigüidade em relação ao parceiro.

Conclusão da história: aí, chegando lá, eu me envolvi mais ainda com droga, porque na favela tinha... lá... lá era favela, lá tudo era favela. As pessoas de lá têm facilidade pra muito mais coisas. Comecei a fazer amizade com as meninas. As meninas: - 'Não, cê tem que dar um tiro nele.' Aí, eu tive contato com arma, tive conhecimento com... bandido mesmo pesado. E aí eu comecei a ter mais movimento, aí eu comecei a planejar a morte dele, sabe? (Vanda, 33)

A raiva de um modo geral aparece pouco nas entrevistas. Isso pode se dever ao fato de vivermos em uma época em que há uma banalização da violência, em particular a violência de gênero, pois seria de se esperar que, estando em uma situação onde existe agressão, isso provocaria nas mulheres sentimentos de raiva e ódio. No nosso entender, as entrevistadas podem estar negando a raiva, aí se configurando uma posição de gênero das mulheres, presas a valores culturais de que

devem ser boas e virtuosas, possuidoras de um amor “piedoso” que aceita tudo, que tudo suporta. Quando elas reagem, revidam a agressão ou xingam, elas ficam desqualificadas no seu papel de mulher. Não foi encontrado no discurso das entrevistadas nem a raiva de autodefesa, o que pode significar que elas acham isso certo, ou é o que julgam que a entrevistadora esperava ouvir.

Luana, em fala posterior, demonstra sua ambigüidade para com esta relação raiva/piedade. Ao declarar que tem dó (piedade) do companheiro, coloca-se em uma posição de onipotência, em que se considera “salvadora” desse companheiro. O mesmo acontece com Elza. Nas falas abaixo, podemos perceber que elas se colocam como as únicas mulheres na vida dos companheiros. Este sentimento, da perspectiva delas, as enobrece e as torna superiores, bem como aponta para uma explicação da sua intenção/vontade de perdoá-los, apesar do sofrimento causado pelas agressões.

[Então é por um vínculo que você tem com ele?]

É. Agora que vínculo é esse? Eu tenho dó dele, eu tenho porque se ele largar de mim a mãe dele não gosta dele, né? E pra onde que ele vai? E ele também sabe que é assim. Agora, por que que ele me maltrata assim eu não sei, eu não sei. (Luana, 38)

E eu acho que eu me acomodei, eu tenho medo do que aconteça com ele, sabe? Porque se eu deixar ele cair na vida, vai ficar bebendo a tarde inteira, não vai mais dar valor a nada. E o que ta segurando ele é a família. Eu e o filho, sabe? Então eu acho que ele já fala, tanto que ele fala isso. Porque ele já sabe do ponto fraco, essa mania de eu ficar sempre pensando nos outros e esquecendo de mim. (Elza, 36)

O não reconhecimento da raiva que está ligada ao ataque da dignidade pessoal demonstra um atributo de gênero ligado à submissão e à piedade exagerada, o que dificulta uma tomada de posição contra a violência, bem como é indicador de baixa auto-estima, característica freqüente nas mulheres que estão em situação de violência doméstica, conforme descrito na literatura. Flinck et al. (2005) observaram

em sua pesquisa que a auto-imagem das mulheres estudadas estava marcada por valores cristãos de manutenção do casamento, baixa auto-estima, submissão e compromisso com a família.

Outra autora (Deeke 2007), ao analisar as queixas prestadas na Delegacia da Mulher em Florianópolis, mostrou que a permanência das mulheres nas relações violentas pode sugerir um vínculo de amor e ódio para com o parceiro, e também de desprezo mútuo, encontrado em alguns casais. Alguns relacionamentos podem vir a se transformar em instrumentos de tortura e controle, onde se desencadeia um perigoso jogo de dominador/dominada: a mulher se queixa de ser controlada, vigiada em seus passos, mas em contrapartida sente-se protegida e resguardada dentro desta relação (Maldonado, 1995).

Outro sentimento que se destacou nas entrevistas das mulheres foi a autculpabilização pela situação de violência nos relacionamentos. Ao reavaliar seus comportamentos e os de companheiros nas narrativas, reprovaram-se por atitudes como ciúme, nervosismo, as discussões, colocando-se como responsáveis pelas reações violentas do parceiro. Nas falas das entrevistadas, a responsabilização pela situação confunde-se com a culpa; ao relatar que também são culpadas, em parte se afastam da vitimização, colocando-se como sujeito na relação, mas por outro lado desresponsabilizam e desculpabilizam os parceiros e colocam em posição de igualdade a violência deles e as próprias atitudes violentas, que são em menor grau e intensidade (e na maior parte das vezes como revide).

Mas aí a gente conversa e eu penso ‘a culpa não é só dele’. Não é que ele é um homem violento e vem e me bate porque gosta. Não, eu também provoco porque fico nervosa... e por isso que não procuro (ajuda), porque eu não quero prejudicar ele (risos). É difícil, né? (Sofia, 24)

Sempre que ele apronta uma coisa assim, quando ele vai sentir que eu vou falar ele fica nervoso. Mesmo assim eu vou atrás e falo. E às vezes, atrapalha sim. Porque às vezes, quando eu brigo e ele ta bom... Então às vezes ele bebe porque eu acho que não tem coragem de falar quando ta bom. Se ele tem algum problema... (Elza, 36)

[Nesta época em que ele batia a Senhora chegou a pensar em se separar?]
Eu pensava que a vida não ia dar certo porque era ruim (sem ele), como também eu era ciumenta, então eu sei lá. (Luci, 82)

Mas eu achava – como eu não tinha tido relação (sexual) com ninguém, achava que era normal (a violência sexual). E toda vez que eu ia transar com ele, então eu revirava muito no sono, porque acabava doendo e machucando, ardendo, mas eu... Eu falei assim: -‘Acho que... Eu! Eu, o problema ta em mim’, né? Eu achava, né? E ali foi, até os 24 anos, a minha vida com ele. (Vanda, 33)

Entendemos que nos discursos acima estão presentes valores culturais que povoam o imaginário de homens e mulheres sobre a identidade masculina, na qual há uma conexão entre ser homem e apresentar comportamento violento, parecendo ser aceito socialmente que da parte deles seria natural “perder o controle”. Assim, homens e mulheres partilham da construção cultural de que seria justificável ao homem bater devido ao seu “instinto agressivo”, e tais agressões seriam justificadas, pois estariam ligadas à correção por atos ou comportamentos contrários à expectativa de autoridade masculina (traição e ciúmes, tanto do homem em relação à mulher como dela em relação a ele, o fato de ela não desempenhar o que ele considera como sendo o papel da mulher, ou a questão de ela “falar demais”). Assim, vemos essa construção cultural expressa nas falas acima, nas quais as mulheres desculpabilizam os parceiros, pois têm ciúmes em excesso (Sofia), falam demais (Elza) ou porque se integram na dinâmica dominação-subordinação em que a compreensão do prazer sexual da mulher implica total submissão – como é o caso de Vanda, em que seu

próprio prazer é definido em função da sexualidade do marido: se ela não tem prazer, há algo de errado com ela (Schraiber et al. 2005b).

Em pesquisa realizada em São Paulo com homens e mulheres de renda e escolaridade baixas sobre sua maneira de encarar suas relações afetivo-familiares e suas vivências da violência conjugal, Couto et al. (2007) pontuam que no discurso masculino sobre o ideal de mulher aparece o constructo de uma mulher que é segura, dá liberdade e “não enche o cara”; a mulher ciumenta foi retratada como má companheira, aquela que não procura viver em harmonia e é insegura. As entrevistadas parecem, então, conhecer essa posição masculina e compartilhar da idéia de que, se comportando dessa forma, podem gerar insegurança e violência no homem.

Em nossa opinião, as entrevistadas são mulheres contemporâneas que sabem que estão dentro da relação e são co-responsáveis por esta relação. Entretanto, as disputas travadas pelo poder, pelo direito de participar das decisões do casal em torno de valores como a fidelidade, são legítimas e nada justifica as agressões e a violência. No último caso, Vanda chega a atribuir a violência sexual do marido para com ela à sua incapacidade de ter uma relação satisfatória. Mais tarde, esta entrevistada, dialogando com outras mulheres, refletindo e amadurecendo através desse diálogo, revê esta posição.

A vergonha foi citada em três entrevistas e aparece quando a violência é revelada. A vergonha impediu a revelação da situação e foi fator dificultador na busca por ajuda.

Acho que na hora da discussão, porque ate então a gente discutia baixinho, ninguém... Nem meus ‘vizinho’ ouvia nada. Porque eu falo baixinho, não

gostava, nunca gostei de, sempre tive vergonha de escândalo essas coisas. (Elza, 36)

[E você não chamou (Não chamei.) o pessoal lá do pedaço para te ajudar?]
Não. Fiquei apanhando dentro de casa. Aí quando eu saí pra rua que eu falei assim: - ‘Agora eu vou chamar!’ Aí subi as ‘escada’ pra chamar, ele correu atrás de mim, me segurando no meu braço, me dando tapa nas costas e meus ‘vizinho’ viram. E a minha vergonha foi lá em baixo, né? Já pensou? (Luana, 38)

Bom, antes de eu tentar vir aqui colocar a minha situação, eu queria saber o que eu tenho que fazer? Qual saída eu tenho que procurar, mas a vergonha não deixa. (Keli, 37)

Na literatura, em estudo que buscou demonstrar os fatores que obstaculizam a busca por ajuda para a resolução da situação de violência, o medo, a culpa, a vergonha, o amor pelo agressor, e a idéia de que o que ocorre no interior da família é de âmbito privado, foram importantes fatores que dificultaram a mudança na situação de violência (Sagot, 2000). No estudo de Schraiber et al, (2002) as mulheres referiram não haver procurado ajuda por razões como “a violência é normal”, “o medo” e “a vergonha”. Para as autoras, as mulheres julgaram que a busca por ajuda só seria viável e legítima em situações graves e limites. Também no nosso estudo, a vergonha, o medo, a culpa e a piedade inibiram a busca por ajuda.

O medo esteve presente no discurso das nossas entrevistadas como algo que as impede de procurar ajuda. Não conseguindo sair desse relacionamento abusivo, elas se encontram em uma situação de risco constante. A própria busca por serviços, como, por exemplo, a Delegacia, se não ofertar respostas imediatas e efetivas pode se configurar em situação que as expõe a mais agressão por parte dos parceiros. As ameaças não só à mulher, mas aos filhos e familiares, estão presentes nas falas e se configuram em fatores dificultadores da busca por ajuda.

Eu passar a noite, como já passei muitas ‘noite’ acordada com medo. Quando ele chegava bêbado. E ele começava a brigar, sem motivo nenhum. Eu tinha medo. Eu tenho medo que aconteça, eu escondi faca, tudo. Eu morro de medo. Então eu não dormia, eu fingia que tava dormindo, até ele... Eu ver que ele tava roncando mesmo. Pra poder dormir, eu chegava a passar a noite em claro e no outro dia eu ia trabalhar e ninguém sabia, sabe? Nada comigo acontecendo. Ninguém sabia. Mas só Deus sabe como eu tava por dentro, entendeu? Então eu sempre fui assim: sorridente. Então eu ganhava muitas coisas, chocolate. (Elza, 36)

[Na delegacia a senhora chegou a ir alguma vez?] Não. Nunca. [Por que...]
Ah, eu tinha medo dele. Nunca fui. A minha amiga que me socorreu me disse pra falar dele... [E a senhora pensa que, se a senhora fosse na delegacia, o que aconteceria?]
Deus me livre quando ele saía. Nunca fui. (Luci, 82)

[Você tem medo que ele faça isso, realmente (matá-la?)]
Lógico que eu tenho! Eu tenho medo, tenho medo dele me matar. Ele pegou uma faca grandona dentro de casa e ficou andando dentro de casa, as ‘criança’ ‘começou’ a chorar. [Te ameaçando?] É. Os ‘menino’ ‘falou’: -‘O que você vai fazer com a minha mãe, pai?’ (entrevistada chora) E ele: -‘Vai pro quarto!’ E se trancaram no quarto. Não tinha o que fazer porque ele falando que ia me matar e eu fiquei quietinha na sala. (Luana, 38)

Eu falava: -‘O que ele vai fazer com a minha... pobre da minha mãe?’ E nem pensava nos meus irmãos, pensava na minha mãe. Já pensou ele pegar a minha mãe? Pra destruir a minha mãe? Então, conclusão, eu fiquei com medo. E ficava com medo também: -‘O que eu vou fazer? E o que que eu vou dar pra minha filha?’ (Vanda, 33)

Quanto ao medo que aparece nas falas acima, gostaríamos de enfatizar que o risco de morte a que estão expostas é de fato real. O medo não é apenas das mulheres, mas também dos filhos e de outras pessoas que convivem com os parceiros agressores, lembrando que a própria mídia reforça esse terror ao abordar insistentemente casos reais de relacionamentos conjugais com trágicos desfechos, com a morte de um ou de ambos os cônjuges.

A seguir abordaremos o abuso de álcool, que apareceu com bastante frequência nas entrevistas, em que as mulheres retrataram um companheiro modificado pela adição. Esta concepção da bebida como transformadora do parceiro

traz a idéia de uma subjetividade composta de uma “essência positiva” que se transforma perante a influência do álcool. Veremos a seguir como as entrevistadas relacionaram o uso abusivo do álcool pelo parceiro com as situações vivenciadas no cotidiano de uma conjugalidade violenta.

V.3.1.6 *Uso de álcool/drogas*

O uso/abuso de álcool/drogas aparece em quatro das seis entrevistas, ora com a consciência de que não seria a causa direta da situação de violência e sim um agravante da mesma, ora como atribuição da situação violenta, onde o alcoolismo do marido seria responsável por tal situação. Achados de estudo anterior (Johnson, 2002) mostraram que “comportamentos depreciativos e de controle da mulher são o que de fato explica estatisticamente a eclosão da violência doméstica, e não o ato de beber pesadamente, como tradicionalmente pensado”. O autor coloca ainda que o que ocorre possivelmente nesses casos é que a masculinidade poderia ser vivenciada através de dois comportamentos: beber pesadamente e agredir a esposa. No presente estudo, foi também encontrada esta associação entre beber e ser violento com suas parceiras, como denunciam as falas abaixo:

Ele... também bebe, mas não é nem por causa da bebida, mas a bebida ajuda a muita coisa assim... Ele ameaça bater, como já bateu. (Keli, 37)

Não deixa ninguém dormir, tem noites que eu não durmo nada porque ele bebe e fica xingando a noite toda aí fala que eu tenho outro homem... eu não saio de casa para nada...” (Keli, 37)

“Então, nessa época eram todos os dias. Agora não. Agora ele bebe mais de fim de semana, ou então quando ele ta com algum problema eu sei que ele vai beber. Ele bebe às vezes na segunda-feira, mas, sabe? Não é sempre, sempre. Mas eu... Ele diz que não é viciado, mas eu acho que ele é viciado porque ele não consegue parar! (Elza, 36)

Quando ele bebia. Não podia falar nada, um lindo para ele. (Luci, 82)

Como explicação para a dependência foi colocada a *hereditariedade* (é um problema “de família”, indicando outros irmãos e parentes também dependentes do álcool), ou descrita como um descontrole que vem “de fora”, ou seja, o abuso se dá em função de um “trabalho” – macumba – feito para que o homem pagasse por algo acontecido no passado (no caso específico, devido ao fato de ele haver abandonado uma antiga namorada).

Bebeu e aí é de família. Um irmão dele morreu. Outro também bebe. Na família, um sobrinho dele bate até na mãe. Um sobrinho que... eu não passei nem a metade do que ela [a mãe] passa. Ele fala [o sobrinho] coisas pesadas para ela. Eu tive sorte que tive filhos de ouro. (Luci, 82)

E antes de a gente se casar, a gente chegou uma vez a terminar o namoro e ele namorou com outra menina que chegou a noivar e tudo. Queria casar e tudo. Porque ficou desesperado e foi embora, né? Ele terminou e foi embora. E essa menina, a família dela é metida com esses ‘negocio’, sabe? (macumba) A família dela todinha. Então a mãe dela... A mãe dele acha que foi ela (a ex-namorada)

[E você, acha o quê?]

Ai, eu morro de medo dessas ‘coisa’. Não gosto nem de falar.

[Você acha que pode ser?]

Mas pelo que ela fala tem tudo a ver. Porque ele quando tá bêbado, é como se tivesse raiva de mim, entendeu? Ele fica outra pessoa. Ele não quer que eu chegue perto. Ela e o pastor dela ‘diz’ que foi colocado na bebida. E tem tudo a ver. Que às vezes a gente tá numa boa, numa boa e ele bebe. E ele falou... E eu perguntei a ele: - ‘Mas Valdo, mas porque que você bebe?’ Aí ele fala: - ‘Tu é incrível, às vezes eu vou passando aqui no bar e é uma coisa me chamando eu termino indo’. (Elza, 36)

Porque foi alguma coisa que eu acho que mexeu com a cabeça dele, né? Mas se ele... Aqueles ‘paraibano’ ignorante, né? Acha que psicólogo é medico de doido. Então... Foi assim. Aí pronto. Eu fiquei só, ele começou beber e aí começou. E desde então aí começou. Eu comecei a ter problemas também, né? Porque eu... Tudo que eu agüentava calada eu não falava pra ninguém. (Elza, 36)

O ato de beber pesadamente desqualifica o sujeito, é uma “ignorância”, um descontrole. Contudo, pôde ser percebida aí uma desresponsabilização do sujeito por aquele ato, já que esse passa a ser visto como uma naturalização - um

comportamento herdado geneticamente ('bebeu e aí é de família'), ou então recebido como algo que vem de fora - um trabalho de macumba.

O uso de drogas apareceu em apenas uma entrevista, e a entrevistada também relacionou a dependência do marido ao aumento da violência (o mesmo era traficante e também consumidor).

[Aí as brigas eram por causa de quê?]

Do nada mesmo. Assim, é... é impressionante. Se eu, tipo, eu abrisse a janela, e falasse: '-Ai, que lindo o sol!', ele já vinha. Eu acho que era o grau de quantidade de droga que ele tinha usado. Acho que era o grau de... Porque uma coisa eu falo, eu nunca comecei uma briga, sempre foi ele. (Vanda, 33)

Caetano et al., (apud Deek, 2007) apontam em seu estudo que o abuso do álcool pelos homens pode ter várias interpretações, quais sejam: o efeito desinibidor que o seu consumo provoca e que pode contribuir para a eclosão da violência; o fato de que algumas pessoas podem ingerir bebidas alcoólicas para ter uma desculpa socialmente aceita para o comportamento violento; e o uso excessivo de álcool e a prática de agressão poderem ser fatores denunciadores de um quadro psicopatológico, como por exemplo, a personalidade impulsiva.

Em nosso estudo pudemos notar que as entrevistadas em geral apontam o abuso de álcool/drogas como algo que potencializa a violência em seus relacionamentos. Isso, todavia, deve ser visto com cautela, pois elas operam em um registro de gênero ao colocar a situação do alcoolismo como uma "fraqueza" masculina a ser ressaltada em contraposição à "virtude" feminina, dando inteligibilidade aos conflitos. (Gregori, 1992) Por outro lado, se a questão se refere ao abuso de álcool (doença), requer uma intervenção "de fora" para restabelecer o equilíbrio nas relações conjugais. Assim, corre-se o risco de ter uma desresponsabilização das mulheres em relação à situação conflituosa no

relacionamento conjugal, partindo da perspectiva de que se trata de um problema “do outro”, ou ainda de um problema que está fora da relação, sendo atribuída a culpa ao álcool que o modifica.

Das seis entrevistadas, somente Vanda afirma ter feito uso de drogas, não sendo relatado pelas outras mulheres o uso de drogas ou álcool. Vanda declara que começou a fazer uso de drogas para suportar a situação vivenciada em casa, pois o marido era traficante e também usuário.

Aí, depois, também, eu acabei me envolvendo em droga também, né? Pra poder... Não sei se pra suportar. Hoje em dia, eu acho que foi um jeito... Eu não sei, eu não sei nem explicar. Eu acho que deve ter sido um refúgio, deve ter sido um... Eu não sei, porque eu não sinto nem falta mais.”

“E aí ele usava droga, usava droga, e os ‘amigo’ dele ‘vomitava’, ‘sujava’ o chão e eu tinha que limpar, e não sei o quê. Depois, no outro dia, ele me batia, porque ele falava que eu ‘tava’ olhando pra os ‘amigo’, e os ‘amigo’ ‘olhava’ pra mim. E eu acho que pra suportar tudo isso, eu comecei a entrar na droga. Comecei a... é... cheirar, né? Cheirar, cheirar, cheirar, cheirar. E eu esquecia de comer, eu esquecia... Mas eu cheguei num ponto triste que, para tomar banho, eu tinha que cheirar; para comer, eu tinha que cheirar; para ir no banheiro, para lavar uma louça. Enfim, tudo que eu ia fazer eu tinha que cheirar. (Vanda, 33)

Conta que o que a fez repensar o uso de drogas foi o fato de estar prejudicando sua filha; nessa fase, a violência tornou-se bastante séria, pois ela começou a revidar as agressões:

Eu só parei mesmo porque eu vi que ‘tava’ matando minha filha, porque eu não tinha fome, e ele não tinha fome, e eu não dava comida pra a nenê – ela era uma bebê ainda. Então ela foi ficando magra – magra, magra, magra, né? Eu falei: -‘Não, eu tenho que parar!’ né? Parava e voltava, parava e voltava. Mas, assim... E apanhar... Aí, com a droga, eu... assim, me dava coragem. Porque ele me batia, eu também batia nele. Aí, começou aquela... Porração mesmo, né? Porque ele me machucava e eu ia lá e machucava ele. Mas no final foi bem, assim, ‘crítico’ mesmo, a situação, porque ele começou a usar faca. (Vanda, 33)

No caso de Vanda devemos levar em conta que ela estava exposta a riscos maiores de se tornar dependente pelo fato de haver tanta oferta em sua própria casa,

porque o marido e os conhecidos eram usuários de droga, e por morar em favela – um meio social em que esse comportamento é comum.

Há, portanto, em nosso estudo, uma importante diferença no significado do uso de drogas e álcool para os homens e para as mulheres: enquanto a entrevista acima mostra um uso de drogas inscrito em um tempo e espaço específico da vida da mulher, e determinado pelas circunstâncias da relação, aos homens o uso de álcool e drogas foi colocado independentemente do contexto da relação (no caso de Vanda, o marido era traficante mesmo antes de se casarem; e Elza se refere a um episódio em que foi chamada para acalmar o marido alcoolizado quando ainda namoravam).

V.3.2 Aspectos intersubjetivos sob a perspectiva de gênero

Ao abordar a violência conjugal como violência de gênero, partimos do pressuposto de que o gênero condiciona a percepção do mundo circundante e do pensamento dos sujeitos de determinada sociedade, funcionando como um crivo através do qual o mundo é apreendido pelo sujeito. (Saffioti e Almeida, 1995)

A atuação de nossas entrevistadas sobre a questão da violência vivida cotidianamente deriva de uma maneira específica de compreendê-la, atravessada por desigualdades de poder existentes na relação delas com o parceiro, e caracterizada em um pólo pela dominação e no outro pela “coisificação”. Para Chauí (1985), essa violência é uma determinação das relações de força nos relacionamentos interpessoais onde a força pressupõe ausência de poder e presença do desejo de mando, ou seja, impossibilidade de se tomar decisões consensuais. A autora pontua que a violência mantém a relação de mando e a sujeição, havendo um processo de

interiorização pela parte dominada (no nosso caso, as mulheres) das vontades e ações da parte dominante (os parceiros).

Nas entrevistas pôde-se observar pela descrição das mulheres a assimetria de poder nas relações, onde elas descreveram seus relacionamentos de forma hierarquizada e desigual, na qual exercem menor poder.

Assim é o caso de Sofia, que relata conflitos no relacionamento devido à dificuldade de negociação equânime. A fala abaixo nos mostra como se sente desempoderada por não estar trabalhando, porque não pode definir como será aplicado o dinheiro do casal (na verdade, o que percebe como dinheiro do marido, tal como a situação demonstra).

Tanto é que quando ele foi fazer a faculdade eu pedi pra ele ‘não faz, vamos fazer junto, pelo menos eu... quem sabe com a faculdade eu não consigo um emprego melhor aqui pra gente, né?’. Aí ele ‘não, eu vou fazer’, eu não tava trabalhando então não dava pra pagar a minha e a dele, né? Ele falou ‘vou ter que fazer pela empresa’, porque a empresa também tava pedindo isso, né? Então ta bom, ele fez, tudo bem. Só que antes, como eu falei, ele fazia tudo que eu queria. (Sofia, 24)

Que nem eu falei pra ele, eu não queria casar, porque casar eu queria comprar as coisas de casa. Que nem agora, to querendo comprar, por exemplo, um fogão lá que ele não ta querendo comprar porque já tem. Ta certo, eu to querendo comprar um novo que eu vi. Ta certo, se eu tivesse meu dinheiro eu comprava, ele não ta errado porque já tem um lá (risos). Entendeu? Não ta errado. Mas eu tenho os meus sonhos, né? Fico com vontade de comprar já faz tempo (risos), porque eu fico toda, eu vou no shopping e fico olhando. Ele não ta errado, mas eu também tenho minhas vontades, eu também quero trabalhar e comprar minhas coisas. (Sofia, 24)

Vale ressaltar que, nas transformações das relações de gênero que vêm ocorrendo, o trabalho doméstico da mulher perdeu seu valor enquanto reciprocidade da divisão dos papéis tradicionais de gênero, nos quais o homem trabalhava fora e era o provedor, e a mulher fazia o trabalho doméstico. Atualmente, cabe a mulher também trabalhar fora para complementar o orçamento do casal, e o trabalho

doméstico - continua a cargo da mulher - perdeu o seu valor no cômputo da distribuição das funções masculinas e femininas, como veremos mais adiante (Giffin, 2002, Dantas-Berger e Giffin, 2005). Como Sofia participa destas mudanças de expectativas, também espera ter maior poder de decisão no destino do dinheiro do casal ou igualdade nas oportunidades de estudo, o que acaba não ocorrendo.

Nesta entrevista pôde-se perceber que um dos motivos relatados para o início dos conflitos e, conseqüentemente, dos episódios de violência diz respeito aos desentendimentos ligados às visitas do companheiro à sua família de origem: aqui não estamos desconsiderando fatores intrapsíquicos que atuam no sentido de propiciar a esta mulher uma vivência de abandono quando o marido se ausenta, mas há aí uma luta pelo poder de quem determina as condições da relação, que propicia a instalação da violência por ambas as partes: ela agredindo verbalmente, quebrando as coisas dele para que prevaleça sua posição, e ele lançando mão de agressões físicas para restaurar uma ordem onde quem determina e dá as regras é o homem.

“O motivo foi esse, alguma coisa que eu queria e ele não quis. Ultimamente tem sido assim, tudo que eu quero parece que ele não faz, e foi assim, aí no começo foi empurrando, não era nada grave, uma violência “fraca” ainda, tava no começo ainda. Era só empurrão, tudo.” (Sofia, 24)

“Ah, essa briga, agora eu lembrei, não sei se foi essa ou foi uma depois, mas foi próxima, assim, foi uma briga feia que meu pai até viu. Meu pai acordou... que eu gritei, né? Se me bater eu grito. Aí meu pai acordou, eu peguei o óculos dele e quebrei. Quebrei o óculos dele... Como o carro dele tava lá na garagem, peguei um pau e queria quebrar. Tava nervosa, né? Mas meu pai não deixou, nada. Eu lembro dessa aí. Dessa vez eu queria terminar com ele, entendeu? Eu quis terminar com ele, eu falei, vamos terminar, mas ele não quis.” (Sofia, 24)

O revide por parte das entrevistadas foi algo que apareceu nas entrevistas como um todo, o que nos remete ao apontado pela literatura: que as mulheres não são vítimas passivas (Schraiber, 2005) e que há avanços claros em relação às

representações tradicionais que colocavam como destino feminino agüentar as situações de objetificação e violência para que o casamento fosse mantido (Dantas-Berger e Giffin, 2005). As mulheres entrevistadas não apanharam caladas; reagiram às agressões, denunciaram seus parceiros e fizeram movimentos no sentido de transformação da conjugalidade violenta.

Para Luana, o início dos episódios de violência se dá quando ela se rebela contra o marido devido à sua infidelidade. Quando este aspecto não fazia parte dos conflitos do casal, eles apenas discutiam, conseguiam conversar e podiam acabar se entendendo em termos de carinho e sexo. Entretanto, com a negativa da parceira em aceitar que o marido possa ter outros relacionamentos amorosos, inicia-se um processo de violência conjugal para restabelecer este lugar de autoridade inquestionável que, como homem, ele pressupõe que seja seu “de direito”.

[Antes da primeira traição como era? Vocês já brigavam de se agredir?]
 Não. ‘Brigava’ de boca, mas à noite resolvia tudo, e de dia também ele me tratava com carinho, fazia as ‘coisa’ pra mim.
 [Você acha que as agressões começaram por que você ficou mais brava por causa da traição ou por que...]
 Porque eu tenho razão e ele não, e ele não quer admitir isso. Aí vai... Eu vou falando, ele vai ficando nervoso, eu vou falando e ele vai ficando nervoso, e ele ta vendo que eu to com razão. Aí... (Luana, 38)

Luana não quer abrir mão da relação, mas se decepciona ao não encontrar ressonância no companheiro para a sua expectativa de praticar normas de gênero em que a traição não cabe para nenhum dos cônjuges. O companheiro comunga de normas mais tradicionais, onde a mulher não deve trair, mas ao homem são dados outros direitos, inclusive o de ter outras mulheres. Assim, quando um dos parceiros se afasta do padrão de complementaridade dos papéis sexuais que o casal vem desempenhando, isto exige um árduo processo de negociações e novos acordos. Esta

adaptação ao novo gera tensões na vida cotidiana, na medida em que não define uma visão comum acerca da possibilidade de fidelidade, trazendo como consequência uma “considerável ambigüidade na reelaboração dos papéis de gênero” (Gregori, 1992). Neste caso, o parceiro não aceita a nova norma mais igualitária, podendo conduzir o casal a situações de violência.

Também vemos aqui, por parte da entrevistada, a construção social da diferença entre os sexos, do papel masculino e feminino, como um campo primordial onde o poder se articula (Scott, 1995). Scott compreende a violência de gênero como um fenômeno complexo no qual se articulam as relações de poder, dominação e submissão construídas socialmente e internalizadas por homens e mulheres ao longo da história (o homem é o provedor e a mulher cuida da casa).

[Quando começaram as agressões?]

Assim que ele começou a sair com mulher. Hoje que eu entendo isso, que ele chegava em casa agressivo, me maltratava e tudo e eu não percebia que ele tava saindo com outra. Aí ele viu que eu era boba mesmo e ele resolveu trazer pra dentro de casa: trouxe uma e a outra também, passando por amiga. E eu acredi... acreditava nele, né? Porque a mulher casa pensando que o homem pro... vai proteger ela, vai livrar ela dos ‘perigo’, não vai deixar nenhum mal acontecer com ela. (Luana, 38)

A mulher, ela trabalha mais que o homem. Eu trabalho fora... Agora eu não to trabalhando, quando eu começo a trabalhar fora, eu... A casa fica um pouco desorganizada, eu não dou conta de passar roupa; porque ele gosta de roupa passada, ajeitada. Então eu não dou conta de passar as ‘roupa’ de casa, eu não dou... Dou conta, mas não dou conta de tudo, eu passo por cima, no final de semana aí eu ajeito direito. Aí ele não gosta disso, aí as... Muitas vezes eu deixo de trabalhar por causa disso. (Luana, 38)

Para a mulher, principalmente a de classe social mais baixa, a busca do ideal de realização no qual ela deve trabalhar para ter sua própria renda, impõe certas contradições quando se depara com esta necessidade e com a continuação de sua exclusiva responsabilidade no cuidado dos filhos e da casa. Para as mulheres pobres

a “liberação” da mulher não só não aconteceu, como esta questão aprofundou a desigualdade vivida em relação aos homens, pois a “dupla jornada” não se tornou fonte de independência financeira nem de estabilidade familiar (Giffin, 2002); ao contrário, tal situação acabou adicionando tensões às relações de gênero, como aqui demonstrado, uma vez que as próprias mulheres introjetaram valores inerentes à cultura de que a função de provedor cabe principalmente ao homem, e a elas o cuidado da casa.

Se eu to trabalhando, ele fala que va... vai na porta do meu serviço falando vai fazer escândalo. Aí eu deixo o emprego, fico com medo dele ir lá fazer escândalo. Quando eu to trabalhando eu começo me ajeitar ele já corre... me tira do serviço. É assim minha vida.

[Por que você acha que ele faz isso? Por exemplo, te impedir de trabalhar?]

Ele fala que não entende. Quando eu to desempregada ele fala assim: -‘Por que que cê não arruma um serviço? Uma andorinha só não faz verão.’ Aí eu arrumo um serviço. -‘Eu vou lá na porta do serviço pra eu ver o que cê tá fazendo lá.’ Aí eu já fico com medo e saio. (Luana, 38)

Em todas as entrevistas, exceto a de Luci, o trabalho foi tema recorrente, seja para lamentar a falta dele (gerando depressão, nervosismo e, conseqüentemente violência, no caso de Sofia), seja referindo-se a certa autonomia e rompimento com a dependência e a violência (no caso de Keli, em que o fato de estar trabalhando lhe dá mobilidade para alugar uma casa e se mudar com os filhos), ou ainda promovendo uma melhora na qualidade de vida e reconhecimento de valor por parte da sociedade (como no caso de Vanda). Luci, como já foi dito anteriormente, por pertencer a uma geração onde as mulheres geralmente eram donas de casa, se reconhece nesse papel sem questionamentos.

Porque quando eu trabalhava, era bem diferente. Ele mesmo me tratava... meu pai, minha mãe me tratavam muito com... talvez por eu mesmo me sentir com mais auto-estima, eles também viam isso em mim e me tratavam melhor. (Sofia, 24)

Não, então, ele (o marido) falou pra mim que o que gera isso (o nervosismo) é realmente o fato de eu estar desempregada. Porque eu fico em casa e realmente é, porque eu fico em casa, eu não gosto... eu gosto de trabalhar. (Sofia, 24)

Até que definitivo (a separação), foi um mês antes de eu conhecer ele (o atual companheiro), que a gente já tava brigado, eu procurando casa para me mudar... Eu trabalhava, né? Então eu podia pagar aluguel. (Keli, 37)

Achei emprego, de jogo do bicho – de cambista, né? Que fala. Comecei a ganhar bem, comecei a vestir minha filha melhor. Andar em ambientes melhores, pra que ele não... é ficasse me taxando (de louca) pra... pro juiz. [Nessa época você não usava mais droga?] Não usava mais droga. (Vanda, 33)

E eu cheguei a trabalhar de cobradora, quer dizer, cobradora de ônibus trabalha com motorista, de tudo. E ele era ciumento, brigava, mas nunca foi assim: - ‘Olha, eu não quero você trabalhando de cobradora, eu não quero.’ Ele dava a maior força. Tanto que ele foi quem me deu a maior força pra trabalhar de cobradora. Quando... Logo que eu tava com 3 meses, que eu comecei a trabalhar, aconteceu uma-uma tragédia onde eu morava. Um assaltante matou um motorista e baleou o cobrador. Lá onde eu morava mesmo. E eu tava com 3 meses de empresa, e eu queria desistir e ele que não deixou. (Elza, 36)

Nesta última fala de Elza, a mesma se espanta pelo fato de o marido incentivá-la a trabalhar, mesmo que tenha ciúme do convívio dela com os colegas; assim como Luana, que retrata a ambivalência do marido entre deixá-la trabalhar para ajudar em casa e o temor de perder o controle sobre ela. Chama a atenção o valor dado por elas à opinião do marido e à sua aceitação ou não do trabalho delas. Pensamos que nos dias atuais, inclusive para os homens, está incorporada a necessidade de a mulher entrar na força de trabalho para a complementação do orçamento doméstico. Giffin (2002) declara que os dados mostram a dificuldade crescente dos homens de garantirem uma renda familiar adequada, ou mesmo de manter um trabalho estável; estamos passando por uma “transição de gênero”, em que as mulheres não somente ajudam no complemento do orçamento, como

começam a ser responsabilizadas e a se considerarem responsáveis pela provisão doméstica da renda, mas sem ainda o correspondente aumento de poder nas decisões e na divisão do trabalho doméstico. Sofia, ao se referir ao marido, aponta esta questão e agrega outro valor ao trabalho: não apenas o dinheiro, mas o aumento da autonomia e do reconhecimento pessoal.

Não quero que você trabalhe porque eu quero seu dinheiro, claro que não; uma, quero que você trabalhe pra ajudar aqui a gente, pra gente conseguir comprar as coisas mais rápido, ter as nossas coisinhas, um carrinho... E outra que é pro seu bem, eu quero seu bem, se você trabalhar, você... eu acho que a melhor coisa do ser humano é o trabalho. Então, se você trabalhar, você sabe que vai se sentir melhor e que, logo, vai ficar melhor. É isso que eu quero (Sofia, 24 referindo-se a fala do marido)

Ainda dentro da perspectiva de gênero, traremos aqui o relato de Elza para observarmos como o homem, ao ser colocado em um lugar de impotência, pode ter reações violentas e tentar restabelecer o seu poder, ainda que seja o “pequeno poder” que exerce dentro do lar (Saffioti e Almeida, 1995). Elza diz que logo no início de seu relacionamento aconteceu uma tragédia na família do marido: sua irmã caçula foi assassinada pelo ex-namorado, e esse episódio abalou muito o companheiro. O marido sentiu-se impotente por não ter podido “vingar” a morte da irmã e, paradoxalmente, passou a beber e a ser agressivo com a mulher. Assim, Elza atribui este momento difícil ao início do abuso de álcool pelo companheiro, devido à impotência gerada pelo acontecimento. Ao fazer uso abusivo de álcool, os episódios de violência se iniciam, restaurando esta posição de dominação, pelo menos com a esposa e dentro de casa.

A gente já passou um momento muito difícil aqui, porque logo que eu cheguei aqui aconteceu uma tragédia lá. O namorado matou a irmã dele... Então, desde então que aí... A nossa vida era um mar de rosas, né? Quando aconteceu isso acho que voltou com problemas, porque era aquela [irmã] do

coração. Ele gostava muito. Ela era novinha, tinha acho que 15 anos. Então... (Elza, 36)

Então foi daí que começou o meu, sabe? Tormento. Que aí ele começou a beber... Ficou revoltado porque o cara lá era filho de prefeito e não foi preso. Ninguém fez nada, e... E ele queria fazer alguma coisa e não podia, então começou a beber. Nossa! Aí pronto! Aí é só trabalho. Bebia, chegava em casa desesperado, destruía as coisas, sabe? E não procurava tratamento; até hoje eu às vezes peço pra ele procurar algum tratamento, uma ajuda. (Elza, 36)

Na fala das entrevistadas por vezes pudemos perceber a dualidade vítima/algoz e mais especificamente entre vítima passiva e algoz ativo. Porém as entrevistadas mesmo partilhando de uma condição de subalternidade, não se apresentaram somente como vítimas: elas agiam, exigiam, condenavam e também agrediam. Tomemos como exemplo a fala de Luci (82 anos) que pertence a uma geração moldada num padrão mais tradicional, onde ainda não se ouvia falar em direitos das mulheres. Luci acha que as mulheres que vivenciam situações de violência doméstica são ‘umas coitadas’ remetendo a mulher a uma posição de vítima; ainda assim, admite a possibilidade de separação, dizendo que quando a mulher é mais jovem, esta pode ser uma saída:

[Como a Senhora vê as mulheres que vivem nesta situação em os homens são violentos, que apanham?]

Eu assisto muito aquela “caso de família”, eu fico boba com muita coisa que acontece lá. Os filhos são agressivos, as filhas também, marido que tem outra, na televisão (programa “Casos de Família” no SBT).

[O que a Senhora acha das mulheres do “caso de família”?]

Eu acho umas coitadas. Eu se eu tivesse que ter feito, eu teria que ter saído logo que casei, eu casei sem nada, nada. Porque eu tinha amor nele, dormia no chão, morei em quarto sem cozinha, (risos) mas fui levando a minha vida. Também não foi um mar de rosas, não. (Luci, 82)

Ele nem escutava ninguém. Nem agora ele não ouve ninguém. A minha filha fala, ah! Você precisa ir no médico. Ela que tem mais paciência. Eu não tenho. Acho que homem não merece nada. (Luci, 82)

Chauí (1985) coloca que o uso da violência explicita a intenção de quem detém o poder (ou a força) de anular no outro a condição de sujeito e submetê-lo à sua vontade e desejo. Assim, a exposição contínua a uma posição de violência pode levar a mulher à inércia, à passividade e à incapacidade de reação, como se explicita na fala seguinte de Luci, de um conformismo à situação, observando que se tivesse de buscar ajuda/separar-se, deveria tê-lo feito antes; as contradições presentes nas falas explicitam que, na verdade, ela nunca teve a intenção de deixá-lo, pois “a vida sem ele não faria sentido” (amor), além de atribuir certa parcela de culpa a si mesma pelo fato de ser ciumenta.

[Nesta época em que ele batia a Senhora chegou a pensar em se separar?]
Eu pensava que a vida não ia dar certo porque era ruim (sem ele), como também eu era ciumenta, então eu sei lá.. (Luci, 82)

Sei lá, como eu vejo a maioria dos maridos, né? Assim de ser mais carinhoso. Tem marido que... Ele tem um gênio tão... já passou tanto tempo. E fala assim, agora eu já to com esta idade, não vou agüentar muito mesmo, então... (risos). (Luci, 82)

A fala desta entrevistada nos remete ainda a outro autor utilizado como referencial teórico do presente estudo. Gregori (1992) pontua que as mulheres trazem um tipo de queixa, que tenta promover um *enlçamento* naquele que escuta, para transformá-lo em cúmplice. Assim, ao narrar a queixa, a mulher não só constrói discursivamente sua posição de vítima, como alimenta e reitera algumas das posições que fazem operar a violência, cooperando na produção de si mesma como um “não sujeito”. Gregori acentua que esse é o “buraco negro” da violência contra a mulher: “são situações em que a mulher se produz – não apenas é produzida – como ‘não sujeito’.”

Na queixa, nossas mulheres descrevem seu percurso como um martírio, acusam seus parceiros, retratando a vida conjugal como um imenso acúmulo de sofrimento, mas também repensam sua própria responsabilidade no estabelecimento da conjugalidade violenta, reconhecem que estão ligadas afetivamente ao companheiro, e que os mesmos possuem boas qualidades.

Achamos que nossas entrevistadas oscilam em diversas posições (vítimas, co-responsáveis e até responsáveis) e nos trazem as marcas de um novo olhar sobre a condição feminina; atualmente vivemos em uma cultura em que têm havido grandes transformações nos papéis masculinos e femininos e, portanto, quando as relações sofrem mudanças, as expectativas e os atributos dos indivíduos também têm que mudar. Os episódios de violência são, em grande parte, decorrência do questionamento das mulheres dos padrões tradicionais de gênero. Ao buscar exercer maior poder, seja no uso do dinheiro, seja nas relações extraconjugais, elas questionam o poder tradicional masculino; logo, a co-responsabilidade também tem direção: elas arguem o maior poder dos homens porque elas também querem poder. No discurso das entrevistadas notou-se não só a reivindicação do poder emancipatório, ou seja, a reivindicação de equidade de direitos e decisões, mas também o desejo de inversão da hierarquia, a pretensão ou vontade de instrumentalizar o outro para o seu desejo, objetificando-o também.

Outra questão presente nas entrevistas e que merece ser abordada é quanto ao relacionamento sexual de nossas entrevistadas com os seus parceiros. Saffioti e Almeida (1995) colocam que

o gênero, socialmente construído, corporifica a sexualidade (e não o contrário) que é exercida como forma de poder. Homens e mulheres são classificados pelo gênero e separados em duas categorias: uma dominante e outra dominada, obedecendo aos requisitos impostos

pela heterossexualidade. A sexualidade, portanto, é o ponto de apoio da desigualdade de gênero.

Uma das entrevistas trouxe importantes questões de gênero e sexualidade: Vanda experimentou seu primeiro episódio explícito de violência física quando o marido se sentiu ameaçado ao ser perguntado sobre atos que não faziam parte da rotina sexual do casal.

Eu falei assim: ‘-Como que é sexo anal?’ Ah! Foi o primeiro murro que eu tomei. Que ele falou assim: ‘-‘Cê’ ta louca? Com quem ‘cê’ ta saindo?’ Porque ele achou que eu tava tendo amizade com pessoas que ‘tavam’ me levando pra outro caminho. Eu falei: ‘-Não, mas eu queria saber como era.’, né? Porque todo o mundo tem curiosidade, né? Aí, ele: ‘-Não, porque...’ e não sei o quê. Aí foi o primeiro safanão mesmo que eu tomei, assim, que... tanto que eu fiquei um tempo em casa, porque... pra minha mãe não ver, né? (Vanda,33)

Vanda também descreve que o marido tinha expectativas tradicionais quanto à primeira relação sexual. O marido desconfiou de sua virgindade desde a primeira relação, pelo fato de Vanda não ter tido sangramento, o que transgredia uma norma social tradicional e machista. Vanda sofria de violência sexual, sem nomeá-la como tal, pois acreditava que o sexo cedido era sua obrigação enquanto esposa; a questão sexual aqui concretiza uma situação de opressão para a mulher, concretizando esta submissão ao maior poder masculino.

Porque ele era tão ignorante que ele achava que uma... uma pessoa, que quando a pessoa era... tem que ser virgem, ela tem que sangrar na hora da primeira mens... da primeira relação. E eu não sangrei. Então, ele começou ali mesmo a me agredir, mas, assim, não... falar pra você, né? Não na porrada. De... de posições, de formas, pegando à força, né? (Vanda, 33)

E, no começo tudo bem, às mil maravilhas. Aí, com algum tempo de casada eu comecei a sofrer violência sem saber ainda, mas, assim, sexualmente. Porque eu não... eu não queria ter relações, e ele me obrigava. Mas, na minha... na minha consciência, na minha cabeça, sei lá, eu achava que era certo. Então, eu ia e... e fazia. Aí, com o tempo, essas agressões passaram a ser verbais, depois fisicamente, né? A... Até que a gente, no final mesmo, chegou a ser com faca. (Vanda, 33)

Então eu achava tudo que era normal, né? E ele sempre me falando: ‘-Eu faço com você da forma que eu quiser. Porque mulher é minha, tem que ser do jeito que eu quiser’. (Vanda, 33)

Só hoje, após ter tido outros relacionamentos, Vanda pode admitir que nunca teve prazer sexual com o companheiro violento; se precisava fingir um prazer que não tinha, Vanda provavelmente comungava do ideal de um casamento em que o sexo era parte merecedora de importância, e o fazia para reforçar a virilidade do companheiro.

Foi tudo fingimento, né? Até no... no sexo mesmo, era fingimento. Porque eu nunca soube o que que é gozar, nunca soube o que que era... Com ele, né? Vim saber agora. Que agora... Ele agora (o atual companheiro) tem um carinho de uma, de um... Quer dizer, eu tive que passar pelo pai da minha filha, que é o passado, o pai do meu menino, até achar ele. Fora os ‘ficante’, de beijinhos, né? E... e o tempo... Porque eu fiquei muito tempo sozinha também. Pra poder achar alguém... precisei viver aqueles anos na fossa, pra me fazer mulher, né? Vamos dizer assim. Quer dizer, é difícil, né? E eu não posso... Por isso que eu re... que eu resolvi procurar um tratamento, porque eu não posso jogar tudo isso fora, né? Agora que eu consegui. Deus me livre. (Vanda, 33)

Das outras cinco entrevistas, Luana retrata um bom relacionamento sexual, enquanto nas outras quatro este assunto não foi abordado. Féres Carneiro (1987) comenta sobre a grande valorização da relação sexual por homens e mulheres de todas as faixas etárias e em todos os arranjos de relação amorosa. Diz que, atualmente, as pessoas em geral chegam ao casamento com mais experiência sexual e com maiores expectativas em relação ao sexo, que acaba sendo considerado condição para uma união satisfatória. É o que podemos notar na fala abaixo, onde a entrevistada não se queixa da existência de conflitos, desde que consiga resolver as questões “na cama”, ou seja, através do sexo.

Brigava de boca, mas à noite resolvia tudo, e de dia também ele me tratava com carinho, fazia as ‘coisa’ pra mim. (Luana, 38)

Sobre o comportamento sexual do marido, Luana nos remete ainda a uma análise de gênero que aponta para uma visão construída historicamente sobre a sexualidade masculina como impulso biológico/instintivo: a sexualidade masculina é de difícil controle, é a que domina e é violenta. Assim, a ideologia dominante enfatiza que a dominação, o controle, e até mesmo a violência na sexualidade masculina, são naturais (Dantas-Berger e Giffin, 2005). Luana retrata este aspecto em sua fala abaixo, justificando a necessidade de atividade sexual do marido e, em contrapartida, mostrando a ausência de autonomia sobre o seu desejo e sobre as práticas sexuais, pois a identidade sexual das mulheres é construída ideologicamente em um contexto que define o sexo em termos dos impulsos e das necessidades dos homens. A entrevistada quase se desculpa por não ter desejo em certas ocasiões, mas entende a insistência do marido como uma necessidade natural.

Igual, eu peguei os ‘exame’ dele, né? Eu achei que ele tava com vírus porque, pra sexo... Ele é muito ativo pra sexo, tanto é que ele tava com duas mulheres e tava me perturbando dentro de casa. Porque tem dia que a gente não ta com vontade, né? Aquele dia estressa... não ta com vontade. E ele perturba pra sexo. Aí uma... A gente fez uma... Uma ou duas não, umas dez vezes sem camisinha, por isso que eu fiquei preocupada pra ele ir fazer os exames. E eu sempre dizendo pra ele: - ‘Eu to doente. Eu estou’. (Luana, 38)

Luana ressalta a sua preocupação com o marido ao consentir em praticar sexo sem proteção, pois é soropositiva. Relata que o marido e os filhos não têm o vírus, de acordo com exames realizados; porém devemos lembrar que os conflitos deste casal giram em torno da infidelidade do marido, o que aponta para uma situação de risco também para as parceiras extraconjugais dele.

Ainda quanto às questões sexuais, Luci conta que se casou grávida, em uma época em que era estabelecido que as mulheres deviam preservar a virgindade até o

casamento. Luci, porém, esconde a gravidez dos pais até que ela fica aparente, e então o companheiro assume o compromisso do casamento.

[A gravidez na época foi difícil? Era complicado uma moça ficar grávida. Como seus pais reagiram?]

Não, naquele tempo já tinha. Aconteceu, né? Eu ficava sozinha, os velhos não tinham malícia, eles eram desligados. [Eles aceitaram bem?] Nossa, meu pai tinha adoração pelo meu filho, este que morreu. A minha mãe também. Eu casei no civil, na igreja não, porque não tinha dinheiro para fazer um casamento bonito. Quando ficaram sabendo, eu já estava bem gorda. Então ele quis casar também... (Luci, 82)

Nos dias atuais, em pesquisa realizada com jovens brasileiros, Feres-Carneiro (1999) verificou que a virgindade foi considerada como um fator sem importância para o relacionamento amoroso. Esta autora relata que, entre seus entrevistados, tanto homens quanto mulheres, foi enfatizado que a virgindade pode dificultar o relacionamento, tendo em vista a falta de experiência anterior.

Vanda, em seu depoimento, traz uma questão que merece ser abordada, que é o fato de que seu companheiro a mantinha em uma situação de cárcere privado, sem que houvesse a intervenção de qualquer pessoa. A própria entrevistada só agora entende a situação como tal, pois na época também comungava com ele a norma social de que o homem podia decidir sobre a vida de sua esposa. Aqui, a importância da nomeação da situação como “cárcere privado” legitima a busca de ajuda, desnaturaliza e expurga a banalidade do ocorrido.

Hoje eu entendo como cárcere privado, né? Assim que fala? [É.] Ele me... Ele me trancava em casa e eu só saía com ele, na companhia dele. Quando a gente ia na festa, no pagode, ele me deixava dentro do carro. E dentro do carro ele me servia bebida, me servia as coisas, só que ele não deixava eu sair. Quando eu ia ao banheiro, ele ia junto, tava na porta esperando, né? Bem coisa de gente... Eu acredito hoje, que... assim, trabalhando no meio que eu trabalho, que ele era doente também, sabe? (Vanda, 33)

Vanda, porém, ao vivenciar todo este processo de violência conjugal, acaba por ter uma postura crítica sobre questões de gênero e atualmente defende posições de que a violência deve ser enfrentada pela sociedade, ser desnaturalizada do masculino e desconsiderada como de âmbito privado.

[As coisas que marcaram a sua vida, não é?]

Muito, muito. E aí eu não admito levar desaforo, ainda mais de homem. E tenho uma mania horrorosa de me meter na vida dos outros. Que se eu ‘ver’ um homem batendo numa mulher, eu quero ir lá e quero resolver. Porque eu não tive... Eu gritava socorro, e ninguém ia me socorrer. Ninguém se mete para fazer parar a briga, ninguém se mete. Mas eu falo: ‘-É um absurdo, gente. A mulher ta lá indefesa.’

[Por que você acha que ninguém se mete?]

Ai, não sei. Por... por medo. Ou por achar que a mulher ta ali naquele meio porque gosta, porque quer. Não é assim. (Vanda, 33)

Sabe-se que as mulheres em nossa sociedade são socializadas para se submeterem ao poder masculino (pai e marido) e, ao internalizarem a dominação, legitimam o homem como detentor do poder. Porém, na realidade, os homens não são detentores de um poder absoluto, assim como as mulheres nem sempre se submetem passivamente à dominação masculina. Há varias formas de resistência, de subversão desta ordem. Os papéis de dominador e dominado são intercambiáveis, e o uso que homens e mulheres fazem destes papéis é bastante variado (Scott, 1995; Araujo, 2005). Nas falas abaixo podemos notar que as mulheres detêm parcelas importantes de poder nas suas relações, porém se isso se torna explicito, o homem perde o valor, perante a si mesmo e perante os outros. Assim, a ordem deve ser restaurada e o meio para tal pode ser a violência.

Porque ultimamente ele mudou, entendeu... antes ele fazia tudo que eu queria. Primeiro ano, segundo ano, né? Tudo, tudo, tudo, mesmo que ele não queria. Aí meu pai mesmo começou – a família dele eu não sei, eu também acho, mas não tenho certeza –, mas meu pai começou a meu pai mesmo, começou a falar com ele: ‘você é um trouxa, fica fazendo tudo o que ela quer,

você é um pau-mandado’, e não sei o que lá. Tipo assim, essas palavras. Isso foi dando um nó na cabeça dele, né? Então ele foi mudando. (Sofia, 24)

Hoje mesmo tem festa lá no trabalho. Ele nunca ficou. Mas hoje ele perguntou: -‘ Posso ficar hoje na festa?’ Não pode levar família, só pode ir a pessoa mesmo. E ele nunca ficou, mas este ano ele disse que queria ir, que queria ir. Eu: -‘ Ta bom. Você quer ficar fica.’ ‘ - Não, mas você me liga porque pode ser que eu desista.’ Mas eu falei: -‘ Valdo, você vai de carro, pelo amor de Deus não bebe! Tente não começar, porque você acabou de ficar de carro e você viu? Controla. ’ Mas eu já fico preocupada, eu já sofri porque fico preocupada. Ele não consegue se controlar. Eu ‘tando’no pé: ‘- Valdo, para, para!’ Ele não para, imagina ele ‘tando’ sozinho com um monte de amigo, né? Mas fazer o quê? Falar: -‘ Não. Não vai. ’ Porque aí já é um motivo pra ele beber e botar a culpa em mim sabe? Porque eu não deixei ir, porque eu mando nele, tudo isso. Que eu domino que não sei o que. Então, já deixo de lado e falo: -‘ Vai, faz o que você quiser. ’ E ate porque pra ele, não posso falar nada. Porque qualquer coisinha, quando ele ta com vontade de beber ele inventa qualquer desculpa. (Elza, 36)

Até aqui explicitamos como a violência está ligada à restauração de uma “ordem” predominantemente masculina. Porém não temos nas entrevistas somente a violência como forma de resolução dos conflitos conjugais. As negociações via comunicação também são tentadas, ainda que em um contexto desigual de poder.

V.3.2.1 *Espaços de negociação*

Os espaços de negociação dentro da dinâmica do casal são elementos importantes quando se pensa na intervenção junto a situações de conjugalidade violenta. Sabemos que as mulheres nessa situação vão fazendo várias tentativas de mudança, de ruptura com esse parceiro abusivo, até se formar um verdadeiro desejo de mudança que tenha potência de transformação; quando tal desejo se apresenta há a necessidade de espaços de escuta e suporte para as mulheres. Vemos claramente no nosso estudo que a maioria das entrevistadas não pretende deixar o relacionamento abusivo, e sim modificá-lo para que se encaixe dentro de suas expectativas (ainda

que tais expectativas possam dizer respeito a uma ilusão amorosa de encontrar a unidade com um objeto de amor, ou se referir a idealizações construídas a partir de um contexto sociocultural e histórico que molda essa ‘busca da felicidade’).

Dentro da perspectiva psicanalítica, Araújo nos ajuda a pensar como se dá a escolha do parceiro amoroso na formação de um casal. Se o sujeito busca no outro a unidade com um objeto amoroso, os casais se formam por meio de múltiplas identificações projetivas, onde “cada um projeta no outro as suas demandas e espera que o outro as atenda, de forma a preencher suas carências. Tais identificações e projeções são feitas a partir das histórias individuais de cada um”, tornando cada casal singular nos seus arranjos conjugais (Araújo, 2005).

Os espaços de negociação do casal mostram o quanto a mulher se coloca como sujeito naquela relação, o interjogo de poder, e como se estrutura o contrato conjugal: se há interação ou o rompimento da relação. Schraiber et al. (2005b) nos mostram que a violência é não linguagem, é rompimento de contratos ou negociações, considerando que a linguagem é comunicação e a violência o rompimento da comunicação. Para quem a pratica, a violência pode ter um sentido, mas não há preocupação de compartilhamento de sentido com o outro, promovendo sua “objetificação”.

No caso de Sofia, o marido faz movimentos de aproximação, abrindo um espaço de diálogo:

Então Sofia, você é uma pessoa bonita, você sabe que você é capaz, você é inteligente... Por que você não faz o seu trabalho? Não quero que você trabalhe porque eu quero seu dinheiro, claro que não; uma, quero que você trabalhe pra ajudar aqui a gente, pra gente conseguir comprar as coisas mais rápido, ter as nossas coisinhas, um carrinho; e outra que é pro seu bem, eu quero seu bem, se você trabalhar, você... eu acho que a melhor coisa do ser humano é o trabalho. Então, se você trabalhar, você sabe que vai se sentir

melhor e que, logo, vai ficar melhor. É isso que eu quero. (Sofia, 24 referindo-se a fala do marido)

Ele ta adorando. Eu conto pra ele. contei que eu fui no posto... Nossa, ele ta adorando. contei que hoje eu vinha... (Sofia, 24)

Neste caso podemos perceber que o marido também se desespera e sofre com os conflitos vivenciados na relação. Em pesquisas sobre os homens e a masculinidade, foi descrito inclusive que a violência doméstica é também sofrimento para eles (Alvim e Souza, 2005; Araujo, 2003). Sofia também mostra isso:

Sofre, tanto que ele já tentou... uma vez, mas ele já tentou, só não conseguiu porque eu... mas ele ia mesmo! Tava ficando bem vermelho já ele assim, né? Aí eu fui lá e puxei a corda, tava bem amarrada mesmo, ele ia mesmo se matar. Ele falou: 'ou eu vou te matar ou eu vou me matar, então'. (Sofia, 24)

Conversamos, ele se sentiu muito mal... ele falou assim:- 'você acha que eu to como, né?' Ah, essa briga, agora eu lembrei, não sei se foi essa ou foi uma depois, mas foi próxima, assim, foi uma briga feia que meu pai até viu. (Sofia, 24)

Nas relações intersubjetivas, Sofia consegue um espaço de conversa e negociação, mas este espaço vai diminuindo à medida que o casal não consegue se comunicar, instalando a violência como forma de imposição de submissão; à medida que vai crescendo a intensidade da violência, vai diminuindo a possibilidade de negociação e entendimento. A entrevistada reconhece que há aspectos em si que deveriam ser trabalhados e vem buscando atendimento psicológico.

Sim, depois a gente se acalmava, logo no momento mesmo, né? Porque assim, porque cada um tem um jeito, né? O meu jeito, eu sou assim: eu quero fazer tudo na hora eu não quero deixar, tem gente que fica lá, não quer nem falar com a pessoa, fica lá se remoendo... minha mãe, por exemplo, é assim. Aí passa dez anos e taca na cara aquilo, né? Eu não, eu quero na hora ver o que é aquilo e resolver. Ele gosta de ficar quietinho, pensando um pouco pra acalmar. Então, naquele dia ele ficou quietinho, mas na mesma hora (que era de madrugada já isso), a gente sentou, conversou e ficamos calmos, né? A gente sabe o que acontece, a gente sabe o que ta acontecendo e o que precisava fazer pra resolver. Mas que nem, por exemplo, agora, atualmente,

eu não to conseguindo resolver esse problema, por isso que não ta tendo fim. (Sofia, 24)

Então ele fala, o motivo da nossa briga é esse. 'Porque você fica sem fazer nada o dia inteiro, eu chego e você ta nervosa, eu quero contar as coisas eu não posso'. (Sofia, 24)

Elza também lança mão de ajuda profissional para lidar com situações de crise: conta que houve um episódio mais grave, em que o marido tentou colocar fogo na casa, deixando-a muito abalada. Necessitou procurar tratamento na psiquiatria e psicologia, pois começou a ter crises de depressão; nessa época foi também demitida do emprego. Após esse episódio, começa a falar da situação de violência com a família e a vizinha, e abre um diálogo com o marido no sentido de ele procurar ajuda para o alcoolismo.

Você sabe que da última vez que eu fui falar com a-a psicóloga que ele estava com medo, porque eu estava com depressão. Fiquei um ano no tratamento, né? Não 'guentei' como... Por causa da-da depressão, foi mais por causa da artrite. Que a empresa me mandou embora, e eu já 'tava' nesse... Na época, nessa... Que é assim: passa, tem uma crise aí, depois melhora. Entendeu? E nessa época, foi na época que ele pensou em tocar fogo em casa. Foi uma das crises, sabe? Grave mesmo. (Elza, 36)

Os espaços de negociação são escassos, pois, após os episódios, Elza quer conversar e o marido não quer ouvi-la, o que culmina muitas vezes em episódios ainda mais agressivos. A entrevistada acha que essa forma de negociação pode ter o sentido inverso e levar o marido a beber novamente, pois é assim que o companheiro lida com suas angústias. Elza então se coloca como responsável pela bebedeira dele.

Às vezes eu fico quieta. Sempre que ele ta bêbado, eu não falo nada. Sabe, eu fico só tentando acalmar e tudo pra não... Pra ele não explodir. Mas aí, no outro dia quando ele ta bom eu começo. Aí falo, falo, falo. Eu às vezes acordo ele. No dia que ele bebe, de manhãzinha a primeira coisa que eu faço é acordar ele. Já começa assim: quando ele ta bom ele não quer ouvir falar em nada. Sabe? É algum problema ele não quer. Ele fica nervoso, só eu falando: - 'Ah, você vai ter que ouvir'. Ele fica nervoso. Ele 'tando' bom ele fica nervoso porque ele não quer ouvir. O errado dele é esse, ele não quer

conversar. Quando ele ta com algum problema, eu falo: -‘Fala qual é o problema?’ Ele não fala. Nem comigo ele fala, ele não se abre. Entendeu? (Elza, 36)

Aí, quando a gente discute alguma coisa, negocio de... Qualquer coisa que a gente discute quando ele ta bom. Se ele não fala nada assim pra mim na hora, ele bebe pra poder falar. Só que quando ele bebe, aí, ele já exagera né? Fala o que deve o que não deve. (Elza, 36)

No caso de Elza, quando há espaço para o diálogo ela deixa claro que há um limite para as agressões, ou seja, que não toleraria agressão física e abandonaria a relação caso isso acontecesse. Assim, as agressões de que é vítima referem-se a ameaças e agressões psicológicas, e a esta tentativa de tirar a vida da família incendiando a casa.

O pessoal às vezes... Essa história, às vezes até achava que eu mentia, porque... Ele nunca chegou a me bater. Nunca! Porque eu falava pra ele. Tanto que às vezes eu digo que ele lembra das coisas, que eu falava assim: - ‘Olha, Valdo, eu agüento qualquer coisa, sua bebida tudo. Agora no dia que você partir pra ignorância e, bater em mim... Aí sim, a gente vai se separar de vez. Não tem mais volta’. Eu falo sempre pra ele, né? Quando ele tá bom. (Elza, 36)

Luana, quando fala em separação, se depara com a posição do marido de que é ela quem tem que sair de casa ou aceitar a situação de que ele, como homem, pode ter o direito a sair com outras mulheres. Nesta relação se coloca ainda muito claramente a impotência dessa mulher frente a um homem que detém o domínio da vida do casal: é ela quem tem de sair de casa, arcar com a criação dos filhos ou se submeter às regras impostas por ele. Sente-se desempoderada, chegando a pensar em tomar como alternativa de negociação a intervenção do crime organizado.

[Foi nessa época que começaram as brigas?]

Foi porque eu queria que ele fosse embora ele não vai. Ele fala: ‘—Eu não vou embora, você que vai, eu não vou. Eu não vou sair de dentro da minha casa, abandonar tudo’. (Luana, 38)

[E você não chamou (Não chamei.) o pessoal lá do pedaço para te ajudar?]

Não. Fiquei apanhando dentro de casa. Aí quando eu saí pra rua que eu falei assim: -‘Agora eu vou chamar!’ Aí subi as ‘escada’ pra chamar, ele correu atrás de mim, me segurando no meu braço, me dando tapa nas costas e meus ‘vizinho’ viram. (Luana, 38)

Quanto às outras três entrevistadas, a violência física é mais marcante e elas não conseguem abrir nenhum espaço para negociação, acabando também por prevalecer a opinião do homem e seu modo de condução da vida do casal. Foi assim no relacionamento de Keli e Vanda, onde ambas só conseguem alguma mudança significativa na relação ao procurar apoio jurídico: Vanda consegue fazer a separação litigiosa e Keli, ao procurar a Delegacia de Defesa da Mulher, é encaminhada com os filhos para um abrigo, como relata a ACS (Agente Comunitária de Saúde) responsável por esta família, em anotação no Diário de Campo relativo a esta entrevista:

Diário de campo – entrevista de Keli: A ACS (Agente Comunitária de Saúde) responsável por esta família relata à pesquisadora que, alguns dias depois da entrevista, a paciente havia deixado o marido e estava num abrigo com seus filhos. A própria ACS desconhecia o endereço do lugar e não havia conseguido fazer contato para oferecer apoio.

Conclusão da história: vim, procurei o advogado. O advogado falou: -‘Cê quer separar?’ Mas a gente tem um período de um ano, parece, de... -‘Pode ser que cês ‘volte’, né?’ De reabilitação, não sei como que fala. -‘Não, tudo bem, eu espero esse um ano.’ E ele: -‘A gente vai começar a fazer a separação de bens de vocês, né?’ Falei: -‘Ah, não tem nada mesmo... (bens) Só que aí, ele não me batia, não chegava perto de mim. Só que aí ele começou a fazer o quê? A pegar a menina e não devolver a minha filha no dia de visita que o juiz estipulou. Não devolver, pra que eu fosse atrás dele e eu fizesse o show, né? E foi dito e feito, porque aí eu comecei a sair como louca, né? Que ele falou assim: -‘Ah, agora... Tá vendo? Ela é louca!’ Né? E começando essas ‘pirraça’. (Vanda, 33)

Neste percurso trilhado pelas mulheres em situação de violência, sabemos que há muitas idas e vindas, avanços e recuos, tentativas de abandono seguidas de volta, o que se configura em um longo processo envolvendo um amadurecimento pessoal

até que elas consigam concretizar uma posição com maior autonomia e igualdade de poder.

Acreditamos que um fator determinante na mobilização da mulher para sair da situação de violência conjugal, é o desejo de mudança, e este desejo esteve presente nas falas de todas as nossas entrevistadas. Esse desejo pode ficar submerso ou se manifestar em pequenos movimentos, mas não desaparece. Ele se manifestou para as nossas entrevistadas como conversar com os familiares ou amigos, desabafar com uma vizinha, denunciar na delegacia mas não prosseguir com a queixa, procurar ajuda profissional mas não dar andamento ao tratamento, enfim, em vários movimentos e há muitos anos. Entretanto, há situações vivenciadas que impulsionam esse desejo de mudança, se configurando em um acontecimento no ciclo de violência que leva a mulher a algum movimento mais definido, que produz uma ruptura na vivência ou trajetória do sujeito. É o que veremos abaixo nas histórias de nossas entrevistadas.

V.3.2.2 “Acontecimento” que leva a mulher a pensar/agir para mudar a situação

Acontecimento é uma noção utilizada por Michel Legrand (Legrand, 1975 apud Mattar e Carreteiro, 2003) como categoria biográfica – eventos marcantes na trajetória de vida, ao trabalhar com a história de vida na perspectiva da psicossociobiologia. O acontecimento é utilizado no sentido de ser um ou um conjunto de acontecimentos que remetem a uma mudança subjetiva na forma de perceber e atribuir sentido às experiências cotidianas. Para Mattar e Carreteiro (2003) é “algo que marca uma mudança na conjugalidade, ocorrida a partir de modificações nas formas de perceber a relação com o companheiro”. É uma articulação entre os

acontecimentos ocorridos na realidade e a forma de simbolizá-los, operando “uma disjunção no tecido da realidade marcando uma ruptura na vivência dos sujeitos” (Araújo, 2005).

Na verdade, tal transformação vai ocorrendo ao longo de um processo, um conjunto de situações que promovem um movimento em busca de novas iniciativas.

Sofia atribui o seu limite a poder suportar a violência se as marcas deixadas no corpo não ficam expostas; ou seja, se leva um murro no olho, fica com um hematoma, o que torna pública a sua situação de violência e nasce daí um movimento em busca de mudança.

Eu fui (na delegacia) porque já tinha acontecido outra vez e essa vez foi bem grave, ele me deu um soco no olho. Aí eu falei “ah não, aí eu não vou agüentar”. Eu já superei as outras porque eu gosto dele, porque eu não quis prejudicar ele e eu sei que eu também fui culpada, ele não é... pelo estado que eu to, provoquei isso nele. Aí nesse dia eu fui na polícia, porque ele deu no olho e eu achei demais. (Vanda, 33)

Vanda começa a pensar em sair da situação quando se compara às outras pessoas que faziam parte de sua vida pregressa e avalia que a sua condição atual não a coloca em uma posição de dignidade como pessoa, como mulher, e passa então a conversar e pensar em formas de enfrentamento da situação de violência conjugal.

Eu comecei a ficar sozinha, ficar um pouco... Porque quando a gente tem dinheiro, todo o mundo vem... Mas aí foi acabando isso, e as pess... o... os meus amigos foram, tipo, me largando. Eu fiquei muito sozinha. O que que eu comecei a fazer? Vinha para a Barra Funda ver a minha mãe quase todos os dias. Aí eu ligava pra ele, e falava pra ele: -‘Ó, to na minha mãe.’ E isso eu percebia que também deixava ele calmo. Ele não ficava tão agitado. Comecei a ‘vim’ na minha mãe. Aí via minhas outras amigas – do tempo que eu era gente, vamos dizer assim, né? Aí eu olhava, encontrava uma trabalhando, uma... né? Fazendo isso, uma fazendo aquilo, né? E eu só apanhando, só apanhando, só apanhando. E aí eu comecei denunciar. Aí eu conversei com uma amiga minha, a minha amiga falou assim: -‘Vai na delegacia, tem a delegacia da mulher agora.’, né? (Vanda, 33)

Outro acontecimento que a perturbou e a levou a se questionar sobre a submissão e o amor ao companheiro foi quando ela passou novamente por uma situação de aborto provocado. Simmel (1950, apud Féres-Carneiro, 2003), ao enfatizar as sérias conseqüências de um ideal de casamento onde se deseja o outro por inteiro e se pretende penetrar por completo em sua intimidade, pontua que os sujeitos têm de funcionar como “reservatórios inesgotáveis de conteúdos psicológicos latentes e a satisfação da entrega total pode produzir uma sensação de esvaziamento”. É o que vemos na fala abaixo, em que o companheiro de Vanda tem uma imensa intimidade com o seu corpo, e ela permite ou não consegue impedir essa manipulação: ele acessa o “colo do útero” para concretizar um aborto.

E aí, a gota d'água foi a última vez que eu fiquei sabendo que eu 'tava' grávida – que todos os meus 'aborto', também, ele que fez, né? Todos os meus 5 'aborto' que eu tive foi ele que fez, né? Ou eu fazia ou eu morria, porque era com o revólver na cabeça, né? E ele injetava o Citotec e tudo. Aí, quando eu fiquei... E ele queria um menino, de todo o jeito queria um menino. Aí, ele falou assim: - 'Hoje 'cê' vai tirar.' E eu já tava com 5 meses. Aí eu falei: - 'Puxa, mas... Não, como que eu vou tirar?' né? Aí, ele falou: - 'Cê vai tirar! Deita na cama.' Aí, sabe a carga da caneta, caneta BIC? Ele espremia os 'comprimido' e colocava lá por trás... lá dentro. Aí... porque já ia no útero mesmo. Porque ali eu já começava a sentir cólica. E eu tomava 2. Aí, ali eu abortava. E fiquei... Mas só que desse, como era de 5 meses, foi mais de... foi como um parto, né? Comecei a sentir dor, dor, dor, dor. Conclusão: tive o nenê lá no banheiro. Aí era um menino, chupando o dedo e tudo. E isso me... Né? Mexe comigo ainda. Aí, eu falei pra ele: - 'Ó, o nenê saiu.' Só que eu fiquei tão, assim, paranóica, eu queria pegar o nenê e colocar de novo pra ver se sobrevivia, né? Aí ele simplesmente... Concluindo, ele catou na palma, jogou na privada e deu descarga. Danou-se, né? Se ele fez isso com o filho dele, caramba, o que ele vai fazer comigo? (Vanda, 33)

No caso de Keli, uma conjunção de fatores contribuiu para que ela repensasse esta relação; após 12 anos de relacionamento violento com este companheiro, parece começar a questionar se vale a pena se manter neste projeto de vida. A gravidade da situação e o tempo em que sofre com ela são fatores que a levam em pensar em

mudanças. Ao encontrar possibilidade de apoio (na delegacia de mulheres, no serviço de saúde) se empodera um pouco mais e toma uma atitude concreta para a saída da situação de violência conjugal.

Eu fui agredida e fui na delegacia da mulher...na praça da Sé, registrei o boletim de Ocorrência, porque já faz muitos anos que eu passo por isso, mas só que eu nunca tive coragem de ...ia assim em delegacia normal , só que eles nunca resolveram nada, né? Nunca. (Keli, 37)

E hoje mesmo eu quase que não venho mais pra casa, porque lá na delegacia das mulheres eles falaram de um lugar para ficar. Ou eu vinha embora para casa e pegava os meninos e ia embora com os meninos ou eu ficava lá sem os meninos e depois ia correr atrás de advogado para... Mas daí assim ele não cuida, ele deixou o menino cair da cama (aponta para um dos gêmeos), bêbado. (Keli, 37)

Albergue é... Mais só que eu não quis ir para o albergue. Eu ia pra esse lugar, gente estranha, eu não quis. Eu então, eu ia pra este lugar que eles iam me colocar, mas depois que eu saísse de lá ia ter que depois dar andamento para ver os meninos. E os meninos iam ficar sem eu, com ele cuidando... Ele deixou este aqui cair ontem da cama. (Keli, 37)

Elza coloca que, ao se sentir depressiva e iniciar um acompanhamento psiquiátrico e psicológico, começa a mudar sua postura de não contar a ninguém sobre seus problemas, pois começa a acreditar que, guardando tudo para si, se prejudica em termos de saúde mental. O episódio em que o marido tenta matar todos (ela, o filho e ele próprio), também a marca enquanto um “acontecimento” que traz possibilidades de realizar mudanças na dimensão da individualidade em relação à interação conjugal.

Então por isso que a psicóloga falou que eu fui juntando, juntando chegou uma hora que explodiu, porque era problema na bebida dele, eram problemas de família que eu queria resolver. Era problema no trabalho que eu tinha que eu era cobradora de ônibus. Eu passava muito medo. Entendeu? Muito nervoso. E eu fui juntando tudo e chegou uma hora que explodiu. (Elza, 36)

Só que nesse dia foi... Eu-ele perdeu o com... Eu. Quer dizer, eu perdi o controle. Quando ele tava nervoso eu tentava acalmar. Eu não brigava, eu sabe? Ele tava bêbado, numa energia. Ele tava muito agitado. Que eu não

consegui, saí do meu controle. Então quando eu vi tocando fogo... Ligando o gás e botando álcool, a impressão que eu fiquei com tanto trauma que até hoje eu não... Nunca mais eu comprei álcool. Na minha casa nunca mais entra álcool, de jeito nenhum. E ele colocou álcool, jogou em tudo! Jogou no quarto, na sala. Na hora que ia tocar fogo, ficou com um corte na mão. E eu naquele desespero e sem chave. Eu não sei nem como, eu não me lembro até hoje como é que eu consegui pegar a chave. Não, até hoje eu não lembro! (Elza, 36)

Nesta situação retratada por Elza, os vizinhos acionam a polícia e ela, pela primeira vez, questiona seu papel de protetora do marido ao ver sua vida e a do filho em risco.

V.3.3 A rota crítica

A seguir demonstraremos de forma esquemática a Rota Crítica percorrida pelas nossas seis entrevistadas na busca por ajuda.

SOFIA 24 ANOS

TEMPO DE PERMANÊNCIA NA SITUAÇÃO: 02 ANOS

ELZA 36 ANOS

TEMPO DE PERMANÊNCIA NA SITUAÇÃO: 11 ANOS

LUCI 82 ANOS

TEMPO DE PERMANÊNCIA NA SITUAÇÃO: 57 ANOS

LUANA 38 ANOS

TEMPO DE PERMANÊNCIA NA SITUAÇÃO: 08 ANOS

KELI: 37 ANOS

TEMPO DE PERMANÊNCIA NA SITUAÇÃO: 12 ANOS

VANDA: 33 ANOS

TEMPO DE PERMANÊNCIA NA SITUAÇÃO: 12 ANOS

Na Rota Crítica percorrida por nossas seis entrevistadas na busca por ajuda, pudemos notar que sair ou permanecer na relação abusiva envolve muitos dilemas, movimentos de avanços e recuos, ilusões e decepções, até se concretizar uma nova conscientização da sua condição que permita ações mais efetivas na transformação da conjugalidade. Aqui descreveremos como se deu o apoio familiar e de vizinhos e amigos que compõem uma rede social mais próxima, bem como as respostas encontradas nas instituições acessadas. Pudemos perceber que as mulheres, ao

recontar suas histórias, refletiram sobre sua posição subjetiva na relação, sobre os processos de vitimização/responsabilização, solidão, desamparo e sofrimento psíquico. Algumas das entrevistadas mostraram maiores possibilidades de autonomia e empoderamento para enfrentar o desafio implicado no fato de que, ao transformar sua relação, necessitarão redefinir seus projetos de vida e reconstruir sua rede de relações sociais e afetivas, assim como suas necessidades de trabalho.

V.3.3.1 *Familiares, amigos e vizinhos*

Ao pensarmos nos caminhos trilhados pelas mulheres em busca de ajuda para intervenção ou mudança na situação de conjugalidade violenta, os **familiares** tiveram um papel de destaque, pois quase sempre foram os primeiros a ser acessados para uma tentativa de proteção ou de reflexão da própria posição da mulher em relação à violência sofrida.

Em geral, ao relatar a situação de violência a esta rede mais próxima, as mulheres receberam certo suporte, mas também uma pressão para que se mantivessem na relação devido a questões morais, culturais e de gênero com respeito a um casamento insolúvel, ou então à idéia de que é dever da mulher ceder ou agüentar os infortúnios do casamento, ou ainda em função de não deixar os filhos privados da convivência com o pai. Borges e Coutinho (2008) trazem uma interessante reflexão sobre a importância da família na atualidade dentro do contexto da integração de diferentes gerações, em que pontuam que “a família se torna uma instituição privilegiada para se observar a mudança e a permanência de antigos padrões sociais”.

As autoras, ao abordar a “crise”⁹ na família brasileira, a relaciona às rápidas mudanças socioculturais que vêm ocorrendo no cenário atual, em que tem havido uma perda do sentido da tradição e o surgimento do **individualismo** como valor. Esse novo valor põe em xeque o princípio da hierarquia (autoridade patriarcal) e a divisão dos papéis familiares. O individualismo dificulta compatibilizar a individualidade de seus membros com a reciprocidade familiar, causando conflitos nas relações (Borges e Coutinho, 2008).

Pudemos perceber como as mulheres entrevistadas, ao mesmo tempo em que tentam afirmar a importância de sua individualidade e liberdade de escolha, estão atadas aos laços de dependência entre os membros da família. A inserção no mercado de trabalho retrata bem este paradoxo vivenciado por nossas entrevistadas, como mostrado anteriormente.

Roudinesco (2003), ao trabalhar a evolução da família contemporânea, a define como a união de dois indivíduos em busca de relações íntimas e de realização sexual enquanto satisfizer a ambos os cônjuges. Diferentemente do que havia em um modelo de família mais antigo, em que a união devia ser eterna, na família contemporânea a união persiste enquanto trazer gratificação e felicidade para os cônjuges. Nas histórias colhidas pudemos perceber desde uma atuação nos moldes mais tradicionais de um casamento eterno (Luci, 82 anos) até o registro de relações nos quais as mulheres vinham de relacionamentos desfeitos (Luana, 38 anos e Keli,

⁹ Elizabeth Jelin coloca que se nos prendermos ao modelo tradicional de família, não há dúvida de que a família está em crise, pois a família contemporânea tem sofrido enormes transformações nas três dimensões que conformam a definição clássica de família: a sexualidade, a procriação e a convivência. Entretanto, a multiplicidade de formas de família e de convivência pode ser vista como parte dos processos de democratização e a extensão do direito a ter direitos (inclusive ao prazer), com o qual a idéia de crise se transforma. (Jelin, 1995)

37) e que se enquadram nos padrões mais atuais. Porém foi percebido que, ao ingressarem nessas relações, o ideal do amor romântico é de novo o valor preponderante (“eterno enquanto dure?”). O “individualismo” enquanto valor também foi ressaltado por várias entrevistadas, ao lutarem por recolocação no mercado de trabalho ou por estarem cursando um supletivo com a intenção de obter melhores possibilidades de emprego formal.

Dentre as entrevistadas Vanda e Luana comentaram a postura das mães dentro do registro dos padrões mais tradicionais de relação: a primeira, ao contar sobre a situação de violência conjugal para a mãe, buscando o apoio para a formação de uma posição própria em relação a isso (questiona se a situação de violência seria “normal”), ao que a mãe responde trazendo valores de um casamento indissolúvel e de uma posição feminina de subordinação, aconselhando-a a uma posição passiva. Podemos notar nesta entrevista uma reflexão das vivências da entrevistada a partir da intersubjetividade, onde busca pessoas que estão acessíveis para ressignificar seus valores morais, culturais e de gênero (a mãe, as amigas e mais tarde os profissionais de saúde).

A entrevistada hoje contemporiza esta fala atribuindo estes valores ao fato de a mãe ser evangélica e ao passado de violência vivenciado na própria relação com o padrasto de Vanda (o que pode nos levar a pensar que se essa mãe banaliza e naturaliza a violência nas relações conjugais, não pode apoiar a filha na transformação de situação semelhante), gerando uma posição solitária para Vanda no interior da família.

A minha mãe sofria do meu pai, né? E do meu irmão que é por parte só de mãe (...) Então ele começou a agredir a minha mãe, e a gente viu muito aquilo. Depois meu pai por causa da bebida. (Vanda, 33)

E aí quando eu comecei a me abrir com minha mãe... tentar abrir o jogo com minha mãe, que tinha alguma coisa que tava acontecendo errado, ela falou assim: - 'Casamento é assim mesmo. A gente tem que... a gente que é mulher, a gente tem que ponderar.' E aí falou que eu tinha que abaixar a cabeça. Então, ela passou pra mim o que ela viveu. (Vanda, 33)

Assim, até ele me bater para machucar mesmo, deixar marca, eu não ... não pedi ajuda, porque eu achava normal. Porque a minha mãe, como é evangélica ... Mas como ela teve uma vida também ... Ela resolvia os problemas dela, não tinha irmão, não tinha pai para contar, eu não tinha ninguém também. Então o que ... eu procurava contar com as minhas amigas de escola, né? (Vanda, 33)

Já Luana, quando descobre a traição do marido, também ouve da mãe que pondere com cautela a atitude a ser tomada, devido aos filhos e ao risco da dissolução do lar.

Eu liguei pra ele e falei pra me buscar que se ele não me buscasse eu ... (depois que descobriu a traição) Eu falei um monte pra ele no telefone, briguei, xinguei, aí ele foi lá me buscar como se nada tivesse acontecido. - 'Aí, Luana, eu vim buscar você e as 'criança'.' - 'Tá bom.' A minha mãe falou pra mim assim: - 'Ó, Luana, não briga com ele.' Tava chegando em casa, os 'menino' tavam ... - 'Conversa, vê como é que vai ficar a situação de vocês, que se ... Vocês têm três 'filho' pra criar.' Aí eu segui o ... os 'conselho' da minha mãe, mas até ... Eu cheguei a ir até para a minha casa, quando eu cheguei em casa ... Ah, eu queria ir lá bater na menina, aí a menina foi ... viajou, foi embora pra terra dela. (Luana, 38)

Para Sofia, contar com a intervenção da mãe foi também um aspecto importante: a entrevistada apresenta uma mãe pouco afetiva, tem dúvidas quanto a este amor materno, tanto que o marido acusa a mãe de Sofia de não amá-la. Num episódio de conflito, a mãe intervém quando solicitada e ameaça o marido de Sofia, dizendo que se não melhorarem os episódios de violência o mesmo será 'denunciado e preso'. Ela encontra na mãe um suporte para fazer barreira às agressões, mas que não funciona de fato, pois as agressões continuam, mesmo com essa intervenção. Essa postura da mãe vem atestar algo que diz respeito a conflitos internos da

entrevistada: ser ou não amada pela mãe. De qualquer forma se configura em importante intervenção, pois a mãe declara que gosta dela na frente do marido, atestando ser acessível enquanto rede de apoio.

Então a minha mãe foi nervosa, foi falar bem da pessoa que gosta dela, aí ele (o marido) falava: ‘Gosta? O que você faz por ela?’, aí os dois falando mais, um cobrando o que pensa do outro. Aí minha mãe: ‘Gosto sim, sempre cuidei dela’, e não sei o quê ‘e se você relar a mão nela você vai ver, você vai preso’. Ele até falou: ‘eu to vendo que você já tá nervosa’, ela queria bater nele (no marido), né? ... Aí eu peguei e segurei e falei ‘não’, né? (Sofia, 24)

Elza só contava com o apoio da sogra, que vinha em seu auxílio quando solicitada.

A única que sabia alguma coisa era a minha sogra. Porque eu falava às vezes, quando ele tava na crise, ele chegava, eu ligava pra ela. Aí ela vinha pra me ajudar. Ficava lá em casa. Então ali era ela, confiava em pessoas que ele gosta muito: eu e a mãe dele. Ele maltratava, sabe? Xingava, tudo. Mas ela não. Sempre que eu precisava, ela tava ali. Contava só pra minha sogra porque eu tinha vergonha de contar pra minha família. (Elza, 36)

A entrevistada diz que não queria contar aos pais para não preocupá-los, porém relata que na infância a mãe padecia com as agressões do pai e que sempre acompanhou os episódios, tendo sofrido muito com essa situação. Poderíamos supor que o silêncio para com a família teria relação com a vergonha de repetir o peso dessa “herança” familiar e pelo fato de que, talvez, não pudesse contar com ajuda da sua família, como no caso de Sofia.

Elza só contou aos seus familiares os detalhes do que vinha ocorrendo e que até então ela vinha ocultando, após um grave episódio em que o marido tentou pôr fogo na casa e ela se viu obrigada a falar tanto para os vizinhos quanto a acionar os familiares para enfrentar a situação da delegacia. Ao tomar conhecimento do que estava acontecendo, os familiares cobram de Elza uma atitude. O serviço de saúde

também orienta a entrevistada a não guardar para si a vivência da violência e conversar a respeito, conselho que ela segue e avalia como positivo.

Porque depois que eu tive a depressão eu comecei a fazer um tratamento com a psicóloga, psiquiatra, né? Então ela falava; o que acontecer com você, você não guarde para você. Você conte tudo. Aí eu resolvi né? Começar. E a minha irmã sempre fala que ele me maltratou, sabe? Ele já te dominou e realmente é. E a minha irmã fica: - 'E você vai ficar esperando até quando? Você vai morrer desse jeito.' (Elza, 36)

E 'as' minha família vai em cima. Desde que depois que eu comecei a contar, as coisas que acontece. (Elza, 36)

Luci, a entrevistada mais velha (82 anos), em todos os anos de conjugalidade violenta nunca sequer chegou a solicitar alguma ajuda: contou para a família - o pai e os irmãos, mas os mesmos não intervieram, provavelmente por um valor cultural de que tal ocorrência era banal e de domínio privado; a entrevistada se refere à possibilidade de alguma ajuda financeira, mas os irmãos também viviam com dificuldades. Achamos que, por ser de uma geração mais velha, a entrevistada apresenta normas mais tradicionais de gênero de que, uma vez casada, não há possibilidade de separação.

Eu só falei pro meu pai. Meus pais já são falecidos, né? Não demorou muito quando eu casei e eles faleceram. Mas é a ... meus irmãos. Eles tentavam me ajudar um pouco. Mas eles também ganhavam pouco, né? Eram empregados de feira. (Luci, 82)

Outra entrevistada (Keli, 36) não buscou este tipo de suporte por morar longe da família e por reconhecer que seu círculo de conhecidos é composto de pessoas vinculadas ao companheiro e não a ela própria. Porém, coloca como possível fator de proteção a presença dos familiares, pois em sua opinião o marido não abusaria dos maus tratos se ela tivesse seus familiares por perto.

Esta é uma rota em que a entrevistada não convive com sua família de origem, estando longe deles há cinco anos, inclusive de suas filhas mais velhas, que são criadas pela avó. Tem como característica o estabelecimento de vínculos mais precários, que se agravam com sua permissividade em relação ao companheiro, de completo domínio de suas relações afetivas.

De cinco anos pra cá eu não tenho contato nenhum (com a família). E aí eu não sei se é por isso ele pega e se aproveita que eu não tenho ninguém e me maltrata, ele fala que eu não tenho lugar prá onde ir, não conheço ninguém... (Keli, 37)

De maneira geral, as famílias de origem ofereceram pouco apoio para a saída da situação de conjugalidade violenta; a mãe aparece como tendo influência sobre as opiniões e comportamentos das mulheres, e quando as apoiaram foi no sentido de que permanecessem na relação. O pai pouco ou quase não apareceu no discurso das entrevistadas, lembrando que por vezes ele era também agressor, o que talvez impossibilitasse algum tipo de ajuda.

Luci contou com a ajuda do filho (homem) que, depois de crescido, interveio espontaneamente, colocando um limite nas agressões, o que, segundo a entrevistada, funcionou para a diminuição dos episódios.

Sempre ele levantou a mão pra mim. Quando meu filho fez 17 anos, meu filho encostou ele assim e disse ‘você não vai bater mais na minha mãe.’ (Luci, 82)

Os filhos apareceram nas entrevistas como fator de proteção, como no caso de Luci, em que o filho, ao se tornar homem, enfrenta o pai agressor e defende a mãe, ou como um fator que dificulta a saída da situação, como no caso de Keli. Esta, pelo fato de não contar com apoio familiar nem com uma rede social de suporte para sair de casa (nova moradia, recursos financeiros), e não trabalhar fora, vê impedido o

processo de transformação da conjugalidade violenta; tem quatro filhos, o que dificulta ser acolhida por conhecidos, somando-se a isso uma importante ambivalência em relação ao parceiro: não querer separar os filhos do pai.

Eu nunca vou ter coragem de tirar os meninos dele, porque ele é voluntário [?] é muito presente como pai. Qualquer lugar que ele vai ele leva, até prá trabalhar ele leva, dá tudo o que pede, os meninos são muito agarrados com ele. (Keli, 37)

A entrevistada coloca uma situação peculiar em relação ao parceiro: de que ele insiste muito para que engravide para com isso obter maior controle sobre ela.

[Porque você acha que ele insiste tanto para você ter mais filhos?]
Eu acho que é para prender, porque com tantos filhos não consegue largar. Igual eu, se fosse um só eu falava para a mãe dele que ia largar dele. Mas agora como eu teria condições? Eu acho que é pra me deixar mais presa, ele põe filho pra me deixar mais presa do que eu sou, mas eu já to tão presa, eu não posso ir no mercado, ir no açougue, conversar com ninguém, homem nem pensar. Porque se conversar com homem, tem caso. Eu não sei... Depois que eu procurei ajuda (delegacia) melhorou bastante. (Keli, 37)

Jelin (1995) pontua que a mulher, ao ter a possibilidade de regular sua sexualidade e sua capacidade reprodutiva, tem o controle de seu próprio corpo, o que implica que os outros (os homens) não se considerem donos desse corpo, tendo maior poder para resistir à coação ou à imposição do número da prole, como veremos no exemplo de Keli. A autora salienta que a mulher deve ter seus direitos respeitados, e a garantia de que seu corpo não será submetido a práticas sem o seu consentimento e vontade. Neste sentido, a violação do corpo feminino seria uma forma extrema de violência corporal. Apesar de a entrevistada poder contar com serviços de saúde (UBS Bom Retiro) que lhe asseguram a capacidade de controle da reprodução, as relações de poder presentes em seu relacionamento dificultam essa negociação, acabando por fazê-la ceder ao desejo imperativo do parceiro. No

momento, entretanto, ela consegue uma forma de controle com o respaldo do serviço de saúde.

[Você não queria e ele queria?]

Ele falava até assim que eu queria me separar dele porque eu não queria ficar grávida. Ou me separo de você ou fico grávida. Eu quis engravidar porque é tanta pressão, tanta pressão, porque é o tempo todo falando, o tempo todo cobrando.

[Porque você acha que ele faz tanta pressão para você ficar grávida?]

Ele fala assim, se não ficar de mim vai ficar de outro. Mas eu estou contigo, então se eu largo de você então vou ficar grávida de outro. A gente briga muito, por muita coisa. Todo dia de manhã, de tarde, de noite ele falava, fica grávida.

[E agora você está usando algum método?]

Estou tomando as injeções de três em três meses. (Keli, 37)

Devemos lembrar aqui que, como em nossos padrões culturais os filhos são de responsabilidade da mãe, na separação a mulher pressupõe que os filhos perderão o contato com o pai e ela perderá suporte financeiro, o que realmente vemos acontecer com frequência em nosso cotidiano.

Para Elza, o fato de o filho apresentar problemas na escola também faz com que ela repense sua situação, uma vez que se preocupa muito com a participação do menino nestes episódios. A entrevistada associa o fraco desempenho escolar do filho à situação de violência; Ellsberg (1998) e Sagot (2000) apontam que os filhos são impulsionadores para a procura de ajuda quando a mulher percebe que a situação de violência os prejudica. Flinck et al. (2005) também encontraram em sua pesquisa que os filhos geralmente têm ciência da situação de violência, sofrem com isso e podem apresentar problemas de ordem emocional devido a tais vivências.

Ele precisava de tratamento mesmo, porque eu acho que ele tá aqui [palavra inaudível], sabe? Não é possível que uma criança veja isso tudo e não tenha alguma coisa. Eu acho que a dificuldade dele é mais por causa disso: problemas. E tanto que na época da-da-da... Que ele tentou botar fogo, todo dia quando ele ia sair de casa ele perguntava: - Pai, você vai beber hoje? E ele

é novinho. – ‘Pai você vai beber hoje?’ Sempre que ele bebe, e quer alguma coisa, ele pergunta: - ‘Pai você vai beber, né?’ (Elza, 36)

As amigas também foram citadas nas entrevistas como possibilidade de algum suporte.

É o caso de Vanda, que conversa primeiramente com as amigas sobre a condição de violência sexual a que está submetida; as mesmas respondem que esta seria uma situação “normal” no casamento. Aqui deve ser esclarecido que se trata de um “normal” referente à norma social estabelecida no contexto em que estão inseridos estes diversos atores, onde o que é consensual em um relacionamento torna-se parte das regras que regem determinados comportamentos. É importante destacar que aqui não estaremos nos debruçando na questão da normalidade em antagonismo ao patológico, em especial às patologias psiquiátricas. Alguns estudos na literatura tratam do tema da patologia psiquiátrica principalmente em relação à personalidade dos agressores (Gomes, 2005); no presente estudo não vamos nos ater aos aspectos patológicos dos sujeitos envolvidos nas situações de violência, considerando que os comportamentos agressivos são inerentes ao ser humano (Marques, 2005) e que a violência se coaduna com aspectos intrínsecos a determinados relacionamentos, bem como a aspectos culturais e de gênero.

Em outro momento, outras amigas desempenharam importante papel nesta rota (Vanda), pois serviram também de modelo de uma estrutura melhor de vida, ao mesmo tempo em que informam sobre instituições que a entrevistada poderia acessar como a Delegacia de Defesa da Mulher (DDM). O fato de a entrevistada sair do isolamento também se configura como importante fator para a mudança.

Comecei a vim na minha mãe. Aí via minhas outras amigas – do tempo que eu era gente, vamos dizer assim, né? Aí eu olhava, encontrava uma

trabalhando, uma... né? Fazendo isso, uma fazendo aquilo, né? E eu só apanhando, só apanhando, só apanhando. E aí eu comecei a denunciar. Aí eu conversei com uma amiga minha, a minha amiga falou assim: -‘Vai na delegacia, tem a delegacia da mulher agora’. Vai na delegacia da mulher (Vanda, 33)

Os vizinhos foram citados na maioria das entrevistas como sendo conhecedores da situação de violência, porém as questões culturais foram bastante presentes no sentido de “não meter a colher”, como vemos usualmente no nosso cotidiano. Isto remete a discussão da redução da violência à esfera do privado, conforme foi trabalhado por Mattar e Carreteiro (2003). Os autores questionam o atributo de “invisível”, freqüente nas descrições da violência doméstica, e apontam que as pessoas e as instituições vêem sim a violência, mas silenciam sobre ela. Assim, consideram-na “como algo que, mesmo quando visto, não logra uma ação engajada, ou seja, que auxilie a retirar os sujeitos envolvidos de seu isolamento”. Isto porque a violência doméstica acaba sendo percebida como exclusivamente de ordem do privado, não permitindo intervenção.

Para todas as entrevistadas a publicização da situação de violência tem um marco na percepção daqueles que as cercam, principalmente os vizinhos.

Na entrevista de Sofia, como de praxe, os vizinhos conhecem a situação de violência, mas têm uma leitura da situação como sendo de âmbito privado, apesar de Sofia relatar que em um dos episódios ela pediu a vizinha para socorrê-la, mas o marido foi “estúpido” com ela, dizendo-lhe para “não se meter”.

Eu até gritei para ela, chamei ela, ela até veio. Mas aí ele foi estúpido com ela, falou para ela não se meter, aí depois ela não quis se meter. Ela acha realmente que não devia se meter... (Sofia, 24)

Na entrevista de Luci, os vizinhos interferiram espontaneamente em momentos mais agudos, mas também mantendo esta distância de que não deveriam interferir:

Esse episódio... um pouco tenso, nunca falei. A minha amiga veio me socorrer. Depois ela voltou. Mas ela mora há muito tempo no mesmo quintal. É eu tinha feito um tapume assim, que eu tinha umas máquinas, e ele começou a me bater, e ele bateu no tapume... fez barulho e ela desceu pra ver. Ela falou: - 'Ai, seu Zé, fica quieto, calma, calma, não é nada.' (Luci, 82)

No episódio em que o marido de Elza tentou colocar fogo na casa, a mesma acionou os vizinhos, que chamaram a polícia. A partir daí, os vizinhos começaram a ter ciência da situação de violência.

Quando eu consegui a chave e abri a porta, aí eu já saí correndo e gritando. Aí a minha vizinha da frente abriu a porta, aí eu falei: corre. Todo mundo sentiu o cheiro. Quando ela abriu a porta todo mundo sentiu o cheiro de gás e álcool, né? Porque tava insuportável. Vai corre! Não dá prá falar, Valter vai colocar fogo na casa... E-e os pessoal invadiram a casa... Antes da polícia chegar, os meu vizinho, né? Eram três homens para segurar ele... de tão nervoso, agitado que ele tá ali.

Depois nesse dia foi todo mundo prá delegacia, porque eu não deixei ele sozinho mesmo assim.

Aí chegou lá ele se acalmou. Tanto assim que o delegado por ele vinha deixar ele em casa, sabe? Ele é uma pessoa batalhadora, então o delegado achou que foi um descontrole da parte dele. (Elza, 36)

Foi nessa época que ele falou que ia procurar ajuda. Aí eu vou procurar ajuda e tudo. Falei prá ele: - Se não, não vai dar para conviver junto mais. Ele ainda foi no postinho, marcou uma consulta, mas também foi só umas duas vezes. Abandonou. Não foi mais. (Elza, 36)

Atualmente consegue confidenciar seus problemas a uma vizinha.

Agora eu conto só prá uma vizinha que eu tenho agora que eu confio nela, sabe? (Elza, 36)

Já Luana relata que, nas primeiras vezes em que foi agredida, sua atitude era chorar, pois não podia conter fisicamente o companheiro:

Chorava, eu não agüento ele não... Se eu for reagir, ele fica nervoso, ele me mata. (Luana, 38)

Os vizinhos perceberam o início da situação de violência, pois eles mesmos alertaram Luana para a infidelidade do marido, sendo esta a causa do início da situação violenta para este casal. Os vizinhos, nessa entrevista, têm conhecimento da situação, porém ao pedir interveniência, esta seria feita diretamente ao crime organizado, na pessoa de quem “toma conta da comunidade”; tal intervenção, segundo a entrevistada, seria por meio de agressões físicas e até morte, o que ela não deseja para o marido.

E a gente tá brigando e os vizinhos tão olhando tudo isso. Os meus ‘vizinho’ veio saber das agressões agora no segundo caso. (Luana, 38)

Em geral, os vizinhos sabem da situação, mas intervém de forma pontual, e tanto eles como os casais comungam da idéia de que a vivência da situação de violência doméstica é de âmbito privado.

As mulheres também se referiram a um tipo específico de vizinhança constituído pelas pessoas da comunidade ligadas ao crime organizado (os “meninos do lado errado”, como nomeou Luana). Em três entrevistas, o crime organizado foi citado como uma possibilidade de ajuda como veremos a seguir.

V.3.3.2 As instituições informais – o crime organizado

Na entrevista de Vanda e de Luana, o crime organizado desempenhou um papel de apoio às entrevistadas, sendo reconhecido como poder instituído na comunidade em que vivem (situações de favela). As entrevistadas relataram esse tipo de intervenção em suas histórias, porém destacaram que essas intervenções seriam calcadas na violência – agressão e morte, e de fato não gostariam de ver os parceiros machucados.

Mas no final foi bem, assim, crítico mesmo, a situação, porque ele começou a usar faca. Eu, eu... planejava matar. Comecei a fazer amizade com... Comecei a fazer amizade com as meninas. As meninas: - 'Não, você tem que dar um tiro nele'. Aí eu tive contato com arma, tive conhecimento com... bandido mesmo pesado. (Vanda, 33)

Porque inclusive a gente começou a fazer parte de uma turma chamada 'a turma do poder'. EU comecei a fazer parte. Também me defenderam me ajudaram muito contra meu marido. Se eu falava: - 'tira esse tênis', a pessoa tirava e me dava, de tanto medo. Então eu falava assim: - 'Pelo menos é medo de mim'. E aí eu comecei a planejar a morte dele, sabe? (Vanda, 33)

Que eu falava assim : - Ah! porque na minha comunidade tem uns 'menino' que toma conta lá. Os menino do lado errado. Então eu ia... porque eu tava tão desesperada que ia chamar eles. Chamar eles prá... prá ele sair de dentro da minha casa. Eu queria chamar eles, mas ao mesmo tempo eu não queria chamar porque eles já ia bater nele, ia agredir ele. (Luana, 38)

Por fim, na entrevista de Keli, a situação de oferta de ajuda foi feita por um "bandido" que morava na vizinhança, também no sentido de matar o marido.

Aí tinha um bandido, um cara que era analfabeto, que falou que eu podia ter chamado ele para matar ele (o marido). Eu pedi que não, que ele era o pai dos meus filhos, não mata ele não. (Keli, 37)

É importante observar que o crime organizado tem um papel instituído na comunidade onde vivem nossas entrevistadas: restaura uma ordem, mas usualmente por meio de violência (agressão física e homicídio). As entrevistadas recusam essa ajuda por amor aos parceiros, por não desejar que sejam feridos ou mortos, mas é interessante apontar que a ajuda é oferecida. O crime organizado regula também o espaço privado, em parte porque se as pessoas da comunidade chamam a polícia, isso atrapalha o seu "negócio", e em parte porque assim se legitimam na comunidade.

Esse poder paralelo fora do marco legal, por vezes, toma decisões baseadas em valores tradicionais de gênero; porém sempre desrespeitam a lei e os direitos de cidadãos daqueles com quem convivem, muitas vezes obstaculizando o uso das delegacias e da polícia.

V.3.3.3 As instituições formais na busca por ajuda

Descreveremos a seguir as respostas encontradas nas dimensões institucionais acessadas, mais especificamente as Delegacias de Defesa da Mulher (DDM) e os Serviços de Saúde, e seus efeitos na dinâmica das relações conjugais e na reprodução ou não de violência.

As delegacias

A Delegacia de Polícia foi citada por cinco das seis entrevistadas como o recurso mais acessado depois dos familiares, amigos e vizinhos. Em alguns casos, a ida da polícia à residência para intervenção nos episódios de violência foi o fator que alertou os vizinhos para a situação vivenciada por nossas mulheres. Foi apontado como único recurso acessado por uma das entrevistadas, Keli, que tinha uma rede social muito pobre por morar longe dos familiares e pelo fato de viver numa casa nos fundos de uma transportadora, o que impunha uma convivência apenas com os homens que ali trabalhavam e que, no entender dela, se acumpliciariam com o companheiro e não com ela pelo fato de serem homens.

Na avaliação da maioria das entrevistadas, a Delegacia de Polícia (comum) foi pouco acolhedora e ineficaz. Expressaram a dificuldade com o recorrente encaminhamento para exame de “corpo delito” e geralmente contam ter sido abordadas de maneira preconceituosa no sentido de serem ‘merecedoras das agressões’ ou de ‘gostarem de apanhar’, ou de serem ‘aquelas que apanham do marido’.

Fui na delegacia nem 1, nem 2, nem 10, foram várias vezes. É uma humilhação horrorosa. Porque ‘cê’ já chega na porta toda marcada: -‘Ah, você que apanhou do marido? Vem aqui’. E ali tem gente que vai tirar

documento... Antigamente não era separado, era tudo um... um só. Aí tinha homem... E as ‘pessoa’ sempre com essa frase horrorosa, né? – ‘Ah, ela apanhou do marido. Ela gosta. Apanha porque gosta!’ né? (Vanda, 33)

A DDM (Delegacia de Defesa da Mulher) de referência para a região central do município de São Paulo foi citada por três entrevistadas e as mesmas relataram um bom atendimento, sentiram-se acolhidas e foram orientadas e encaminhadas para outros serviços (jurídicos na sua maioria) como complemento do atendimento ao problema.

Gregori (2006) em pesquisa onde analisa a qualidade e credibilidade dos serviços oferecidos pelas delegacias especializadas em defesa da mulher na cidade de São Paulo, aponta que a característica mais incisiva encontrada foi um ‘paralelismo institucional’, ou seja, “um isolamento de ações no atendimento prestado e uma capacidade limitada em articular soluções junto a outros atores’ que deveriam compor o campo de atenção à violência contra a mulher.

Como resultado dessa pesquisa, esta autora encontrou que parte da dificuldade de consolidação dos serviços prestados pelas DDM se deve a uma espécie de subvalorização dessa instituição no interior do universo da corporação policial, explicável pelo fato de os crimes da sua alçada representarem menor poder ofensivo à sociedade, ou seja, pelo fato de serem crimes relativos às relações interpessoais e de natureza privada, constituindo para os profissionais da segurança pública, uma face mais branda daquilo que se caracteriza como violência urbana.

Outra questão levantada pela autora (Gregori, 2006) é que há uma representação de que os conflitos que dizem respeito a estes tipos de crimes exigem um tipo de abordagem que extrapola as atribuições técnicas dos agentes policiais, exigindo tratamento por profissionais especializados de outros campos disciplinares.

Assim, as delegadas investigadas consideram-se tecnicamente capacitadas para a apuração de crimes, mas “reconhecem suas limitações ao tratar de um tipo de violência originado, segundo suas interpretações, de problemas de natureza social. Nesse sentido, sugerem a incorporação de profissionais de outras especialidades no atendimento prestado.” (Idem, p. 70).

Brandão (1999), em seus achados no estudo sobre a Violência Conjugal e o Recurso Feminino à Polícia, notou que as DDM passaram a fornecer às mulheres o que chamou de ‘recursos simbólicos’, ou seja, fornecer às mulheres, através da queixa, chances para negociarem suas relações de família. Para a autora, é legítimo que as mulheres queiram negociar desse modo, pois isto significaria lutar pelo que elas consideram ser o seu direito, ainda que operem noções de direito distantes do modelo de cidadania. No campo do presente estudo pudemos notar o acesso à DDM com tal objetivo, como na fala abaixo:

Falei, tudo que ia separar e tudo. Aí, foi aí que ela deu um, (palavra inaudível) depois os conselhos que ela me deu (profissional de saúde). Que aí, eu contei tudo como que ele era. Ela falava: -‘Ele nunca perdeu nada, por isso que ele é assim’. Porque eu nunca, sabe? Sempre eu abria mão de tudo, das brigas. Abria mão deixava de lado. Por isso que ele é assim. Ela falava: -‘É por isso que ele te ameaça, porque ele nunca perdeu, assim, nunca chegou a perder.’ Sabe? Você falar: -‘Eu vou te deixar e deixar mesmo. Então dá um susto nele, sabe? Fala que você tá procurando ajuda, que você já foi em tal lugar, em tal lugar’. E eu fui ver e, portanto que ele acalmou mais. (Elza, 36)

Sofia procurou a delegacia de polícia quando avaliou como muito grave o episódio ocorrido (soco no olho). Lá ela foi orientada a fazer perícia médica, porém ao repensar a situação no dia seguinte, não procurou o local indicado, alegando ter tido medo de prejudicar o marido no trabalho. Pôde-se perceber que não houve acolhimento, pois ela foi tratada burocraticamente quanto aos procedimentos necessários.

Aí eu fui na polícia, só que ele falou que eu tinha que ir num pronto socorro fazer sei lá o nome, depois ir parar lá na polícia. Neste dia eu fui já era bem tarde, meia noite, e eu não tenho carro, nada, então tava muito tarde... e ele não ia me levar, né ? (risos). Então já tava muito tarde, e eu vou pegar um taxi, não tinha dinheiro. Então eu não fui, acabei não indo, por causa senão eu...mas eu fiquei com medo, prejudicaria no serviço...(prejudicaria o marido) (Sofia, 24)

Nada, porque falou que ele não tinha antecedentes, por isso que eu... entendeu, precisava disso... (corpo delito) Eu podia até ter ido no outro dia, porque eu ainda tava com as manchas, mas aí eu desisti. Aí nós conversamos, a gente tava mais calmo tudo né? Aí perdi a vontade de ir. Pensei, não vou prejudicar ele (no trabalho), né? (Sofia, 24)

Vanda fez uso reiterado da delegacia, seja a Delegacia de Polícia comum ou a DDM (Delegacia de Defesa da Mulher). Na delegacia comum, atesta que relatar a situação de violência doméstica é muito complicado, pois os profissionais ainda abordam este problema com preconceito e pouco acolhimento. Já em relação à DDM, tem uma avaliação mais positiva, pois foi lá que conseguiu resultados efetivos para o seu problema.

Fui na delegacia nem uma, nem duas, nem dez, foram várias vezes. É uma humilhação horrorosa na delegacia. Porque você já chega na porta toda marcada: - 'Ah! Você que apanhou do marido? Vem aqui.' E ali tem gente que vai tirar documento... Antigamente não era separado, era tudo um... um só. Aí tinha homem... e as pessoas sempre com essa frase horrorosa, né? - 'Ah! Ela apanhou do marido. Ela gosta. Apanha porque gosta!' Até que eu achei uma delegacia muito boa, muito boa. Então ela falou (a delegada da delegacia das mulheres) assim prá mim: -'Você quer um conselho? Você tem que deixar ele te bater e não bater nele. Você tem que ser agredida e não agredir. ' Porque quando a gente ia pra delegacia, os dois eram agressores. (Vanda, 33)

Vanda conta que seguiu esta orientação e em uma das brigas não revidou e apanhou com muita severidade, ficando muito marcada. Retornou à DDM e, depois deste episódio, procedeu-se uma ordem judicial para que o companheiro não pudesse se aproximar dela.

Daí foi o dia que ele me bateu. Menina, mas deixei ele destruir. Cheguei na delegacia, procurei a mesma delegada que tinha me instruído, eu falei, ó... A maxilar tava prá cá; o nariz parecendo uma batata. Falei: -‘É assim que a senhora quer?’ Ela falou assim: -‘Agora a gente vai procurar ... pedir, né? A ordem.’ Aí eu falei... Porque a pior coisa que tem é você denunciar seu marido, ele vai prá delegacia, fica uma noite. Quando ele sai de lá, ele sai com uma raiva, que ele te pega dobrado no cacete. Então você não vai, né? Mais denunciar... (Vanda, 33)

Ainda orientada por esta delegada, vai buscar então apoio jurídico e consegue separar-se do companheiro (separação litigiosa).

Conclusão da história: vim, procurei o advogado. O advogado falou: -‘Você quer se separar?’ Mas a gente tem o período de um ano, parece, de... – Pode ser que vocês ‘volte’, né? De reabilitação, não sei como é que fala. -‘Não, tudo bem, eu espero esse um ano’. E ele: -‘A gente vai começar a fazer a separação de bens de vocês.’ Falei: -‘Ah, não tem nada mesmo... (bens)’ (Vanda, 33)

Este depoimento nos leva a pensar sobre a conduta da Delegada relatada na entrevista, na qual transparece que Vanda só mereceria ajuda por ocasião da vitimização. Assim, ao dar essa orientação (‘você deve apanhar e não revidar’), a delegada traz a situação de Vanda para o âmbito do privado – no sentido de que aborda a situação como ‘briga de casal’, já que não enquadra sua queixa na linguagem jurídica do crime de lesão corporal (poderia ter aplicado a lei sem esse viés se tivesse, por exemplo, abordado a situação como lesão corporal por ambas as partes, já que ambos eram agressores). A orientação da delegada é de que só é dado o direito de defesa a essa mulher se ela estiver machucada e for passiva, só assim se caracterizando o crime. No caso da violência conjugal a entrevistada acaba por entender que, quando ela reage, perde o direito de processar o parceiro.

Há, na situação acima, uma confusão entre público e privado ou, como pontuam Mattar e Carreteiro (2003), uma ‘intimização’ da violência trabalhada por vários operadores, que recebem um reforço mútuo: a orientação da DDM faz com

que ela compreenda que só terá acesso legal caso se coloque na posição de vítima vulnerável e passiva – a posição feminina tradicional de gênero. Vanda, por sua vez, apesar de afirmar o quanto lhe custa apanhar sem revidar, o faz, para obter a ajuda necessária.

Então ela (a Delegada da DDM) falou assim pra mim: - ‘Cê quer um conselho? ‘Cê tem que deixar ele te bater e não bater nele. ‘Cê tem que ser agredida e não agredir.’ Porque quando a gente ia pra delegacia, os 2 ‘era’ agressores. Então a delegada não podia fazer nada. Porque a última vez que ele me deu uma facada na barriga, eu quebrei os dentes dele todos. Aí, a delegada falou: -‘Mas o que que eu posso fazer?’ Já tá, vamos dizer, que tá vingado, né? -‘Ah, mas eu vou apanhar aí desse cara?’ Aí, ela me falou: -‘Ó, o mundo, infelizmente, é assim. Se você apanhar, chegar aqui destruída, eu posso expedir uma ordem de ele ficar 100’ 100 metros, né? ‘Assim, uma distância longe de você.’ Falei assim: -‘Não, o difícil é você apanhar sem reagir, né?’ (Vanda, 33)

Schraiber e d’Oliveira (1999b) alertam ainda para a diferença com que às vezes a queixa é tratada, para a delegacia e para as mulheres: enquanto para a polícia a queixa é geralmente tratada do ponto de vista penal, para as mulheres a busca muitas vezes diz respeito à mediação de conflitos privados. Assim, as funcionárias das DDM podem não considerar a queixa como pertencente ao que entendem como sendo seu campo de atuação, pois como no caso do revide de Vanda, a queixa não pode ser enquadrada em crimes tipificados em lei.

O recurso que foi reiteradamente acessado por Keli foi a delegacia de polícia, na qual ela não deposita confiança de uma intervenção eficaz, já que a viatura vem quando é acionada, mas se limita a falar com o marido ou tirá-lo de dentro de casa, e ao deixarem o local o mesmo volta, força a entrada na casa e acaba agredindo a mulher com mais violência.

É, eu chamei umas três ou quatro vezes, mas não adianta, só dá escândalo, não resolve nada. [A polícia, você acha que não resolve?] Para mim, não tanto é que ontem eu liguei para o 190 para perguntar se a delegacia da

mulher funcionava a noite inteira, senão eu ia lá e ia ficar na rua, porque eu não sabia, e eles perguntaram pra mim o que estava acontecendo comigo. Eu contei para eles. Ah! A gente vai lá com a viatura. Mas eles iam fazer o quê? Botar ele pra fora e aí quando eles vão embora ele mete o pé na porta e entra lá dentro. Ele me machuca toda... (Keli, 37)

A delegacia de defesa da mulher (DDM) foi então a instituição que lhe colocou uma possibilidade concreta de ajuda, oferecendo-lhe abrigo e assessoria jurídica (a entrevistada foi encaminhada à DDM pela delegacia comum).

E hoje mesmo eu quase que não venho mais para casa, porque lá na delegacia das mulheres eles falaram de um lugar prá ficar. Ou eu vinha embora para casa e pegava os meninos e ia embora com os meninos ou eu ficava lá sem os meninos e depois ia correr atrás de advogado para... mas daí assim ele não cuida, ele deixou o menino cair da cama (aponta para um dos gêmeos), bêbado... (Keli, 37)

Podemos perceber aqui uma diferença entre a polícia ser chamada e a mulher ir até a delegacia. A polícia, ao comparecer de viatura no local, acaba tendo uma intervenção restrita no sentido de mediar uma briga de casal, julgando a situação como de âmbito privado – briga de casal e não uma ocorrência policial. Para a mulher essa intervenção tem pouca ou nenhuma eficácia, já que o homem geralmente nega o ocorrido ou promete se acalmar. Já o ato de comparecer à delegacia, pelo relato das entrevistadas, configurou-se em novas possibilidades de ação para a mulher, ou seja, ela foi orientada a dar prosseguimento, a procurar outros serviços, a fazer exame de corpo delito. Assim, quando a atitude parte da própria mulher como algo que caracteriza um planejamento, parece ter mais chance de dar bons resultados do que quando ela é passiva na situação, como mostra a literatura pesquisada (Schraiber et al. 2002; Sagot, 2000; Ruiz-Peres et al. 2006; Flinck et al, 2005).

Para Luana, a delegacia é uma opção que a entrevistada conhece, porém não pode lançar mão desta estratégia por se colocar e a seus filhos em risco de morte,

pois o crime organizado não permite que este tipo de intervenção seja acessado naquele território.

Eu queria que a polícia fosse lá, mas, se a polícia for lá, eles vão achar que eu to chamando a polícia prá lá. Entendeu? Aí pode complicar pro meu lado. (Luana, 38)

Sabe que a Delegacia de Defesa da Mulher é um recurso que também pode lançar mão e, se não o faz, não é por desinformação, nem por desconhecimento dos seus direitos.

Eu não sei, eu vou conversar com ele porque, olha, se... Eu falei prá ele, falei hoje: - 'Ó Eduardo, eu vou te perdoar de novo, mas essa vai ser a última vez. Da outra vez que você fizer, eu não vou brigar, não vou discutir, não vou fazer nada. Eu vou lá na delegacia da mulher, vou conversar com alguém, vou pedir orientação e ponto final.' E ele não acredita. (Luana, 38)

Muitas vezes, como indica a fala acima e outras falas, apenas a ameaça de ida à delegacia já tem efeito. Schraiber et al. (2007), em sua pesquisa, destaca o importante papel simbólico de proteção à mulher que as DDM invocam, mesmo sem serem efetivamente acionadas.

Somente Luci não acessou o recurso da delegacia. A entrevistada explica, quando perguntada, que nunca recorreu a nenhuma instituição por ter medo das conseqüências se procurasse, por exemplo, a delegacia.

[Na delegacia a senhora chegou a ir alguma vez?] Não. Nunca. (Por que...) Ah, eu tinha medo dele. Nunca fui. A minha amiga que me socorreu me disse pra falar dele... [E a senhora pensa que, se a senhora fosse na delegacia, o que aconteceria?] Deus me livre quando ele saía. Nunca fui. [O que aconteceria quando ele saísse?] Ah, ele brigava. Ele bebia... e batia... Uma vez um dia eu caí no chão, me machuquei tanto... A minha filha já tava noiva... nesse dia ela me segurou, segurou ele... (Luci, 82)

Devemos lembrar que, quando Luci viveu os episódios mais sérios de violência em sua vida conjugal, esse não era um recurso disponível e conhecido como é hoje, principalmente para as camadas mais populares. As informações sobre

as DDM nos últimos 20 anos disseminaram-se através dos meios de comunicação, como a televisão, o rádio e os jornais. Schraiber et al. (2007) apontam que há importante diferença geracional entre as mulheres que entraram na rota da violência antes da criação das DDM e aquelas que entraram nos últimos 20 anos, depois da criação das Delegacias. As autoras também descrevem que, em muitos casos, a ida da mulher à delegacia intensifica a violência, uma vez que nem sempre o poder público garante medidas de segurança; Luci explicita essa questão dizendo: “Deus me livre quando ele saía”. As ameaças estiveram presentes em todas as entrevistas como vemos abaixo:

Igual, eu, fiquei, assim, 12 anos lá sofrendo. É muito, muito mesmo. Mas eu achava que ele ia matar a minha mãe. Hoje eu sei que ele era um bosta, com o perdão da palavra. Era um merda. Que ele não era metade daquilo... Eu acreditava muito, porque o que ele fazia comigo... Eu falava: -‘O que ele vai fazer com a minha... pobre da minha mãe?’ (Vanda, 33)

E ele quando tava bêbado, ele ficava totalmente doente. Doente mesmo. Ele ficava outra pessoa. Ao ponto de... Uma vez ele cortou o dedo, assim, com a faca, sabe? O dedo dele! E falou assim: Ó, eu faço isso comigo imagine com você? Porque ele... Ele dizia que eu não podia me separar porque ele ia atrás de mim... (Elza, 36)

Coração é terra que ninguém manda: ninguém sabe do coração de ninguém. Já pensou se eu... eu for embora ele ‘fazer’ alguma coisa comigo? [Você tem medo que ele faça isso, realmente?] Lógico que eu tenho! Eu tenho medo, tenho medo... Aí ele começa: -‘Eu vou embora, mas vou fazer um esporro aqui.’ Desculpa. ‘Eu vou fazer uma merda com você.’ Eu falei: -‘Mas você não gosta de mim, se você gostasse de mim você não fazia isso comigo.’ (Luana, 38)

Ele falou (o marido): - ‘Ou eu vou te matar ou eu vou me matar então’. (Sofia, 24)

Pudemos notar que a rota em busca de ajuda é pontuada pelo acesso a instituições como a DDM e os serviços de saúde; a DDM foi buscada por cinco das seis entrevistadas e teve uma atuação bastante significativa em pelo menos duas das

rotas estudadas (Vanda e Keli) no sentido de favorecer a saída da relação de conjugalidade violenta, inclusive ofertando outros tipos de atendimento, como no setor jurídico e abrigos para a mulher e seus filhos. A seguir descreveremos as respostas encontradas nos Serviços de Saúde acessados pelas entrevistadas.

Os serviços de saúde

Quatro entrevistadas citaram o serviço de saúde como recurso importante na sua Rota, seja pelas conseqüências para a saúde física e mental a que a situação de conjugalidade violenta as expõem, seja pelo reconhecimento de que os serviços desta região têm uma abordagem específica da questão da violência contra a mulher, como é o caso do Centro de Saúde Escola da Barra Funda. Foi citado também como referencia para atendimento psicológico o Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP.

De acordo com a bibliografia consultada pudemos perceber que a violência de gênero é pouco diagnosticada e abordada nos serviços de saúde. Aqui tomamos como posição política e técnica, juntamente com vários autores, que os serviços de atenção básica são importantes na detecção do problema, pois têm grande cobertura populacional e possibilidades de intervenção precoce nas situações de violência doméstica. (Schraiber et al, 2002, Krug, 2002).

Heise (1994) e Sugg & Inui (1992) chamaram a atenção para a “invisibilidade” da violência doméstica para os profissionais de saúde, ao abordar a alta prevalência do fenômeno e o baixo nível de registro e reconhecimento por parte desses profissionais.

Na entrevista de Keli, o serviço de saúde (neste caso a UBS Bom Retiro) é mencionado como recurso disponível para que possa falar do seu problema, porém não obtém respostas efetivas ou propostas de intervenção em relação à violência doméstica.

Comentava com a M. (Agente Comunitária de Saúde sobre a situação de conjugalidade violenta). Eu já comentei alguma coisinha, assim por alto, mas não falei nada assim de mais. Justamente bateu no que eu tava passando por isto (situação de agressão física) e ela estava lá... (Keli, 37)

É quando eu estava grávida eu falei com ela (a médica) que ele me maltratava, ficava noites sem dormir. Eu até tinha pedido um remédio porque eu não conseguia dormir. Aí melhorou depois que eu fiz o exame e deu que eu tava grávida de gêmeos. Aí ele melhorou (os maus tratos). (Keli, 37)

Kiss (2004), ao analisar a violência contra as mulheres no discurso de profissionais de saúde, pontua que a violência aparece no discurso dos profissionais entrevistados como algo de difícil entendimento para os mesmos. A violência pertenceria à esfera do “complicado, incompreensível, inexplicável”. Os profissionais a denominariam assim guiados por uma intenção na qual não há esforços no sentido de considerar as situações de violência doméstica com que se deparam nos atendimentos cotidianos como objeto de trabalho; a representação confusa lhes convém de alguma forma, ou seja, “a imobilidade do pensamento é guiada pela intenção de nada mudar”.

Na interpretação da autora, esse argumento indicaria a idéia dos profissionais de que tal tema não seria pertinente à saúde, além do fato de não conseguirem elaborar um projeto terapêutico de intervenção eficaz para a abordagem da violência. (Kiss, 2004).

Em outras três entrevistas, as mulheres buscaram o serviço de saúde devido às conseqüências que a violência trouxe para sua saúde física e mental. Assim, Sofia

procurou o serviço de saúde (UBS Bom Retiro) e relatou sua situação aos profissionais, buscando ajuda para o que entende ser de ordem tanto psicológica (descontrole) como física (dores), afetando seu comportamento e conseqüentemente o relacionamento com o parceiro. Foi encaminhada a outro serviço que dispunha de atendimento na área de Saúde Mental, sem contudo ter reconhecida a necessidade de abordagem de sua situação de violência. Conseguiu acessar a médica clínica geral e a psiquiatra (do Centro de Saúde Escola da Barra Funda), que receitou remédios. Mostra um serviço acolhedor quanto à questão da violência doméstica, pois foi encaminhada para o CONFAD – “Setor de Atendimento aos Conflitos Familiares Difíceis”, tendo acesso à orientação com a Assistente Social; porém o acesso a uma demanda da entrevistada - o tratamento na saúde mental - é ainda um fator de dificuldade na instituição devido à grande demanda do.

É eu quis passar, então eu fui falar com a psiquiatra por causa da dor, pra me dar um remédio pra dor. Aí lá mesmo eu conversei com uma assistente social, que já me ajudou bastante, e uma clínica também me atendeu, que ela ficou atendendo meu caso e passando pra psiquiatra mesmo, e a psiquiatra veio me dar um remédio. Só que ela me deu um remédio pra depressão mesmo, antidepressivo. Eu to tomando, só que aí ela não chegou a dar remédio pra dor. (Sofia, 24)

E ela não quis me dar um pra dor, porque ah, eu falei isso pra ela, eu fui em uns hospitais, e aqueles lá não têm psiquiatra também, então eles me davam só na hora o Diazepam. E isso ,assim, ele tem suas coisas ruins, né? Mas pelo menos ele tirava a minha dor e fazia com que eu dormisse, porque à noite eu não tenho sono... (Sofia, 24)

Então ela falou pra eu ir semana que vem lá novamente, que eu vou conversar de novo com a Assistente Social, que ela vai ver se tem alguma melhora na minha vida, e nisso eu já vou conversar com essa clínica que ela já vai marcar pra mim. (Sofia, 24)

Sofia nos aponta um risco com que nos deparamos freqüentemente, qual seja a desqualificação da queixa do paciente para o que ele nomeia como “dor”, já que

entende não haver sido medicada quanto a sua dor; ao mesmo tempo afirma que ela se resolvia com ‘Diazepam’ encontrado nos Hospitais (Pronto Socorro) que procurava para alívio de seus sintomas. A entrevistada explicita seus questionamentos quanto à consequência das dificuldades de relacionamento com o parceiro em sua saúde, estando atenta para a resposta que o serviço indicará nessa direção.

Elza também reconhece no serviço de saúde uma ajuda importante e também se refere ao atendimento na área ‘psi’ como um efetivo agente de mudança da sua condição. Também chama a nossa atenção na sua fala a importância de um encaminhamento adequado, pois no caso em questão, esse encaminhamento partiu de alguém que tinha um bom vínculo com a paciente e num momento que ‘fez sentido’ para ela, minimizando o caráter preconceituoso que por vezes percebemos entre os usuários dos serviços de saúde da ligação entre a saúde mental e a loucura. Aqui, percebemos por parte desse serviço a conexão entre a ginecologia, a saúde mental e a violência, ajudando no entendimento da paciente de que as situações experimentadas no cotidiano são determinantes em seu adoecer psíquico.

Então, eu contando para ela (médica ginecologista). Nossa eu gosto muito dela. Agora que ela não tá mais como ginecologista, ela trabalha só com família, agora né? Então nossa! Eu achei muito ruim porque eu confiava plenamente nela, eu gostava demais dela e foi ela que me indicou. Ela falou: - ‘Você não quer fazer uma avaliação na saúde mental?’ E eu naquela época tava ficando doida. Porque eu não agüentava mais a depressão. (Elza, 36)

Então por isso que a psicóloga falou que eu fui juntando, juntando chegou uma hora que explodiu, porque era problema na bebida dele, eram problemas de família que eu queria resolver, era problema no trabalho que eu tinha que eu era cobradora de ônibus. Eu passava muito medo. Entendeu? Muito nervoso. E eu fui juntando tudo e chegou uma hora que explodiu. (Elza, 36)

Kiss (2004) mostra que os profissionais de saúde podem encarar as idas e vindas das mulheres no processo de saída como um problema pessoal delas, ou como acomodação e falta de comprometimento com a resolução da situação. A importância de ter um serviço de saúde onde, diferentemente do que mostra Kiss, haja profissionais que escutem a situação de violência e a tomem como parte dos problemas de saúde, possibilita a reflexão da mulher sobre sua situação e a sensibilização para a busca de transformação.

Já no caso de Vanda, como ela foi elaborando suas vivências ao longo do tempo, experimentando um amadurecimento pessoal e pelo fato de hoje trabalhar em uma Unidade Básica de Saúde com sensibilidade e trabalho específico para abordagem da violência, valoriza o atendimento psicológico, entendendo que essa abordagem poderá contribuir para uma melhor compreensão de seu modo de agir e do controle de sua impulsividade.

E ele até fala assim: ‘-‘Cê’ gosta de homem que te bate.’ E isso me dá uma raiva quando ele fala. Porque ele falou: -‘Vanda... Porque não é possível: se eu saio, você briga. Se eu fico, ‘cê’ quer me bater, e eu não vou apanhar’, né? Então eu fui procurar um psicólogo a partir dessa fala dele. “-Será que eu gosto mesmo de homem que me bate? Será que existe isso? (Vanda, 33)

Eu sou violenta, eu sou violenta. Porque, palavra, qualquer coisa sem querer, que eu percebo que vão me... já vão começar alguma coisa, eu já quero partir pra agressão. Eu sou muito de ir. Agressão verbal, né? Porque eu também não vou bater num homem, que eu não sou trouxa, porque eu sei que ele tem mais força. Aí eu já falo: -‘Que que é? Pensa que eu tenho medo de você? Eu não tenho medo de você, não.’ E puxo muito o passado. Eu falo: -‘É, eu já bati em um, bato em...’ , sabe? Então, agora eu to caindo na real. Porque antes, eu... nem isso eu enxergava. Eu falei... Por isso que eu... Eu acho um mérito o trabalho de vocês (dos psicólogos). Igual, se... O meu marido agora, se ele não tivesse paciência... E eu to me tratando. To indo lá no Hospital das Clínicas passando em psicólogo, porque eu vou acabar perdendo ele também, né? Na minha grosseria, na minha estupidez. (Vanda, 33)

Numa outra entrevista, a de Luana, o serviço de saúde foi citado como possibilidade de intervenção, mas apenas com relação ao parceiro. Luana pensou no serviço de saúde para uma intervenção devido aos comportamentos agressivos e de infidelidade do parceiro. Não questiona sua parcela de responsabilidade na dinâmica da relação conjugal, nem suas escolhas em permanecer ao lado dele, colocando que a única solução possível seria o abandono da relação pelo parceiro.

Eu falo: -‘Vai embora, Eduardo’. Aí ele fica me abraçando. Agora ele veio comigo pra cá, ele tá aí fora. Fala que gosta de mim, que me ama, que ele precisa ‘duma’ psicóloga, ele precisa se tratar, que ele não sabe por que que ele faz isso. Será que ele precisa de tratamento?! (Luana, 38)

O que eu queria? Eu... eu gosto dele muito, mas eu queria que ele fosse embora. Eu queria que ele fosse embora, pegasse as ‘coisa’ e falasse: -‘Ó, vou te largar’. -‘Tá bom, vai embora.’ Eu queria muito. Hoje, dentro de casa tá tudo bem, que ele fica me abraçando, fica me beijando, fica pedindo perdão. Pode até achar que tá tudo bem, que ele vai mudar. Mas ele não vai mudar, ele não vai mudar, não vai. Por que que a senhora (Entrevistadora) não marca uma... uma... uma consulta com ele pra saber o que ele quer? (Luana, 38)

Das seis entrevistas, apenas Luci não mencionou o serviço de saúde como possibilidade de ajuda para si ou para o companheiro.

V.3.4 *Vulnerabilidade*

Até aqui demonstramos através das falas das entrevistadas que as mulheres permanecem na relação de violência conjugal por vários fatores, tanto intrínsecos à sua condição psíquica, como devido a questões intersubjetivas de gênero e ainda às possibilidades de acesso a instituições que funcionem como apoio e impulsionem a saída da relação.

O conceito de vulnerabilidade nos auxilia aqui a responder a questão transversal que perpassa o presente estudo, qual seja a razão da permanência das mulheres na conjugalidade violenta. Assim, a vulnerabilidade

ao considerar a chance de exposição das pessoas ao adoecimento como a resultante de um conjunto de aspectos não apenas individuais, mas também coletivos, contextuais, que acarretam maior suscetibilidade à infecção e ao adoecimento, e de modo inseparável, maior ou menor disponibilidade de recursos de todas as ordens para se proteger de ambos (Ayres et al, 2003).

pode ser tomada de empréstimo para a questão da violência doméstica como quadro conceitual de grande utilidade, uma vez que considera de modo integrado o conjunto de aspectos individuais do contexto social, e também aspectos programáticos, que podem indicar uma maior suscetibilidade à ocorrência de violência, como é o caso no seu uso em relação à AIDS.

Como aspectos individuais ou fatores intrapsíquicos (como denominamos aqui a forma que o outro e o mundo exterior são internalizados pelo sujeito, passando à condição de objetos internos que irão influenciar as escolhas individuais) pudemos demonstrar que o atual relacionamento conjugal tem profundas relações com a posição ocupada pela mulher na família de origem, seja como uma repetição do relacionamento vivenciado pelo casal parental, ou então a necessidade de reparação e elaboração de vivências infantis de amor, inveja, competição e outros que fazem parte do desenvolvimento da vida psíquica. O amor pelo companheiro e outros sentimentos presentes no discurso das entrevistadas também determinaram a permanência na relação, na qual a idéia de um amor eterno, monogâmico e com características narcisistas impossibilitou às mulheres a busca de saída por não quererem abrir mão desse ‘ideal de felicidade’. O ciúme, expressão do temor de que os parceiros pudessem encontrar outra mulher potencialmente mais atraente e

gratificante do que elas esteve presente nas entrevistas, bem como vários atributos positivos destacados pelas mulheres como fatores importantes que as mantinham ligadas ao parceiro (trabalhadores, bons pais, provedores, bonitos e bons parceiros sexuais). Outros sentimentos, como raiva, piedade, vergonha, culpa e medo apareceram como fatores dificultadores da busca de ajuda, na medida em que impossibilitavam a transformação da conjugalidade.

As dificuldades individuais ou de ordem intrapsíquica podem reforçar a idéia do senso comum de que algumas mulheres estariam optando por permanecer na situação de violência. Porém, como vimos na primeira parte da análise do nosso material, as escolhas de cada indivíduo, vistas isoladamente, dependem não apenas da sua vontade individual, mas das experiências vivenciadas na família de origem enquanto fundadoras do funcionamento psíquico atual e das relações intersubjetivas que estabelece, entendendo-se a intersubjetividade como uma intersecção entre dois mundos subjetivos diferentes, onde se desenvolve uma relação com características e idiossincrasias próprias.

A dimensão intersubjetiva nos leva aos aspectos do contexto social, presente no conceito de vulnerabilidade. No presente estudo pudemos identificar como fator social e cultural que influi para a permanência na situação da conjugalidade violenta, a desigualdade de poder existente na relação delas com o parceiro. As mulheres descreveram seus relacionamentos de forma hierarquizada e desigual, nos quais exercem menor poder, como, por exemplo, na decisão de como será aplicado o dinheiro do casal. Foi destacado ainda que, nas transformações das relações de gênero que vêm ocorrendo atualmente, o trabalho doméstico da mulher perdeu ainda o seu valor enquanto reciprocidade da divisão dos papéis tradicionais de gênero, nos

quais o homem trabalhava fora e era o provedor, e a mulher fazia o trabalho doméstico. Atualmente, cabe à mulher também trabalhar fora para complementar o orçamento do casal, e o trabalho doméstico, que continua a seu encargo, perdeu o valor no cômputo da distribuição das funções masculinas e femininas – a “dupla jornada”, além de não se tornar fonte de independência financeira, acabou adicionando tensões às relações de gênero, pois as mulheres começaram a ser responsabilizadas e a se considerarem responsáveis pela provisão doméstica de renda, mas sem ainda o correspondente aumento de poder nas decisões e divisão de trabalho doméstico; sem o aumento da autonomia e o reconhecimento pessoal.

As nossas entrevistadas se apresentaram como mulheres contemporâneas que não mais admitem traições por parte do companheiro. Elas se encontram em processo de rompimento com antigos paradigmas/valores de que ao homem é permitido e até invejado por outros homens ter várias mulheres ou manter relações extraconjugais, enquanto que à mulher é exigida monogamia e fidelidade, questionando-se aí a “dupla moral sexual”. Entretanto, observa-se que tal questionamento se situa no registro do amor romântico, onde a monogamia deve ser observada para ambos os cônjuges - e não no fato de ser dada a possibilidade de poder optar por vários parceiros amorosos a ambos.

Ainda dentro das relações intersubjetivas foi notado na análise do material que houve um revide por parte das entrevistadas em relação à violência sofrida; foi demonstrado que há avanços claros quanto às representações tradicionais que colocavam como destino feminino agüentar as situações de violência para que o casamento fosse mantido. As mulheres entrevistadas não apanharam caladas,

reagiram às agressões, denunciaram seus parceiros e fizeram movimentos no sentido de transformação da conjugalidade violenta.

Dentre as questões sociais e culturais que englobam a dimensão do social na vulnerabilidade, pudemos ainda observar “espaços de negociação” dentro da dinâmica do casal como importantes elementos para se pensar a intervenção junto a situações de conjugalidade violenta. Já é conhecido para os estudiosos da violência doméstica que as mulheres nessa situação vão fazendo várias tentativas de mudança, de ruptura com esse parceiro abusivo, até se formar um verdadeiro desejo de mudança que tenha potência de transformação; quando tal desejo se apresenta há necessidade de espaços de escuta e suporte para essas mulheres. Vemos claramente no nosso estudo que a maioria das entrevistadas não pretende deixar o relacionamento abusivo, e sim modificá-lo para que se encaixe dentro de suas expectativas (ainda que tais expectativas possam dizer respeito a uma ilusão amorosa de encontrar a unidade com um objeto de amor, ou referir-se a idealizações construídas a partir de um contexto sociocultural e histórico que molde essa ‘busca da felicidade’).

Ao longo das entrevistas pôde ser notado que, no decorrer das histórias, houve “acontecimentos” que permitiram uma reflexão e uma mudança subjetiva na forma de perceber e atribuir sentido às experiências cotidianas. Esses eventos promoveram uma articulação entre os acontecimentos ocorridos na realidade e a forma de simbolizá-los, operando “uma disjunção no tecido da realidade, marcando uma ruptura na vivência dos sujeitos” (Araújo, 2005).

Quando há certo questionamento ou um movimento em busca de novas iniciativas, as respostas encontradas no acesso aos serviços e instituições, a opinião

da comunidade, vizinhos, familiares e amigos, o apoio e o suporte recebidos, são determinantes na reconstrução cotidiana destas mulheres, e nos leva ao terceiro eixo do conceito de vulnerabilidade, ou seja, os aspectos programáticos em que estão presentes os esforços voltados à proteção dos indivíduos especificamente em relação a um determinado problema, envolvendo três elementos principais – informação e educação; serviços de saúde e serviços sociais; ações para redução da discriminação (Durand, 2005). Aqui percebemos como importantes os serviços policiais, jurídicos, abrigos e ações voltadas para o incentivo do aumento da escolarização e profissionalização das mulheres, como é o caso da comunidade de Luana (antiga Favela dos Gatos), que conta com projeto de parceria entre uma conhecida rede de hotéis e a comunidade para promoção de cursos profissionalizantes (Luana atualmente cursa a 3º. série do ensino fundamental, com planos de posteriormente fazer o Telecurso e o ensino médio, para quando houver possibilidade ingressar como funcionária nessa rede de hotéis).

No presente estudo foi percebido que os familiares foram quase sempre os primeiros a serem acessados como busca de ajuda; de modo geral, as famílias de origem ofereceram pouco apoio para a saída da situação de conjugalidade violenta. A mãe aparece como tendo influência sobre as opiniões e comportamentos das mulheres, e quando se manifestaram foi no sentido de reforçar valores de um casamento indissolúvel e de uma posição feminina de subordinação, aconselhando-as a permanecer na relação. O pai pouco ou quase não apareceu no discurso das entrevistadas, lembrando que por vezes ele era também agressor, o que talvez tenha impossibilitado algum tipo de ajuda.

Os filhos apareceram nas entrevistas ora como fator de proteção, como no caso de filhos adultos interferindo na situação de violência para impedir a ação do pai agressor, ora dificultando a saída da situação, por serem pequenos e dependerem do pai financeira e afetivamente. Aqui também percebemos, como descrito na literatura, que os filhos são impulsionadores da busca de ajuda quando a mulher percebe que a situação de violência os prejudica.

As amigas também foram citadas nas entrevistas como possibilidade de algum suporte e serviram também de modelo de uma estrutura melhor de vida, ao mesmo tempo em que informam sobre instituições que a entrevistada poderia acessar, como a Delegacia de Defesa da Mulher (DDM).

Os vizinhos foram citados na maioria das entrevistas como conhecedores da situação de violência, porém as questões culturais foram muito presentes no sentido de “não meter a colher”, como vemos usualmente no nosso cotidiano. Isto nos remete à discussão da redução da violência à esfera do privado, pois as pessoas e as instituições vêem a violência, mas silenciam sobre ela considerando-a “como algo que, mesmo quando visto, não logra uma ação engajada, ou seja, que auxilie a retirar os sujeitos envolvidos de seu isolamento” (Mattar e Carreteiro, 2003). Em geral, os vizinhos sabem da situação, mas intervêm de forma pontual e, tanto eles como os casais, comungam da idéia de que a vivência da situação de violência doméstica é de âmbito privado.

Algumas mulheres se referiram a um tipo específico de vizinhança, que são as pessoas da comunidade ligadas ao crime organizado; em três entrevistas o crime organizado foi citado como uma possibilidade de ajuda, porém as entrevistadas recusaram tal ajuda por não desejar que os parceiros fossem feridos ou mortos, por

amor a eles. Pudemos notar que esse poder paralelo fora do marco legal por vezes toma decisões baseadas em valores tradicionais de gênero; porém sempre desrespeitam a lei e os direitos de cidadãos, muitas vezes obstaculizando o uso das delegacias e da polícia.

Em geral, os familiares, filhos, vizinhos, amigos e o crime organizado não proporcionaram apoio significativo na direção de uma transformação da conjugalidade violenta. Já as instituições formais acessadas pelas entrevistadas (as delegacias e o serviço de saúde) se configuraram em importante rede de suporte.

A Delegacia de Polícia foi citada por cinco das seis entrevistadas como o recurso mais acessado depois dos familiares, amigos e vizinhos. Na avaliação da maioria das entrevistadas, a Delegacia de Polícia (comum) foi pouco acolhedora e ineficaz, porém a DDM (Delegacia de Defesa da Mulher) de referência para a região central do município de São Paulo foi citada por três entrevistadas e as mesmas relataram um bom atendimento, sentiram-se acolhidas e foram orientadas e encaminhadas para outros serviços (jurídicos na sua maioria) como complemento do atendimento ao problema.

Pudemos perceber em nossa pesquisa uma diferença entre a polícia ser chamada e a mulher ir até a delegacia: a polícia, ao comparecer de viatura no local, teve em geral uma intervenção restrita no sentido de mediar a briga do casal, julgando a situação como de âmbito privado (briga de casal e não uma ocorrência policial). Para a mulher, essa intervenção teve pouca ou nenhuma eficácia, já que o parceiro negou o ocorrido ou prometeu se acalmar, retornando à casa com a saída dos policiais do local e, na maioria das vezes, voltando a agredir a mulher com maior violência. Já o ato de comparecer à delegacia, de acordo com o relato das

entrevistadas, configurou-se em novas possibilidades de ação para a mulher, ou seja, elas receberam orientações de como dar prosseguimento ao problema, como acessar outros serviços, a fazer exame de corpo delito. Assim, pôde-se perceber que, quando a atitude parte da própria mulher como um planejamento de uma ação de sujeito, pareceu ter maiores chances de dar bons resultados do que quando ela foi passiva na situação, como mostra a literatura pesquisada (Schraiber et al, 2002; Sagot, 2000; Ruiz-Peres et al., 2006; Flinck et al, 2005).

Muitas vezes, apenas a ameaça de ida à delegacia já teve um efeito de colocar limites à agressão. Como na pesquisa de Schraiber et al. (2007), aqui também a DDM teve importante papel simbólico de proteção à mulher, mesmo sem serem efetivamente acionadas.

Quanto aos serviços de saúde, quatro entrevistadas os citaram como recurso importante na sua Rota, pelo fato de tê-los acessado devido às conseqüências para a saúde física e mental a que a situação de conjugalidade violenta acabou as expondo, mas sem esse foco. Pelo fato de uma UBS de referência da região ter uma abordagem específica da questão da violência contra a mulher, possibilitou espaços de acolhimento e ajuda efetiva na mudança dessa condição.

A relevância do quadro conceitual da vulnerabilidade, no caso da violência por parceiro íntimo, é o fato de ele nos oferecer uma compreensão mais ampliada e complexa do problema e propiciar a articulação e atuação para a redução da exposição das mulheres a essa situação, à medida que propõe a intervenção nos três eixos articulados (individual, social ou programático), orientando o desenvolvimento de políticas públicas.

Como aponta Ayres et al. (2003) ao abordar o conceito de *empowerment*, achamos que, para a violência, assim como para a AIDS, a mudança de comportamento não é a resultante de “informação+vontade”, mas “passa por coerções e recursos de natureza cultural, econômica, política, jurídica e até policial desigualmente distribuídos entre os gêneros, países, segmentos sociais, grupos étnicos e faixas etárias” (Gupta, 1996 apud Ayres et al. 2003); o “empoderamento” do indivíduo é trazido para o centro da cena, pois faz-se necessário para uma posição ativa na busca de transformação, mas não apenas como um sentimento de maior controle sobre a própria vida (*empowerment* psicológico), e sim observando-se também a presença de fatores situados em distintas esferas da vida social.

Nesse sentido, Carvalho (2004) discorre sobre o “*empowerment* comunitário” onde estariam presentes:

micro fatores encontráveis no plano individual, a exemplo do desenvolvimento da auto-confiança e da auto-estima; na mesosfera social encontramos estruturas de mediação nas quais os membros de um coletivo compartilham conhecimentos e ampliam a sua consciência crítica; ao nível macro de fatores há estruturas sociais como o estado e a macroeconomia. Este entendimento permite afirmar que o poder convive, a todo momento e ao mesmo tempo, sob o influxo dos macro e micro determinantes presentes na vida em sociedade.

Ao abordarmos aqui a permanência na situação de violência conjugal, nos deparamos com contradições e ambigüidades nas formas de agir de nossas mulheres, o que nos coloca a necessidade de que pensemos em suportes sociais na redução da vulnerabilidade social e programática, acreditando que isso levaria à redução da vulnerabilidade individual na população estudada.

Assim, o presente estudo espera poder contribuir para a organização de serviços de saúde voltados ao atendimento das situações de violência de gênero,

ênfatizando a necessidade de uma rede interinstitucional e intersetorial para a abordagem do problema, chamando a atenção para a produção/reprodução das relações de gênero que permeiam e determinam a assimetria nas relações homem/mulher, e alertando para as novas concepções de família e papéis sexuais em processo de transformação em nossa sociedade, e para todos os aspectos que devem ser considerados no estabelecimento das práticas.

Como um último ponto, gostaríamos de colocar que, no plano da produção do conhecimento, o quadro conceitual da vulnerabilidade traz também perspectivas interessantes e de grande utilidade ao ser tomado de empréstimo para a questão da violência doméstica, porque não só permite como reclama a contribuição e o diálogo entre diversas disciplinas (Ayres et al. 2003). A violência doméstica, enquanto campo de conhecimento e intervenção, necessita igualmente de diálogos interdisciplinares, como os que tentamos articular no presente estudo (ou pelo menos a tentativa do estudo de se situar em um campo interdisciplinar para a compreensão do fenômeno).

VI CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa analisou seis histórias de mulheres que vivem em situação de conjugalidade violenta, mas sabemos que há muitas outras mulheres e homens vivendo as mesmas situações que as nossas entrevistadas. Pudemos perceber as idiossincrasias de cada uma delas, ao mesmo tempo em que houve questões muito semelhantes nos vários relatos. No entanto, o momento histórico e social atual marca as histórias no sentido de que as nossas entrevistadas se apresentaram como mulheres que, ao mesmo tempo em que reclamam um reconhecimento de sua individualidade como pessoa, continuam reconhecendo a si mesmas no papel de suporte familiar, de esposa e mãe.

A família, a comunidade, os serviços acessados (Delegacia de Polícia), muitas vezes tenderam a colocar a violência como de âmbito privado. As mulheres, porém, não apanharam caladas e, apesar de permanecerem na situação de conjugalidade violenta, de certa forma ambivalente, expressaram o desejo de poder dar outros destinos a essa situação e de efetuarem ações neste sentido. O nosso trabalho, nesse sentido, pretendeu incluir a violência na cena pública, não sem considerar a tensão entre o respeito à privacidade e à intimidade por um lado, e a responsabilidade pública do Estado por outro, em fazer efetiva sua obrigação de proteger os Direitos Humanos básicos dos cidadãos quando são violados no âmbito privado da família. Assim, ao trabalharmos a favor do rompimento das formas de intimização estamos também trabalhando na construção de transformações coletivas, na construção de mudanças nas relações de gênero e na construção de novas conjugalidades.

No presente estudo foi percebido ainda o importante papel que os serviços de saúde e também as Delegacias de Defesa da Mulher representaram para as entrevistadas, vislumbrando a busca de novos caminhos para a articulação de esforços que propiciem mudanças nas políticas institucionais, bem como nas crenças, valores e normas dessas instituições e de seus profissionais, visando responder de forma mais efetiva e apropriada às necessidades das mulheres.

Pudemos depreender que o conhecimento e a atuação na questão da violência doméstica exigem a articulação de vários campos do saber e a construção de redes intersetoriais e interinstitucionais. Entretanto, para o bem estar físico, psicológico, e social, o indivíduo requer ainda sua integração em redes sociais comunitárias que contenham e canalizem a afetividade e que promovam a capacidade de solidariedade e responsabilidade frente ao outro, de redes que confirmem identidade e sentido e que funcionem como proteção ao indivíduo exposto a situações de violência. Se nos tempos passados essa função estava primordialmente depositada na família, o caráter limitado e parcial dos vínculos familiares na atualidade indica a necessidade de promover e apoiar a gestão de espaços alternativos complementares que promovam o reconhecimento mútuo e a participação democrática (Jelin, 1995).

VII REFERÊNCIAS

Alegria-Ortega IE, Rivera-Medina EJ. Género y poder: vida cotidiana y masculinidades. *Centro Journal*. 2005; 17(2): 266-77.

Almeida T. *Ciúme romântico e infidelidade amorosa entre paulistanos: incidências e relações* [dissertação]. São Paulo: Instituto de Psicologia, USP; 2007.

Alvim SF, Souza L. Violência conjugal em uma perspectiva relacional: homens e mulheres agredidos/agressores. *Psicologia: Teoria e Prática*. 2005; 7 (2): 171-206.

Andrade MC. *Violência contra a mulher e exclusão social: estudo entre subgrupos de populações usuárias do Centro de saúde Escola Barra Funda – Dr. Alexandre Vranjac* [dissertação]. São Paulo: Faculdade de Medicina, USP; 2003.

Araújo MF. Violência conjugal: uma proposta de intervenção com casais. In: Féres-Carneiro T, organizador. *Família e casal: arranjos e demandas contemporâneas*. Rio de Janeiro: Editora PUC; 2003. p. 185- 99.

Araújo MF. A difícil arte da convivência conjugal: a dialética do amor e da violência. In: Féres-Carneiro, organizador. *Família e casal: efeitos da contemporaneidade*. Rio de Janeiro: Editora PUC; 2005. p. 278-93.

Araújo MF. A abordagem de gênero na clínica com casais. In: Gomes IC, organizador. *Família: diagnósticos e abordagens terapêuticas*. Rio de Janeiro: Guanabara/Koogan; 2008. p. 38-44. (Série Fundamentos da Psicologia).

Araújo MF, Mattioli OC, organizadores. *Gênero e Violência*. São Paulo: Editora Arte & Ciência; 2004.

Ayres JRCM, França-Junior I, Calazans GJ, Saletti Filho HC. O conceito de vulnerabilidade e as práticas de saúde: novas perspectivas e desafios. In: Czeresnia D, Freitas CM, organizadores. *Promoções da saúde: conceitos, reflexões, tendências*. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2003. p. 117-40.

Barbieri MT. *Certezas e malos entendidos sobre la categoría de género. Estudios Básicos de Derechos Humanos IV*, 1996 (citado 06 fev 2008). Disponível em: <http://www.iidh.ed.cr/comunidades/derechosmujer/docs>.

Bardin L. *Análise de Conteúdo*. 3. ed. Lisboa: Edições 70; 2007.

Barsted LL. Violência contra as mulheres na perspectiva dos direitos humanos. *Cadernos Cepia*. s/d.; 5:93-104.

Barsted LL. Violência contra a mulher e cidadania: uma avaliação das políticas públicas. *Cadernos CEPIA*. 1994; 1(1):9-25.

Batista KBC. *Violência contra a mulher e programa saúde da família: a emergência da demanda na visão dos profissionais* (dissertação). São Paulo: Faculdade de Medicina, USP; 2003.

Benjamin J. *Sujetos iguales, objetos de amor*. Buenos Aires: Paidós, 2006.

Bion WR. *Aprendendo com a Experiência*. Rio de Janeiro: Imago; 1991.

Birman J. *Mal-estar na atualidade: a psicanálise e as novas formas de subjetivação*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira; 2003.

Borges CC, Coutinho MLR. Família e relações intergeracionais no Brasil hoje: novas configurações, crises, conflitos e ambigüidades. In: Gomes IC, organizador. *Família: diagnósticos e abordagens terapêuticas*. Rio de Janeiro: Guanabara/Koogan; 2008. p. 45-59. (Série Fundamentos da Psicologia).

Brandão ER. Violência conjugal e o recurso feminino à polícia. In: Bruschini C, e Hollanda HB organizadores. *Horizontes Plurais*. São Paulo, Fundação Carlos Chagas Editora 34, 1999.

Brenner C. *Noções Básicas de Psicanálise: introdução à psicologia psicanalítica*. São Paulo: Edusp; 1975.

Bueno CMO. O casal Freud. In: Associação Psicanalítica de Porto Alegre, organizador. *O laço conjugal*. Porto Alegre: Editora Artes e Ofício; 1999. p. 41-48.

Calligaris C. Apresentação. In: Associação Psicanalítica de Porto Alegre, organizador. *O laço conjugal*. Porto Alegre: Editora Artes e Ofício; 1999a. p. 5-7.

Calligaris C. O grande casamenteiro. In: Associação Psicanalítica de Porto Alegre, organizador. *O laço conjugal*. Porto Alegre: Editora Artes e Ofício; 1999b. p. 11-23.

Camargo A, Hippólito L, Lima VR. Histórias de vida na América Latina *Boletim de Informação Bibliográfica*. 1983; 16:5-24.

Chauí M. Participando do debate sobre mulher e violência. In: Chauí M, Cardoso R, Paoli MC, organizadores. *Perspectivas antropológicas da mulher*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar; 1985. v. 4, p. 35.

Connel RW. Políticas da Masculinidade. *Educação e Realidade*. 1995; 20 (2):185-206.

Costa M, coordenador. *Vida a dois*. São Paulo: Siciliano; 1991.

Coutinho AR. Pressupostos da noção de subjetividade In: Figueira SA, organizador. *Cultura da Psicanálise*. São Paulo: Editora Brasiliense; 1985.

Couto MT, Schraiber LB, d'Oliveira AFPL, Kiss LB. Concepções de gênero entre homens e

mulheres de baixa renda e escolaridade acerca da violência contra a mulher, São Paulo, Brasil. *Ciência e Saúde Coletiva*. 2007; 11(Supl.):1323-32.

Dantas-Berger SM, Giffin K. A violência nas relações de conjugalidade: invisibilidade e banalização da violência sexual? *Cadernos de Saúde Pública*. 2005; 21(2):417-25.

Deeke LP. *A dinâmica da violência a partir dos discursos da mulher agredida e de seu parceiro* (dissertação). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina; 2007.

Dellor F, Hubert M. Revisiting the concept of 'vulnerability'. *Social Science & Medicine*. 2000; 50:1557-70.

Dias I. *Representações e práticas de violência conjugal em casais de diferentes meios socioprofissionais*. Coimbra, Portugal: Centro de Estudos Sociais, Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra; 2004. 14 p. (Apresentado no 8. Congresso Luso-afro-brasileiro de Ciências Sociais; 16-18 set 2004; Coimbra, Portugal)

d'Oliveira AFPL. *Violência de Género, Necessidades de Saúde e Uso de Atenção Primária* (tese). São Paulo: Faculdade de Medicina, USP; 2000.

Durand JG. *Gestação e Violência: estudo com usuárias de serviços públicos de saúde da Grande São Paulo* (dissertação). São Paulo: Faculdade de Medicina, USP; 2005.

Ellesberg M. *Como atender a las mujeres que viven situaciones de violencia doméstica? Orientaciones básicas para el personal de salud*. Leon: Red de Mujeres contra la Violência y Departamento de Medicina Preventiva y Salud Publica de la Faculdade de Medicina, UNAM; 1998.

Ellsberg M, Heise L, Schrader E. *Researching violence against women: A practical guide for researchers and advocates*. Genebra: Center for Health and Gender Equity, OMS; 1999.

Féres-Carneiro T. Aliança e sexualidade no casamento e no recasamento contemporâneo. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*. 1987; 3 (3):250-61.

Féres-Carneiro T. Terapia de casal: ruptura ou manutenção do casamento? *Temas em Psicologia*. 1994; 2(2):37-52.

Féres-Carneiro T. Conjugalidade: um estudo sobre as diferentes dimensões da relação amorosa heterossexual e homossexual. In: Féres-Carneiro T, organizador. *Casal e família: entre a tradição e a transformação*. Rio de Janeiro: Nau Editora; 1999. p. 96-117.

Féres-Carneiro T. Construção e dissolução do laço conjugal na terapia de casal. In: Féres-Carneiro T, organizador. *Família e casal: arranjos e demandas contemporâneas*. Rio de Janeiro: Editora PUC; São Paulo: Edições Loyola; 2003. p. 201-14.

Figueiredo WS. *Masculinidades e Cuidado: diversidade e necessidades de saúde dos homens na atenção primária* (tese). São Paulo: Faculdade de Medicina, USP; 2008.

Flinck A, Paavilaine E, Astedt-Kurpi P. Survival of intimate partner violence as experienced by women. *Journal of Clinical Nursing*. 2005; 14:383-93.

Freud S. Sobre o narcisismo: uma introdução. In: Freud S. *Obras Completas*. v. XIV. Rio de Janeiro: Imago; 1976.

Freud S. Alguns mecanismos neuróticos no ciúme, na paranóia e no homossexualismo. In: Freud S. *Obras Completas*. v. XVIII. Rio de Janeiro: Imago; 1976.

Giddens A. *A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo: Ed. Unesp; 1993.

Giffin K. Violência de gênero, sexualidade e saúde. *Cadernos de Saúde Pública*. 1994; 10 (supl. 1):146-55.

Giffin K. Pobreza, desigualdade e equidade em saúde: considerações a partir de uma perspectiva de gênero transversal. *Cadernos de Saúde Pública*. 2002; 18 (supl. 1):103-12.

Gomes IC. Transmissão psíquica transgeracional e violência conjugal: um relato de caso. *Boletim de Psicologia*. 2005; 55(123):177-88.

Gregori MF. *Cenas e Queixas: Um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra; 1992.

Gregori MF Delegacias de Defesa da Mulher de São Paulo e as instituições: paradoxos e paralelismo . In: Debert, GG, Gregori, MF, Piscitelli, A organizadores. *Gênero e distribuição da justiça: as delegacias de defesa da mulher e a construção das diferenças*. Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero PAGU UNICAMP, 2006. p.57-85.

Grossi MP. O significado da violência nas relações de gênero no Brasil. *Rev Sexualidade, Gênero e Sociedade*. 1995; 2(4):1-8.

Guia Prático de Serviços. Município de São Paulo. Mulheres em situação de violência. 2. Ed. São Paulo: Faculdade de Medicina, USP, Depto Medicina Preventiva/Centro de Saúde Escola Samuel B. Pessoa, USP/Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde; 1999.

Heise L, Pitanguy J, Germain A. *Violence against women. The hidden health burden*. Washington DC: The International Bank for Reconstruction and Development, The World Bank; 1994.

Heise L. Violence against women: Global organizing for change. In: Edleson JL, Eisikovits ZC, edicores. *Future interventions with battered women and their families*. Thousand Oaks/ London/ New Delhi: SAGE; 1996.

Jelin E. Familia y Gênero: notas para el debate. *Revista de Estudios Feministas*. 1995;

3(2):395-413.

Johnson J. The role of alcohol in male partner's assault on wives. *Journal of Drug Issues* [Internet]. 2000; 30:725-740. [citado 01 out 2008]. Disponível em: http://200.152.193.254/html/geral_comentario.htm.

Koller SH. Violência Doméstica: uma visão ecológica. In: Amencar, organizador. *Violência Doméstica*. Brasília: Unicef; 1999. p. 32-42.

Krug EG, Dahler LL, Mercy JÁ, Zwi AB, Lozano R. *WHO: Report on Violence and Health*. Genebra: World Health Organization; 2002.

Lamanno-Adamo VLC. Violência Doméstica: uma contribuição da psicanálise. *Ciência & Saúde Coletiva*. 1999; 4(1):153-9.

Laplanche J. *Dicionário de Psicanálise*. Barcelona: Labor; 1971.

Maldonado MT. *Casamento: término e reconstrução*. São Paulo: Editora Saraiva; 1995.

Marques TM. *Violência Conjugal: estudo sobre a permanência da mulher em relacionamentos abusivos* (dissertação). Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia; 2005.

Mattar C, Carreiro TC. Percurso Biográfico, percurso social: violência conjugal em análise. *Psicologia Clínica*. 2003; 15(2):49-66.

Mattos RA. Os sentidos da integralidade: algumas reflexões acerca de valores que merecem ser defendidos In: Pinheiro R, Mattos RA, organizadores. *Os Sentidos da Integralidade na Atenção e no Cuidado à Saúde*. Rio de Janeiro: Abrasco; 2001. p. 39-64.

Mattos RA. A integralidade na prática (ou sobre a prática da integralidade). *Cadernos de Saúde Pública*. 2004; 20(5):1411-6.

Minayo MCS. *O desafio do conhecimento – pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Ed. Hucitec; 1993.

Minayo MCS, organizadora. *Pesquisa social – teoria, método, criatividade*. Rio de Janeiro: Ed. Vozes; 1994.

Minayo MCS, Souza ER. É possível prevenir a violência? Reflexões a partir do campo da saúde pública. *Ciência e Saúde Coletiva*. 1999; 4(1):7-22.

Moguillansky R. Representação, Relação de objeto e vínculo. Uma visão pessoal sobre a “Noção de Vínculo” In: Gomes IC, organizador. *Família: Diagnósticos e Abordagens Terapêuticas*. Rio de Janeiro: Guanabara/Koogan; 2008. p. 1-16. (Série Fundamentos da Psicologia).

Narvaz MG. *Submissão e Resistência: Explodindo o discurso patriarcal da dominação feminina* (dissertação). Porto Alegre: UFRGS; 2005.

Narvaz MG, Koller SH. Mulheres vítimas de violência doméstica: compreendendo subjetividades assujeitadas. *Psico*. 2006; 37(1):7-13.

Neves ASA. As mulheres e os discursos genderizados sobre o amor: a caminho do “amor confluyente” ou o retorno ao mito do “amor romântico”? *Estudos Feministas*. 2007; 15(3):609-27.

Nolasco S. A desconstrução do masculino: uma contribuição crítica à análise de gênero. In: Nolasco S, organizador. *A desconstrução do masculino*. Rio de Janeiro: Ed. Rocco; 1995. p. 15-29.

Olavarria J. *Los Estudios sobre Masculinidades en América Latina. Un Punto de Vista.*, Caracas: Flacso/Unesco/Nueva Sociedad; 2003. p. 91-98. (Anuário Social y Político de América Latina y El Caribe, 6)

Oliveira F. Atenção à violência contra a mulher: desafio para profissionais e serviços de saúde. *Revista de APS*. 2002; 9:12-24.

Ruiz-Perez I, Mata-Pariente N, Plazaola-Castaño J. Women’s Response to Intimate Partner Violence. *Journal of Interpersonal Violence*. 2006; 21(9):1156-68.

Saffioti HIB, Almeida SS. *Violência de gênero: poder e impotência*. Rio de Janeiro: Ed. Revinter; 1995.

Sagot M. *Ruta Crítica de las Mujeres Afectadas por la Violência Intrafamiliar em América Latina (Estudios de Casos en Diez Países)*. Washington, DC: Organización Panamericana de la Salud. Programa Mujer, Salud y Desarrollo; 2000.

Schraiber LB. Pesquisa qualitativa em saúde: reflexões metodológicas do relato oral e produção de narrativas em estudo sobre a profissão médica. *Rev. Saúde Pública*. 1995; 29(1):63-74.

Schraiber LB, Couto MT, Figueiredo W, Pinho AP, Kotovicz F, Pedreira F, et al. *Homens, violência e saúde: uma contribuição para o campo da pesquisa e intervenção em gênero, violência doméstica e saúde* (relatório de pesquisa). São Paulo: Faculdade de Medicina, USP; 2004.

Schraiber LB, d’Oliveira AFPL. *Violência, gênero, e saúde: organização de serviços e tecnologia de atenção integral à mulher* (relatório de pesquisa). São Paulo: Faculdade de Medicina, USP; 1999a.

Schraiber LB, d’Oliveira AFPL. Violência contra mulheres, interface com a saúde. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*. 1999b; 3(5):11-26.

Schraiber LB, Gomes R, Couto MT. Homens e saúde na pauta da saúde coletiva. *Ciência e Saúde Coletiva*. 2005a; 10(1):7-17.

Schraiber LB, d'Oliveira AFPL, Falcão MTC, Figueiredo WS. *Violência dói e não é direito – A violência contra a mulher, a saúde e os direitos humanos*. São Paulo: Ed. Unesp; 2005b. (Saúde e Cidadania)

Schraiber LB, coordenadora.. *Saúde da Mulher, Relações Familiares e Serviços de Saúde do Sistema Único de Saúde (SUS) em duas Capitais – Recife e São Paulo* (Cadernos de Primeiros Resultados Extraídos do Relatório Final de Pesquisa). São Paulo: Faculdade de Medicina, USP; 2007.

Schraiber LB, d'Oliveira AFPL, França-Junior I, Diniz CSG, Portella AP, Ludermitz AB, et al. *WHO: Multi Country Study on Women's Health and Domestic Violence against Women, Brazil* (relatório de pesquisa). São Paulo: Faculdade de Medicina, USP; 2002.

Schraiber LB, d'Oliveira AFPL, Falcão MTC, Pinho AA, Hanada H, Ferreira AF, et al. *Ocorrência de casos de violência doméstica e sexual nos serviços de saúde de São Paulo e desenvolvimento de tecnologia de atendimento para o programa de saúde da mulher* (relatório final de pesquisa). São Paulo: Faculdade de Medicina, USP; 2003.

Scott J. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. *Educação e Realidade*. 1995; 20 (2):135-50.

Stark E, Flitcraft A. spouse abuse. In: Rosenberg ML, Fenley MA, editors. *Violence in America: a public health approach*. New York: Oxford University Press; 1991.

Strube MJ. The decision to leave an abusive relationship: empirical evidence and theoretical issues. *Psychological Bulletin*. 1988; 104(2):236-250.

Sugg NK, Inui T. Primary care physician's response to domestic violence. *JAMA*. 1992; 267(23):3157-60.

Winnicott DW. *O Ambiente e os Processos de Maturação*. Porto Alegre: Artes Médicas; 1990.

ANEXO A - Roteiro da Entrevista

O convite será feito pela pesquisadora, marcando data, horário e local apropriado e conveniente à entrevistada.

Os objetivos da pesquisa serão explicitados até que fiquem claramente entendidos; será então apresentado o Consentimento Informado, em que a entrevistadora o lerá juntamente com a entrevistada, esclarecendo eventuais dúvidas. Será também dada a entrevistada a informação de que poderá parar a qualquer momento que julgar conveniente.

Após a entrevistada terá início o relato, que será acompanhado com muita atenção. Se necessário, serão feitas intervenções para o aprofundamento dos aspectos: tipo de violência sofrida; qual foi o perpetrador; estratégias para resolução incluindo a busca de ajuda de terceiros resultado da ação efetivada, agentes facilitadores e/ou complicadores para solução completa do problema. O ideal, no entanto, é que ela entenda o objetivo para que seja feito o mínimo de intervenções. O primeiro momento da entrevista deverá caracterizar tipo de violência vivido, perpetrador, tempo de duração, desencadeantes das cenas de violência.

Depois de evidenciada a situação (ou concomitantemente), deverá ser explorado as diversas formas de lidar com o problema, agrupadas a seguir pelas relações estabelecidas em busca de apoio e saídas e as questões que envolvem cada uma delas. Deverão ser escutadas as estratégias relatadas, verificando-se se as questões estão sendo esclarecidas. Se necessário, comentários deverão ser feitos para esclarecer o relato. Após o relato espontâneo, as estratégias deverão ser indagadas ativamente: “você falou disto com mais alguém, se sim ou não, por quê?”, “Foi a algum outro lugar, se sim ou não onde e por quê?”.

Lembrando que a rota é um caminho e que tem um objetivo de chegada. Deve ser compreendido qual o objetivo a cada momento, para que se possa compreender a rota e seus determinantes. Lembrar que as diversas estratégias articulam-se entre si, e deve-se explorar também nesta dimensão (acordos entre os dois que envolvem terceiros, estímulo de terceiros a procurar instituições, etc.)

1. Estratégias para lidar com a situação violenta realizada solitariamente

(sem buscar ajuda de pessoas ou instituições, por exemplo: submeteu-se a violência por medo, revidou, fugiu, separou, foi trabalhar, fugiu de casa, buscou informações sem falar com amigos ou familiares etc.).

- O que pensou em fazer? (Quais são as justificativas que explicita para fundamentar a ação ou a imobilização.)
- O que realmente fez para lidar com a situação de violência?
- O que esperava com sua ação? (Quais os resultados que pretendia obter?)
- Quais conseqüências concretas esta ação teve para a situação de violência? (De fato qual foi a reação ou conseqüência de sua ação? Diminuiu a violência, mudou alguma coisa?)

2. O que fez tendo como princípio uma conversa, negociação, persuasão ou consenso com o(a) ator (a) do ato violento. (Buscou conversar, fez acordos ou contatos, juntos buscaram apoio externo como instituições médicas, terapêuticas, clínicas para usuários de drogas, igreja, associações etc.)

- De quem foi a iniciativa de propor a estratégia de resolução ou conversa visando a superação do problema? (Estabelecer uma estratégia ou ação que modificasse a situação de violência.)

- O que esperava? (Refere a quem propôs a conversa e/ou a solução, caso for o(a) perpetrador(a), questione o que imagina ter motivado tal ação. Se foi ela, o que esperava com isto).
- Porque pensou nessa estratégia ou proposta? (refere a quem propôs a conversa e/ou a solução, caso for o(a) perpetrador(a), questione o que imagina ter motivado essa ação).
- O que cada um deveria fazer e o que realmente fizeram, após o estabelecimento do acordo?
- Quais resultados dessa estratégia ou conversa?

3. Ao buscar ajuda de amigos e/ou familiares (pai, mãe, irmãos, vizinhos, conhecidos do trabalho, escola ou instituição religiosa etc.).

- Alguma pessoa procurou-a buscando conversar e/ou auxiliá-la, sem que você tenha solicitado? Quem
- Você procurou alguma pessoa para conversar ou pedir ajuda? Quem
- O que esperava quando buscou auxílio dessa pessoa?
- Qual resposta obteve dessa sua ação?
- Qual consequência esta aproximação teve para a situação de violência?
- O que você acha que eles (as) pensam sobre esta situação? Ou sobre você?
- Como é falar sobre isso para você?
- O que sente e pensa sobre ter que falar sobre isso com as pessoas?
- Fez questão de esconder o fato de alguma pessoa? Quem? Por quê?

4. Ao buscar ajuda de instituições (Igreja, Posto de Saúde, Delegacia de Polícia, Delegacia de Defesa da Mulher, Associações de Bairro, Advogados/Fórum, Escola, informações na TV, rádio etc.)

- Pensou em procurar alguma instituição? Qual instituição?
- Recebeu ativamente informação ou estímulos a respeito? Como? (cartazes, programas de rádio TV, jornal, outdoors)
- Porque pensou em procurar esta local?
- Como foi recebida pela instituição?
- Como ocorreu a revelação da situação?
- O que esperava ao buscar essa instituição?
- Qual foi a resposta dada pela instituição? (detalhar os fluxos, percursos, respostas e dificuldades).
- Qual sua opinião obre esta instituição?
- E o que acha de quem procura?
- Aconselharia outra mulher a buscar a mesma instituição?
- Por que não procurou outras instituições? (cite aquelas que não foram mencionadas pela entrevistada)

Após o relato espontâneo das estratégias utilizadas, deverá ser perguntado ativamente sobre se recorreu ou não (e porque não) às pessoas e instituições citadas. Os motivos de busca de ajuda ou não podem ser melhor exploradas na entrevista, o quadro abaixo servirá apenas para que seja lembradas as pessoas e instituições a investigar

Instituições ou pessoas	Falou sobre o problema (Sim ou não)
Pai	
Mãe	
Irmãos	
Avós	
Tios	
Primos	
Vizinhos	
Conhecidos do trabalho	
Conhecidos da escola	
Conhecidos da instituição religiosa	
Igreja	
Posto de Saúde ou Hospital	
Delegacia de Polícia	
Delegacia de Defesa da Mulher	
Associações de Bairro	
Advogados/Fórum	
Escola	
Informações na TV	
Rádio	

Ao finalizar a entrevista o pesquisador agradecerá a contribuição da entrevistada.

ANEXO B – Consentimento Informado

Eu, abaixo assinado, concordo em conceder uma entrevista gravada de história de vida à pesquisadora Miryam Cristina Mazieiro Vergueiro da Silva. Entendo que a entrevista comporá seu material para a Tese de Mestrado “Rota Crítica: os (Des)caminhos trilhados por mulheres em situação de violência doméstica: na busca por ajuda” e que poderei interromper o relato em qualquer momento que eu decida.

Entendo também que a pesquisadora se compromete em manter total sigilo sobre minha identidade no uso das informações desta entrevista, alterando meu nome e demais dados que possam eventualmente possibilitar minha identificação, e que as fitas após serem transcritas serão destruídas pela pesquisadora. Também estou ciente de que as informações por mim concedidas não serão usadas de nenhuma forma que possa prejudicar minha pessoa e minha família.

São Paulo, de de 2007

Nome

Assinatura

Assinatura da pesquisadora

Endereço para contato:

Miryam Cristina Mazieiro Vergueiro da Silva

Avenida Dr. Arnaldo, 351 Cerqueira César, São Paulo-SP.

Fone: (11) 30668019 / (11) 36758033

Orientadora: Profa. Dra. Ana Flávia Lucas Pires d’Oliveira

Avenida Dr. Arnaldo, 455 Cerqueira César - São Paulo-SP Fone: (11) 30617091

Em caso de dúvida entrar em contato com: Comitê de Ética em Pesquisa da

Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo - Rua General Jardim, 36 Fone: (11) 32184000

**ANEXO C - Parecer do Comitê de Ética da Comissão de Pós-graduação do
Departamento de Medicina Preventiva da FMUSP**

**ANEXO D – Parecer do Comitê de Ética da Secretaria Municipal de Saúde –
Prefeitura Municipal de São Paulo**